

Atualização do Diagnóstico participativo



Atualização do Diagnóstico participativo outubro de 2023 a setembro de 2024

Processo IBAMA nº 02022.002921/2009-21

Contrato Petrobras nº5900.0116052.20.2

Revisão 00

6 de novembro/2024

Sumário

INTRODUÇÃO.....	5
2. GESTÃO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E COMUNIDADES NO LITORAL SUL DO RIO DE JANEIRO E NO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO	6
2.1. INTRODUÇÃO.....	6
2.2. SÍNTESE DOS DIAGNÓSTICOS PARTICIPATIVOS ANTERIORES	10
2.3. VARIÁVEIS E INDICADORES SOBRE GESTÃO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO.....	11
2.4. ESTUDOS DE CASO	15
2.4.1. RESERVA BIOLÓGICA DA PRAIA DO SUL.....	15
2.4.2. RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AVENTUREIRO	18
2.4.3. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE TAMOIOS	26
2.4.4. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CAIRUÇU	31
2.4.5. RESERVA ECOLÓGICA ESTADUAL DA JUATINGA.....	36
2.4.6. ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS (ESEC TAMOIOS).....	42
2.4.7. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARINHA LITORAL NORTE DE SÃO PAULO	48
2.4.8. PARQUE ESTADUAL DA ILHABELA	50
2.4.9 RESERVA EXTRATIVISTA BAÍA DE CASTELHANOS	51
2.4.10. PARQUE ESTADUAL SERRA DO MAR - NÚCLEO PICINGUABA	53
2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
3. CONFLITOS AMBIENTAIS E TERRITORIAIS NO MESO INTER	57
3.1. O TEMA DOS CONFLITOS NA BASE DE DADOS	61
3.2. IDENTIFICANDO CONFLITOS A PARTIR DO TRABALHO DE BASE.....	66
FICHA DE CONFLITO 7 - O CASO DA DISPUTA FUNDIÁRIA DE MARTIM DE SÁ - PARATI/RJ	68
FICHA DE CONFLITO 8 - O CASO DA LUZ EM PONTA DA JUATINGA - PARATI/RJ.....	69
FICHA DE CONFLITO 9 - O CASO DA DISPUTA FUNDIÁRIA DA PRAIA DE SÃO GONÇALO, PARATI/ RJ	70
FICHA DE CONFLITO 10 - O CASO DA DISPUTA FUNDIÁRIA DA COMUNIDADE CAIÇARA DA PRAIA GRANDE DA CAJAÍBA, PARATI/RJ.....	72
FICHA DE CONFLITO 11 - O CASO DA DISPUTA FUNDIÁRIA DO QUILOMBO DA CAÇANDOCA, UBATUBA/SP.....	73
FICHA DE CONFLITO 12 - O CASO DA DISPUTA FUNDIÁRIA DO QUILOMBO DA FAZENDA, UBATUBA/SP.....	74
3.3. PRÓXIMOS PASSOS PARA A PESQUISA DOS CONFLITOS NO PROJETO REDES	77
4. OCORRÊNCIAS DE DESASTRES AMBIENTAIS NO LITORAL SUL DO RIO DE JANEIRO E LITORAL NORTE DE SÃO PAULO	77
4.1. OS CASOS DE ANGRA DOS REIS-RJ, UBATUBA, SP E SÃO SEBASTIÃO-SP	80
4.2. DEFINIÇÃO DE DESASTRES, VULNERABILIDADE, RISCO, EXPOSIÇÃO	87

4.3. SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE DESASTRES (S2ID)	88
4.4. FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE DANOS (AVADAN) E O FORMULÁRIO DE INFORMAÇÃO DOS DESASTRES (FIDE)	89
4.5. REGISTROS DE EVENTOS DE INUNDAÇÃO E DESLIZAMENTOS DO CEMADEN (REINDESC)	90
4.6. PROBLEMAS DA AUSÊNCIA DE REGISTRO DE DESASTRES E A NECESSIDADE DE DADOS DETALHADOS	91
4.7. PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DE RISCO	97
4.8. CURSO DE GESTÃO DE RISCO DA REDE DE FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	99
4.9. PROJETO REDES E AS ATIVIDADES TERRITORIALIZADAS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104

Introdução

O produto **Atualização do Diagnóstico Participativo** está previsto explicitamente no Plano de Trabalho do Projeto Redes (Resultado 15. Ações de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento, pg. 43 e VI. Atividade prevista para a Atualização do Diagnóstico Participativo, pg. 46). Considerando a diretriz sobre o papel da pesquisa no projeto, é possível recuperar a seguinte formulação:

Fundamentado nos escopos teóricos já apresentados, todo o percurso será constituído em intenso diálogo com as atividades formativas, com os blocos temáticos e com a coordenação político pedagógica da Rede de Formação Socioambiental a fim de que o ato de pesquisar, avaliar e monitorar possa contribuir para potencializar reflexões e práxis em campo, além de subsidiar qualitativamente os processos organizativos e atuações coletivas dos pescadores e pescadoras artesanais nos espaços público, sobretudo aqueles relacionados ao licenciamento ambiental do pré-sal (REDES, 2021, p. 43).

O Anexo X do Plano de Trabalho deixou algumas indicações sobre a atualização do diagnóstico participativo quando diz que:

o processo de pesquisa é desenvolvido conjuntamente entre os sujeitos comunitários e os sujeitos acadêmicos, de forma transparente sobre o processo de problematização, do processamento de problemas e da tomada de decisões sobre o uso do conhecimento produzido (REDES, 2021, p. 6)

O mesmo documento orientava para o diálogo entre o diagnóstico participativo e a organização dos blocos temáticos (Economia Solidária, Educação Diferenciada e Popular e Justiça Socioambiental, Governança e Gestão Territorial).

A atualização do diagnóstico participativo foi retomada no início de 2022, com a leitura e a análise crítica dos diagnósticos participativos das fases anteriores. Foram elaborados projetos de pesquisa relacionados a cada um dos temas do diagnóstico participativo, seguindo a estrutura proposta pelos blocos temáticos do Projeto Redes. Os resultados de pesquisa a serem apresentados na atualização do diagnóstico participativo se articulam com a sistematização da base de dados e o levantamento bibliográfico, que correm paralelamente.

No 2º Relatório Anual (2022), foram apresentadas a análise das organizações comunitárias como um produto à parte – que será refeito em 2024. Para os demais temas (gestão ambiental do território, impactos do petróleo e gás, conflitos ambientais e territoriais e educação diferenciada e popular) foi apresentada uma síntese dos diagnósticos anteriores com as definições conceituais adotadas, a proposta metodológica de abordagem dos temas e alguns estudos de caso.

No 3º Relatório Anual (2023), foram apresentados um capítulo inicial sobre Análise Municipal e Regional, seguindo a estrutura dos Diagnósticos Participativos anteriores, e três capítulos temáticos: 1) desastres ambientais; 2) conflitos ambientais e territoriais, com foco no Mesoterritório RJ e 3) a análise das comissões de base.

Neste 4º Relatório Anual (2024), a Atualização do Diagnóstico Participativo traz uma análise sobre a incidência das comunidades na gestão ambiental do território com foco nas unidades de conservação, desenvolvendo a proposta metodológica apresentada em 2022. Em seguida, aprofunda o tema dos conflitos ambientais e territoriais, com foco no Mesoterritório Interestadual (Meso Inter), complementando o Meso RJ, que foi apresentado em 2023. O Meso SP será apresentado no relatório do próximo ano, após a devida sistematização. Por fim, atualiza o relatório sobre desastres ambientais a partir do capítulo apresentado em 2023, agora acrescido de dados secundários das Defesas Civas e de uma análise sobre o curso temático sobre Gestão de Riscos promovido pela Rede de Formação Socioambiental. Desta forma, a atualização tem um caráter cumulativo, que deve ser concluído no relatório final de 2025, em seus diferentes temas.

2. Gestão ambiental do território: unidades de conservação e comunidades no Litoral Sul do Rio de Janeiro e no Litoral Norte de São Paulo

2.1. Introdução

Este capítulo pretende avançar na atualização do diagnóstico participativo, em específico no que diz respeito à gestão ambiental no território de atuação do Projeto Redes, o litoral norte paulista e o litoral sul fluminense.

Conforme apresentado em relatório anterior (Fiotec, 2022), a gestão ambiental diz respeito a um processo, mais ou menos participativo, que visa organizar, por meio do estabelecimento de regras e procedimentos, o uso do meio ambiente. Ela é realizada por meio de diferentes instrumentos, tanto institucionais - como os conselhos consultivos e deliberativos de Unidades de Conservação, os comitês de bacias hidrográficas, os planos diretores municipais - quanto não institucionais - como as regras de uso do território elaboradas pelas comunidades tradicionais, por exemplo. Logo, nesta gestão se engajam distintos atores, como o Estado, por meio de suas diversas instituições, as comunidades tradicionais, as organizações do terceiro setor, os movimentos sociais, dentre outros.

A definição do que é a gestão ambiental aponta para a indissociabilidade entre meio ambiente e sociedade (ACSELRAD, 2014), tendo em vista que a inclusão ou exclusão de quais temas, conflitos e regras cabem dentro do tema da gestão ambiental estão fundamentados em distintas ontologias¹, ou seja, em atribuições de significado, baseados nas experiências coletivas (ALMEIDA, 2021), sobre o que é o meio ambiente. Desse modo, por exemplo, a definição do que é o meio ambiente para uma aldeia indígena ou para o IBAMA não é igual, de modo que essa diferença está colocada também na definição de gestão ambiental. Ou seja, a gestão ambiental do território é atravessada por disputas, informadas pelos distintos modos como os grupos entendem e operacionalizam o meio ambiente e os recursos naturais.

O principal elemento da gestão ambiental apontado na Linha de Ação A (Ibama, 2010) é a participação social no licenciamento ambiental federal. Mas a gestão ambiental envolve um processo mais amplo, relacionado à mediação estatal nas “disputas pelo acesso e uso dos recursos ambientais, em nome do interesse público, numa sociedade complexa, onde o conflito de interesses é inerente à sua existência” (Ibama, 2005, p. 4).

Os processos organizativos comunitários do Macroterritório de atuação do Projeto Redes têm apontado para uma concepção abrangente de gestão

¹ Segundo Almeida (2021), “ontologias são o acervo de pressupostos sobre o que existe” (p. 138). Ainda, as ontologias não existem de modo individual, mas são construções coletivas e culturais. “Cabe aqui um aviso, porque as “coisas” para as quais a chamada virada ontológica retorna não pertencem a um mundo único de coisas supostas como dadas - e sim a mundos constituídos por comunidades de linguagem e de experiência. Ontologia refere-se, assim, a uma ontologia entre outras, resultante da experiência coletiva ou da imaginação” (Tarski [1993] 1997:152, apud Almeida, 2021).

ambiental que se caracteriza por algumas proposições. Em primeiro lugar, é preciso chamar a atenção para o fato de que as comunidades tradicionais contribuíram de forma decisiva para a preservação ambiental da Mata Atlântica e dos espaços costeiros e marinhos, com práticas tradicionais sustentáveis baseadas na roça e na pesca artesanal. Estudos demonstram como os povos e comunidades tradicionais contribuem para a preservação das florestas e da biodiversidade na América Latina e Caribe (FAO/FILAC, 2021), no Brasil (Oviedo; Doblas, 2022) e também na região da Costa Verde (Oliveira; Coelho Netto, 2000; Fraga, 2021).

Em segundo lugar, destaca-se a confluência entre a gestão ambiental e a gestão do território. Não há como assegurar justiça socioambiental sem a defesa dos territórios tradicionais, que vivem sob diferentes pressões econômicas (empreendimentos, especulação imobiliária, turismo predatório, pesca industrial, dentre outros). É importante destacar que a gestão ambiental, na maioria das vezes, se faz num processo que envolve conflitos entre partes, quando o uso do território e dos recursos por uma atividade afetam o uso por outras partes, geralmente numa situação de assimetria de poder, em que grandes empresas e projetos estatais estratégicos acabam se sobrepondo às territorialidades dos povos e comunidades tradicionais, questão explorada por diferentes publicações sobre a região (MONGE, 2019; PRADO *et al.*, 2022; PAIXÃO, 2024).

Mais recentemente, a defesa de um turismo de base comunitária também tem por pressuposto a sustentabilidade ambiental associada à autonomia da comunidade na gestão de suas principais atividades geradoras de renda. Desta forma, as comunidades tradicionais, através de suas organizações, reivindicam que a gestão ambiental reconheça a sociobiodiversidade como um valor, principalmente na gestão do patrimônio cultural e natural. As experiências de participação comunitária na gestão de unidades de conservação também trazem aportes importantes para pensar a gestão ambiental territorializada a partir das demandas das comunidades, reconhecendo-as como agentes da preservação ambiental (MONGE, 2019; SOARES, 2019). É nesse sentido que buscamos aprofundar o presente relatório.

Em terceiro lugar, como preconiza o próprio Ibama, os processos educativos devem contribuir com a democratização do processo de

licenciamento ambiental – e de gestão ambiental, de modo mais amplo. Isso envolve a incorporação de linguagens e tempos próprios, que permitam uma participação qualificada, respeitando sobretudo os direitos dos povos e comunidades tradicionais à consulta prévia, livre e informada, direito resguardado pela Convenção OIT 169 e pelo Decreto 6040/2007, tema importante de ser abordado em cursos e reuniões temáticas.

A gestão ambiental pode ser entendida, portanto, como um campo no qual se manifestam diferentes modos de significar o meio ambiente, e que muda no tempo, conforme os atores e problemáticas surgem e/ou se ausentam. Por este motivo, qualquer diagnóstico, participativo ou não, realizado sobre essa temática, precisa periodicamente ser atualizado, dado à própria mudança no contexto social e político no qual a gestão ambiental está imersa. Para essa atualização, é importante retomar o que já foi produzido sobre o tema, com o interesse específico de avaliar quais aspectos, atores e problemáticas da gestão ambiental se mantêm e quais precisam ser atualizadas.

Nesse sentido, a primeira parte deste capítulo se dedica a retomar de forma sistematizada os diagnósticos participativos já produzidos sobre o território de análise deste projeto: o Diagnóstico Participativo - PEA SP (DP-SP, 2012), e o Diagnóstico Participativo - PEA Rio de Janeiro (DP-RJ, 2014). O Relatório Final do PEA Costa Verde Fase I (2020) não será mobilizado nesta etapa pois não contém informações sobre a gestão ambiental dos territórios, conforme constatado na análise do documento. A revisão foi feita com o objetivo de avaliar quais aspectos desses documentos importam para a atualização do diagnóstico da gestão ambiental, aspectos esses destacados a seguir.

Em seguida, serão apresentados as variáveis e os indicadores sobre a gestão ambiental que foram aprofundadas ao longo do ano de 2024, focando na análise da participação comunitária e as articulações/processos organizativos existentes entre as comunidades tradicionais e as Unidades de Conservação (UC) que incidem sobre suas áreas. Tendo em vista a farta quantidade de UC (UC) encontradas entre Mangaratiba e São Sebastião, foram selecionadas a princípio aquelas mais pertinentes, que possuem um histórico conflitivo e processos organizativos ativos.

2.2. Síntese dos diagnósticos participativos anteriores

O Diagnóstico Participativo - PEA SP (DP-SP, 2012) faz um histórico da ocupação do litoral norte paulista e das comunidades caiçaras nele territorializadas, com menção específica aos modos como essas comunidades se relacionam com o meio ambiente. Narra ainda, de maneira crítica, a chegada das estradas, como a BR-101 e a Rodovia Tamoios (SP-99), a instalação do TEBAR (Terminal Almirante Barroso, em São Sebastião), a intensificação do turismo de veraneio e a especulação imobiliária, desde a década de 1950. Estes processos, de acordo com o diagnóstico, teriam colaborado para a perda da capacidade de gestão ambiental do território por parte das comunidades tradicionais.

O diagnóstico faz uma caracterização dos conflitos relacionados à gestão ambiental, principalmente aqueles vinculados ao turismo, unidades de conservação, à exploração de petróleo e gás, à pesca industrial, e à ocupação irregular da terra (decorrente da não efetivação do Zoneamento Ecológico Econômico). Importante ressaltar especialmente a caracterização do conflito entre as comunidades tradicionais e o Parque Estadual da Serra do Mar e o Parque Estadual de Ilhabela, citando, por exemplo, conflitos com a fiscalização ambiental.

O Diagnóstico participativo do PEA Rio de Janeiro, de 2014, traz uma análise dividida por municípios. Para o município de Angra dos Reis, o diagnóstico retoma alguns dos instrumentos institucionais de gestão ambiental, como as leis para ordenamento do uso do solo e os conselhos e planos de manejo das Unidades de Conservação. O diagnóstico faz uma análise importante sobre estes instrumentos, ao afirmar que: "está aberta a possibilidade de os grupos sociais/comunitários participarem ativamente do ordenamento territorial do município, cujas arenas institucionais passam por uma verdadeira reformulação desde meados da primeira década do século XXI" (p. 37). Nota-se, assim, que o desafio principal colocado para a gestão ambiental não seria o de criar espaços de gestão, mas engajar comunidades nos espaços existentes.

Para o município de Paraty, o relatório também retoma o histórico de gerenciamento de conflitos ambientais das comunidades tradicionais, reiterando a criação de instrumentos de gestão pública participativa como um

possível instrumento de resolução dos conflitos. De modo preliminar, traz uma descrição de impactos socioambientais decorrentes da exploração de petróleo e gás, e menciona também os impactos causados pela implementação de empreendimentos turísticos, focalizando a desterritorialização das comunidades caiçaras durante este processo.

Ainda que o diagnóstico mencione os aspectos positivos dos instrumentos institucionais de gestão ambiental, ele também tece críticas à fiscalização ambiental sobre a pesca artesanal, mencionando que ela é mais rigorosa e violenta do que para pesca industrial. Menciona também os diversos conflitos com as UC, em especial com a Estação Ecológica (ESEC) Tamoios e o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), que estão sobrepostas às áreas de uso da comunidade.

Por fim, o diagnóstico traz um panorama político dos instrumentos de gestão que estão sendo criados e/ou modificados. Cita, por exemplo, a revisão do plano diretor em Paraty, e o momento de consolidação do Gerenciamento Costeiro em Angra dos Reis.

De modo geral, tanto o diagnóstico participativo do Litoral Norte Paulista (2012), quanto o do Rio de Janeiro (2014), precisam ser atualizados, tendo em vista as mudanças pelas quais o campo da gestão ambiental passou nos últimos anos, dentre as quais podemos mencionar, de modo preliminar, transformações no diálogo com as comunidades tradicionais, e no poder das comunidades em fazer valer seus pontos de vista.

Essa chave de leitura antecipa algumas das questões que serão mais bem trabalhadas durante os estudos de caso apresentados, que buscam avançar na compreensão de como as comunidades tradicionais têm negociado as regras de uso de seus territórios com as Unidades de Conservação, objetivando identificar a inserção e o andamento da participação comunitária nos conselhos e grupos de trabalho que surgem destes espaços.

2.3. Variáveis e indicadores sobre gestão ambiental do território

O levantamento de dados sobre a gestão ambiental do território inclui variáveis relacionadas às unidades de conservação e aos instrumentos de gestão do território. Sobre as unidades de conservação, foi feito um levantamento inicial a partir da página do Instituto Chico Mendes de

Conservação da Biodiversidade (ICMBio), onde constam todas as UC com seus respectivos dados. Foram selecionadas inicialmente as 29 UC que estavam contidas nos sete municípios de abrangência do Projeto Redes e cruzadas com o mapa das 193 comunidades situadas nesses mesmos municípios, chegando a 15 UC em situação de sobreposição com comunidades tradicionais/pesqueiras. Entre essas 15 estavam a APA Marinha Boto Cinza, o Parque Estadual Serra do Mar e a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, que não constavam na lista inicial das 29 UC da base de dados do ICMBio, o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Foram priorizadas as UCs superpostas a comunidades do Redes, chegando então a 13 UCs, sendo somente 3 delas não foram aqui analisadas.

Ao longo do ano de 2024, no que diz respeito à temática da gestão ambiental, o GT Pesquisa buscou aprofundar informações acerca da relação entre membros das comunidades abrangidas pelo Projeto Redes e as principais Unidades de Conservação que incidem sobre o território, buscando compreender a incidência comunitária na gestão ambiental do território a partir da participação em espaços de diálogo e construção garantidos nas UC. Tendo em vista o denso mosaico de UC que compõem a área de atuação do projeto, foi definido um critério de importância para seleção das UC que viriam a receber uma análise mais aprofundada neste momento, optando por dialogar inicialmente com as UC federais e estaduais e priorizando as que tinham sobreposição com comunidades do Redes.

Tabela 1: Relação das Unidades de Conservação superpostas a comunidades do Redes

Nome da UC	Esfera	Restrição	Meso	Ano	Caso
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CAIUÇU	Federal	Uso Sustentável	Inter	1983	Sim
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS	Federal	Proteção Integral	RJ, Inter	1990	Sim
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AVENTUREIRO	Estadual	Uso Sustentável	RJ	1990	Sim
RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DA PRAIA DO SUL	Estadual	Proteção Integral	RJ	1981	Sim
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE TAMOIOS	Estadual	Uso Sustentável	RJ	1982	Sim
PARQUE ESTADUAL DA ILHA GRANDE	Estadual	Proteção Integral	RJ	1971	Não
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA MATA ATLÂNTICA	Municipal	Proteção Integral	RJ	2017	Não
RESERVA ECOLÓGICA ESTADUAL DA JUATINGA	Estadual	Uso Sustentável	Inter	1992	Sim

PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA	Federal	Proteção Integral	Inter, RJ	1971	Não
PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA	Estadual	Proteção Integral	SP	1977	Sim
PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR	Estadual	Proteção Integral	Inter, SP	1977	Sim
APA MARINHA DO LITORAL NORTE	Estadual	Uso Sustentável	Inter, SP	2008	Sim
RESERVA EXTRATIVISTA BAÍA DE CASTELHANOS	Municipal	Uso Sustentável	SP	2020	Sim

A relação final das UCs analisadas foi condicionada pela disponibilidade dos gestores e técnicos em realizar a conversa ou encontro, assim como a compatibilidade de agenda entre estes e a equipe do GT Pesquisa. Dessa forma, encaminha-se a possibilidade de maior aprofundamento para o relatório final de 2025, uma vez que se espera avançar na quantidade de UC contactadas, em especial o Parque Estadual da Ilha Grande, o Parque Nacional da Serra da Bocaina e o Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo São Sebastião. O caso do Parque Natural Municipal da Mata Atlântica foi analisado como um dos conflitos do Meso RJ, na atualização do diagnóstico participativo de 2023 e será posteriormente revisado para ser incluído neste estudo.

A metodologia utilizada para tal aprofundamento contou com a realização de uma série de entrevistas, remotas e presenciais, com gestores e técnicos das UC selecionadas. As conversas foram realizadas com o objetivo central de compreender como se dá a atuação comunitária das comunidades abrangidas pelo Projeto Redes em relação à participação em espaços de diálogo e tomada de decisão das UC, assim como em relação à criação e/ou reivindicações relacionadas ao uso do território. Como não foi possível realizar as entrevistas com gestores e técnicos de todas as UC escolhidas para aprofundamento, por razões ligadas à falta de resposta no contato ou falta de agenda disponível, a pesquisa também contou com consulta a dados secundários como parte da metodologia, analisando dissertações e teses que investigaram a relação entre gestão ambiental, comunidades tradicionais e UC.

Na tabela abaixo constam as UC aprofundadas, o meso de atuação do Redes nas quais estão inseridas e o método utilizado para aprofundamento.

Tabela 2 : Relação das Unidades de Conservação aprofundadas e metodologia de aprofundamento

Unidade de Conservação	Meso	Fontes
------------------------	------	--------

RDS do Aventureiro	RJ	Entrevista e dados secundários
Reserva Biológica da Praia do Sul	RJ	Entrevista e dados secundários
Estação Ecológica de Tamoios	RJ/Inter	Entrevista e dados secundários
Área de Proteção Ambiental de Cairuçu	Inter	Dados secundários
Reserva Ecológica Estadual da Juatinga	Inter	Dados secundários
Parque Estadual de Ilhabela	SP	Entrevista e dados secundários
Parque Estadual da Serra do Mar	SP	Entrevista e dados secundários
Reserva Extrativista de Castelhanos	SP	Dados secundários
APA Marinha do Litoral Norte de SP	SP/Inter	Entrevista e dados secundários

Fonte: Autoria própria

A partir da listagem inicial das sobreposições entre UC e comunidades, foram incluídas variáveis para caracterizar a situação das comunidades em relação às UC: qual é a categoria da UC, se a UC é federal, estadual ou municipal, se possui plano de manejo (e a situação da comunidade no plano de manejo), se possui conselho gestor (e a participação da comunidade no conselho), se existem conflitos em relação à UC (por restrições a usos e práticas, por recategorização ou por concessão privada) e se existem termos de Compromisso e acordos comunitários. A caracterização dessas variáveis ocorreu tanto através das entrevistas quanto pela coleta de dados oficiais. Além disso, nas conversas realizadas com gestores e/ou técnicos buscou-se identificar se existem relações entre as UC aprofundadas e o processo de licenciamento da Etapa 4 de exploração da cadeia de petróleo e gás pela Petrobras, uma vez que as UC se configuram como possíveis órgãos intervenientes no processo de licenciamento ambiental.

Portanto, uma vez realizadas e sistematizadas as conversas, está apresentada a síntese das informações mais relevantes adquiridas durante o processo de pesquisa, o que se soma também a outros materiais como relatórios de reuniões, de atividades do Projeto Redes e do I Encontro Internacional de Territórios e Saberes, que atualizam o debate e disponibilizam informações recentes sobre os principais processos relacionados à gestão ambiental.

As entrevistas foram realizadas com um roteiro semiaberto. As perguntas se referiam ao histórico da UC, a situação do plano de manejo, a participação das comunidades no conselho gestor, conflitos existentes, iniciativas de solução de conflitos, como termos de compromisso. O aprofundamento sobre cada UC variou de acordo com o tempo disponível dos

gestores para a entrevista e o acesso a referências bibliográficas sobre cada caso.

2.4. Estudos de caso

2.4.1. Reserva Biológica da Praia do Sul

A Reserva Biológica (REBIO) da Praia do Sul está localizada na Ilha Grande, em Angra dos Reis, e é gerida pelo INEA. Não há sobreposição com comunidades, embora esteja situada entre duas comunidades caiçaras: Aventureiro e Parnaioca. Está inserida em um contexto de criação carregado de tensões. Conforme mencionou a equipe técnica atuante na UC em conversa com o GT Pesquisa, a UC foi criada em 1981 como um instrumento para impedir o avanço da exploração do território da Ilha Grande, visto que teve como objetivo central impedir a construção de um empreendimento que já se encontrava em etapa avançada em termos de licença. Seguindo à risca o modelo encontrado no litoral sul fluminense e no norte paulista, a chegada de um empreendimento em uma das porções mais isoladas da Ilha Grande, além de gerar uma série de impactos e transformações na fauna e flora local, resultaria na perda de autonomia sobre o território por parte das comunidades tradicionais, assim como no comprometimento de seu modo de vida, podendo ocasionar até mesmo um processo de desterritorialização.

Embora o empreendimento tenha sido inviabilizado com a implementação de uma área protegida de caráter integral, outras transformações acabaram sendo impostas no cotidiano dos moradores do Aventureiro e da Parnaioca. O conjunto de restrições impostas resultou em anos de mobilização e diálogo em torno da construção de outro modelo de proteção, que dialogasse mais diretamente com os usos feitos do território pelas comunidades tradicionais, reconhecendo ainda a importância destas para a manutenção da biodiversidade local, elemento fundamental para o avanço de políticas de preservação que dialoguem com a realidade das relações encontradas no Brasil e na América Latina entre os povos e seus territórios, que atuam como uma contenção ao avanço do capital.

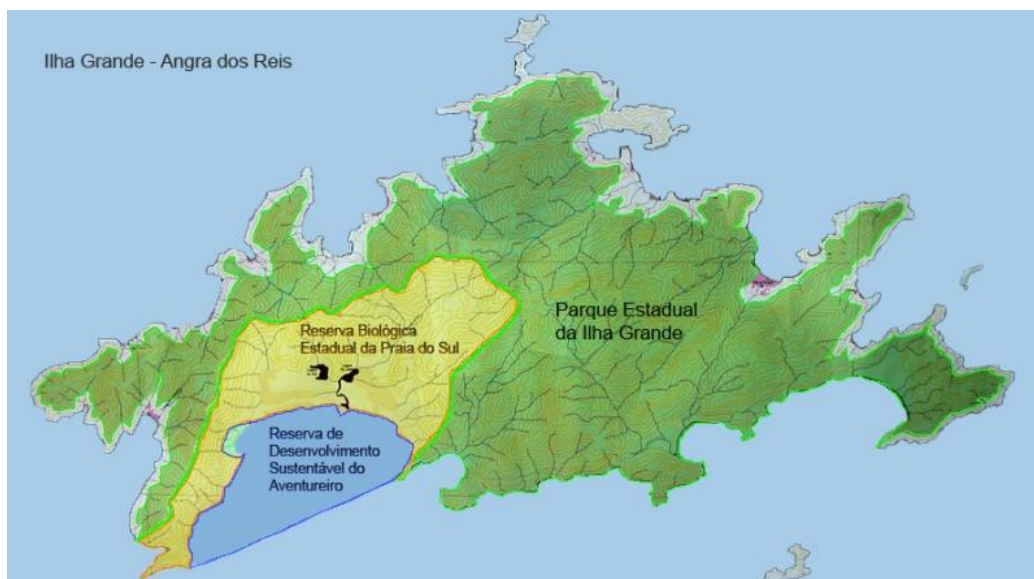
Até a conquista da implementação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Aventureiro (que será detalhada no item 2.4.2), que resultou na redução de 2,7% da REBIO da Praia do Sul, o cenário se demonstrava conflitivo, com restrições diversas sobre os usos do território, comprometendo o modo de vida caiçara, que é diretamente ligado à pesca, ao extrativismo e à roça caiçara, principalmente nas comunidades mais isoladas geograficamente e de difícil acesso, como é o caso das duas comunidades mais diretamente “atingidas” pela incorporação na área da UC, como o Aventureiro, ou por estar em suas adjacências, como a Parnaiooca. Refletindo de forma mais ampla, outras comunidades também foram atingidas de forma “indireta”, visto que com as restrições implementadas com a UC, as dinâmicas de uso do território são alteradas.

Figura 1: Delimitação inicial da REBIO da Praia do Sul



Fonte: [Cruzeiros Marítimos - Ordenamento da Vila do Aventureiro](#)

Figura 2: Configuração atual da RDS do Aventureiro e da REBio da Praia do Sul



Fonte: [Ilha Grande - Mapa Reserva Desenvolvimento Sustentável Aventureiro - Ilha Grande - RJ](#)

A REBIO da Praia do Sul não possui plano de manejo, mas existe um encaminhamento para sua elaboração. A UC também não conta com Conselho Consultivo, de modo que as questões relacionadas a ela são tratadas nos conselhos do Parque Estadual da Ilha Grande² ou na RDS do Aventureiro, tendo em vista sua proximidade e histórico de relações. Pela sua condição enquanto Reserva Biológica, uma das configurações mais restritivas existentes dentre as UC, são determinadas uma série de restrições sobre as práticas tradicionais ligadas à roça, pesca e ao extrativismo, sendo ainda mais restrito à ação externa, por parte de pessoas de fora.

Essas restrições numa ampla área de mata atlântica preservada, com praias, rios, mangues e costões, resultam numa pressão externa pela desmobilização da UC, através da narrativa de que manter somente a atuação da Área de Proteção Ambiental (APA) Tamoios (que será aprofundada no item 2.4.3) representaria a existência de condições menos restritivas, viabilizando diversos usos na área da REBIO, para além dos usos tradicionais caiçaras, que incorporam hoje a atividade turística de base comunitária.

² O Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG) corresponde a cerca de 62,5% da área da Ilha Grande, cobrindo as áreas mais altas e florestadas e algumas praias e costões não habitados. É gerido pelo INEA. As áreas ocupadas por comunidades e moradias não se sobrepõem ao PEIG, com exceção das faixas de areia de Dois Rios e Parnaioca. Em 2017, houve uma iniciativa de se estabelecer uma parceria público-privada para gestão do PEIG, o que implicaria a cobrança pela visitação, mas essa tentativa foi barrada, em parte pela não aceitação das comunidades caiçaras, com as quais não houve diálogo na ocasião..

Embora existam tentativas de desmobilização da UC, foi mencionado que atualmente existe uma memória no Aventureiro bastante consolidada em relação aos enfrentamentos realizados nas últimas décadas e a relevância de manter a RDS e a REBIO, mesmo que a segunda traga o cenário de restrições de práticas tradicionais. Ainda assim, entende-se que é melhor conviver com essas restrições e buscar caminhos de flexibilização e alternativas a partir do diálogo com as UC do que perder a segurança que, de alguma maneira, a existência da REBIO acaba por garantir.

Destaca-se como tanto a criação de UC quanto narrativas de desmobilização das mesmas funcionam como estratégias políticas no território da Costa Verde, sendo utilizada tanto por atores contra hegemônicos como hegemônicos, resultando em relações por vezes contraditórias. Ainda assim, é importante ressaltar a potencialidade que as UC possuem hoje em frear o avanço das frentes econômicas sobre os territórios tradicionais, sendo um instrumento que pode auxiliar na manutenção da biodiversidade local e na permanência dos povos em seus territórios. Para isso, devem ser constituídas em diálogo com estas populações, superando o caráter preservacionista entendido hoje como limitado e ultrapassado, visto que não reconhece a atuação das comunidades tradicionais na manutenção da preservação da fauna e da flora que passam a ser objeto de preservação pelas UC.

2.4.2. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro

A história da comunidade do Aventureiro, localizado na Ilha Grande, Angra dos Reis, reflete o contexto de criação e gestão de unidades de conservação (UC) no Brasil. Em sua maioria orientados por modelos preservacionistas e consequentemente por contradições quanto ao uso e à ocupação dessas áreas, vários foram e são os conflitos pelo fato da maioria dessas áreas protegidas serem habitadas. Conflitos esses decorrentes da própria política ambiental no País.

Em 1981, parte da Ilha Grande foi declarada como Reserva Biológica (REBIO) da Praia do Sul, categoria das mais restritivas em termos de uso dos recursos, somente sendo permitida a pesquisa científica, desde que autorizada. Entretanto, a REBIO abrangia a praia do Aventureiro onde viviam e vivem famílias de caiçaras, como já mencionado. A existência da Reserva

Biológica tornou ilegal a presença dos moradores, por outro lado protegeu a área da especulação imobiliária e da expropriação dos moradores pela grilagem ou compra dos terrenos

Com a implosão do presídio localizado na Praia de Dois Rios na década de 90, houve a entrada do turismo impulsionando uma nova dinâmica no modo de vida da população local. De todo modo, o povoado da praia do Aventureiro é um caso singular na Ilha Grande, por ser o único local em que os moradores mais antigos, cujas famílias vivem ali há várias gerações, são os gestores do turismo.

Os anos de convivência com os turistas propiciaram uma troca de informações e de conhecimento que permitiram, por sua vez, uma atuação eficaz nos processos de negociação pela permanência do povoado e da atividade turística junto aos órgãos públicos (INEA – FEEMA, na ocasião, prefeitura de Angra dos Reis e Ministério Público Estadual). Neste processo de interação com os turistas, alguns desses se tornaram aliados dos moradores, ampliando as relações sociais.

As famílias conseguiram uma significativa melhora nas condições de vida, passando a ter acesso a bens de consumo e serviços que antes não eram vistos por ali. A presença da REBIO fez com que o turismo no Aventureiro fosse diferente do restante da ilha, um modelo de turismo baseado em empreendimentos familiares e domiciliares, com campings nos quintais e bares anexos às casas. Mas, ainda que o recurso final fosse baixo se comparado com outros locais da ilha, como o Abraão, o turismo foi bastante representativo economicamente para uma população que antes vivia apenas da agricultura de subsistência e da pesca.

Entretanto, o conflito com o órgão gestor da REBIO, que possui uma base administrativa local, se intensificou a partir de denúncias quanto ao turismo de massa que se observava na alta temporada, levando a uma série de embates que culminaram com a proposta de recategorização da UC.

A criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro pode ser considerada como uma conquista da comunidade caiçara que vive na região por mais de 150 anos. A lei estadual nº 6.793 de 28 de maio de 2014, que foi consolidada após mais de 3 décadas de conflito, teve por finalidade conciliar a preservação dos ecossistemas e a cultura caiçara, valorizando os modos de vida tradicionais da comunidade. A RDS foi criada em uma área que

pertencia à Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, reduzida em 2,7% de sua área original. Na UC somente é permitida a pesca de caráter artesanal, sob controle e gestão compartilhados entre o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a população beneficiária. O Parque Marinho do Aventureiro não existe mais, também tendo sido recategorizado para RDS. Sendo assim, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro inclui uma porção terrestre e outra marinha.

Em 2022, a RDS consagra o seu conselho deliberativo composto por representantes comunitários em sua maioria, assim como ONG, e instituições de ensino e de pesquisa, entre outros. Salienta-se que no âmbito das comunidades atendidas pelo projeto Redes, o Aventureiro é a única que efetivamente participa de um órgão colegiado com poder decisório sobre as ações de gestão administrativa e territorial. Tendo em vista a relevância da experiência da RDS do Aventureiro em termos de articulação comunitária e construção de diálogo com a UC, foi realizado um aprofundamento da situação atual da RDS com intuito de compreender como se encontra a dinâmica atual da participação comunitária.

Ao realizar a busca para entrar em contato com o gestor responsável pela RDS, foi informado pela técnica que a mesma se encontra sem nenhum representante no cargo de gestão. Tendo em vista o contexto atual de fragilidade política e a recente e arbitrária mudança de gestão no Parque Estadual da Ilha Grande, os técnicos que atuam na RDS optaram por não prosseguir com o encaminhamento do processo de mudança de gestão, devido ao receio de quem seria o novo responsável pelo cargo e quais suas intenções para com a referida área.

Destaca-se que a gestão da RDS é responsável também pela gestão da REBIO da Praia do Sul. Essas duas áreas juntas conformam as partes mais isoladas e preservadas da Ilha Grande. Uma mudança arbitrária na gestão pode trazer consequências negativas para a dinâmica de proteção da biodiversidade, assim como comprometimento dos usos tradicionais e embates com seus moradores. Esse cenário demonstra a fragilidade inerente às UC e as legislações ambientais no geral, visto que dependendo do contexto político e dos interesses em jogo, a proteção garantida pelas UC pode sofrer ameaças.

A RDS do Aventureiro se encontra sobreposta à APA Tamoios

(APATAM), oferecendo uma proteção mais restritiva para a área terrestre e marinha da enseada do Aventureiro, o que não seria garantido apenas pela APA, que apresenta um caráter mais permissivo.

Tanto a RDS do Aventureiro quanto a REBIO da Praia do Sul se encontram sem seus respectivos planos de manejo atualmente, que estão em processo de elaboração, com previsão para ficar pronto até agosto de 2025. O processo está sendo realizado pela mesma empresa que encaminhará o plano de manejo da APATAM, a Detzel.

O Conselho Deliberativo da RDS segue instrução normativa do ICMBio, que indica a necessidade de participação popular neste espaço. Foi apontado que o conselho é formado por 20 cadeiras, sendo 11 ocupadas por membros das comunidades, com representantes de 10 núcleos familiares e 1 ocupada pelo representante da associação de moradores local. As demais cadeiras são ocupadas por instituições obrigatórias, como universidades, ONG e poder público. A comunidade do Aventureiro participou de um processo de validação dessas instituições. Dentre as instituições, segundo portaria nº31 de 04/11/2021 do INEA, pode-se destacar:

Dentre os órgãos públicos:

I - Instituto Estadual do Ambiente;

II - Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - Secretaria Executiva da Ilha Grande;

III - Fundação Instituto Estadual de Pesca (FIPERJ);

IV - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Ecomuseu da Ilha Grande (ECOMIG), como membro titular, e Universidade Federal Fluminense (UFF) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD), como membro suplente;

V - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), como membro titular, e Universidade Federal Fluminense (UFF) - Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR), como membro suplente;

Dentre a sociedade civil:

I - Associação dos Moradores e Amigos do Aventureiro;

II - Associação dos Moradores Tradicionais e Amigos da Parnaioca (A MOTAP);

III - Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT);

IV - Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), como membro titular, e Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), como membro suplente;

V - Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ) - 21ª Subseção - Angra dos Reis;

VI - Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPE), como membro titular, e Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande, como membro suplente.

Em conversa com a equipe técnica da UC, foi ressaltada a recorrente atuação e a mobilização da comunidade para as reuniões e proposição de pautas e encaminhamentos para as questões que surgem no território, demonstrando a existência de relações de parceria que se encontram hoje bem desenhadas.

Ao longo da conversa, ao questionar sobre a existência de outras modalidades de participação social, foi apresentado o “GT Riscos e Desastres”, como um espaço que surgiu a partir do conselho, no contexto das fortes chuvas que atingiram a região da Costa Verde em 2013, gerando uma série de prejuízos, colocando a comunidade em risco e suscitando debates acerca da relação entre a ocorrência desses eventos e a administração das atividades turísticas em casos de emergência e ou ocorrência de desastres. Através desse GT está sendo construído um Plano de Resiliência, que tem como objetivo desinterditar áreas de hospedagem que foram interditadas no contexto das chuvas e que seguem dessa maneira, comprometendo a renda de algumas famílias. O Plano de Resiliência, conforme mencionado pela técnica durante a conversa realizada, foi uma demanda que surgiu da comunidade e que a UC apoiou a construção, que agora segue em diálogo com a Defesa Civil para tentar ser aprovado no Ministério Público.

Além disso, foi mencionado também a criação do “GT Grupo de Governança” voltado para discutir o encaminhamento do Plano de Manejo. Além de um Conselho Deliberativo bastante ativo, a existência desses outros espaços de articulação indica uma relação avançada entre UC e a comunidade do Aventureiro, o que é resultado de uma relação construída ao longo das últimas décadas, reafirmando o já mencionado histórico de mobilização da

comunidade.

Outro ponto que foi ressaltado em relação a existência de acordos comunitários junto a UC foi o debate em relação a definição do número limite de visitantes, que foi feito através de reuniões no conselho e diálogo entre as partes interessadas. O número, que é de 807 pessoas por dia, foi definido em estudo a partir da capacidade de sustentação das hospedagens, sendo validado posteriormente pela comunidade. No ano de 2023 houve a necessidade de fechar o Aventureiro no dia 31 de dezembro, restringindo o acesso tanto por via Angra dos Reis quanto por via Provetá, já que o número definido em parceria já havia sido alcançado. Tal fato revela a importância da atuação conjunta entre comunidade e UC na gestão do turismo no território, com a UC apoiando o controle e a fiscalização do turismo, para que o mesmo mantenha seu caráter diferenciado quando comparado a maior parte do restante da Ilha Grande, que sofre com o turismo de massa.

Ao questionar sobre histórico de conflitos entre os usos tradicionais e a legislação da UC, foi apontado que atualmente o conflito central está em torno da regularização das novas construções, o que se torna um desafio tendo em vista o crescimento natural da comunidade que se junta com o crescimento da atividade turística.

Embora o processo de recategorização da REBIO da Praia do Sul tenha tido um caráter bastante participativo, construído através de um Projeto de Lei com forte envolvimento e participação popular, houve na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) mudança de um artigo, vedando novas construções. Tal fato resultou em mais um conflito, visto que a luta pela recategorização buscava amenizar as restrições impostas à população caiçara, principalmente ligadas ao avanço do turismo de massa, avançando no reconhecimento de seu direito ao território e de sua participação ativa na proteção do mesmo. Mas garantir a permanência da comunidade em seu território requer a autorização, controlada, de novas construções. Nesse sentido, ainda hoje existe a dificuldade em lidar com essa contradição, tornando o processo de regularização de novas construções demorado e demasiadamente burocrático.

A questão da ampliação para construção de estruturas em função das atividades turísticas também levanta um desafio a ser enfrentado tanto pela UC, quanto pela comunidade, que está em conseguir realizar a expansão justa

das construções, para que todos possam ter seu meio de hospedagem, sem criar desigualdades em relação ao que cada um possui em termos de estrutura e mantendo a preocupação de manter o equilíbrio em termos ambientais. Esse equilíbrio é mantido historicamente pelas comunidades, mas com o avanço da atividade turística, a atuação das UC se torna um elemento agregador no fortalecimento da gestão territorial/ambiental.

No que diz respeito à dinâmica fundiária, foi explicado que a lei de criação da RDS já prevê que a regularização fundiária vai se dar por contrato de Concessão de Direito Real de Uso, que é de caráter coletivo. Nesse sentido, todas as famílias têm um RIP, o Registro de Imóvel Patrimonial, que foi feito em 1996. Existe uma certa segurança fundiária assegurada e esse é o caminho que tem sido seguido pela UC, no entanto, existem desafios ligados à ampliação da comunidade, devido ao crescimento natural das famílias.

Durante a conversa foi mencionado que em 2022 houve um ofício do presidente do INEA solicitando as tratativas de cessão da área da união para o INEA, justamente buscando encaminhar a regularização fundiária. Foi realizado um projeto a partir de um edital com a FUNBIO para encaminhar um processo de regularização fundiária mais amplo, tendo em vista as novas demandas, mas a empresa ganhadora solicitou um valor muito alto para a execução do projeto e o edital acabou por ser encerrado sem nenhum executor selecionado. Há um edital ativo no presente momento (outubro de 2024), que abrange área mais ampla que a RDS do Aventureiro e busca encaminhar a questão da regularização fundiária das UC administradas pelo INEA. Esse aspecto é relevante de ser, uma vez iniciado, acompanhado e aprofundado, uma vez que a regularização fundiária dos territórios caiçaras é uma demanda histórica não contemplada, restando às UC de Uso Sustentável, de forma contraditória, garantir alguma segurança de permanência dos povos caiçaras em seus territórios.

Em relação às atividades de pesca, extrativismo e roça, foi apontado que não existem medidas de caráter muito restritivo, mas que as autorizações devem ser corretamente solicitadas para não haver problemas. Foi mencionado que a maior parte das famílias que vivem no Aventureiro possuem sua roça, por exemplo, que são pequenas, autorizadas e voltadas para autoconsumo.

Sobre a pesca artesanal, também não há conflitos com a população

local, possuem autorização para ter o cerco e realizar a manutenção de sua atividade de pesca artesanal. O maior desafio está ligado às embarcações de fora, que praticam a pesca de arrasto, proibida na área marinha da RDS. Nesse sentido, é desenvolvido um trabalho de fiscalização intenso para atenuar os impactos desse modelo de pesca, que disputa em termos de recursos pesqueiros, com a pesca artesanal. Acredita-se que a comunidade do Aventureiro vê com bons olhos essa ação fiscalizadora em relação aos interesses externos, reconhecendo que há espécies de pescado que voltaram ou que passam, atualmente, mais tempo na região. Tal fato é visto como resultado dessa atuação de fiscalização mais intensa que se dá há cerca de 4 anos. Também foram estabelecidas algumas regras que são voltadas apenas para os turistas, como por exemplo a pesca de arpão, que só é autorizada para os moradores do Aventureiro. Essa ação fiscalizadora em relação às ações externas no ambiente marinho se torna relevante para a população local, visto que tem como objetivo afastar os interesses externos que prejudicam as práticas tradicionais, causando a redução do pescado.

Importante ressaltar ainda que o trecho da enseada do Aventureiro é a única área marinha de Ilha Grande dentro de área de conservação, já que, embora tenha a ESEC Tamoios, essa apresenta apenas um raio de distância em relação às ilhas, deixando uma margem mais aberta para a expansão da atividade pesqueira. Nesse sentido, a enseada que se alonga do Aventureiro até a Parnaioca é extremamente importante em termos de biodiversidade, guardando farta quantidade de espécies e atuando como um berçário.

Atualmente não há relação de participação direta da UC no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica e nem com o Plano de Gerenciamento Costeiro, mas há uma relação de acompanhamento das principais questões. No que diz respeito à relação com o licenciamento da etapa 4 da exploração da cadeia de petróleo e gás na bacia de Santos pela Petrobras, foi mencionado que nunca foram procurados.

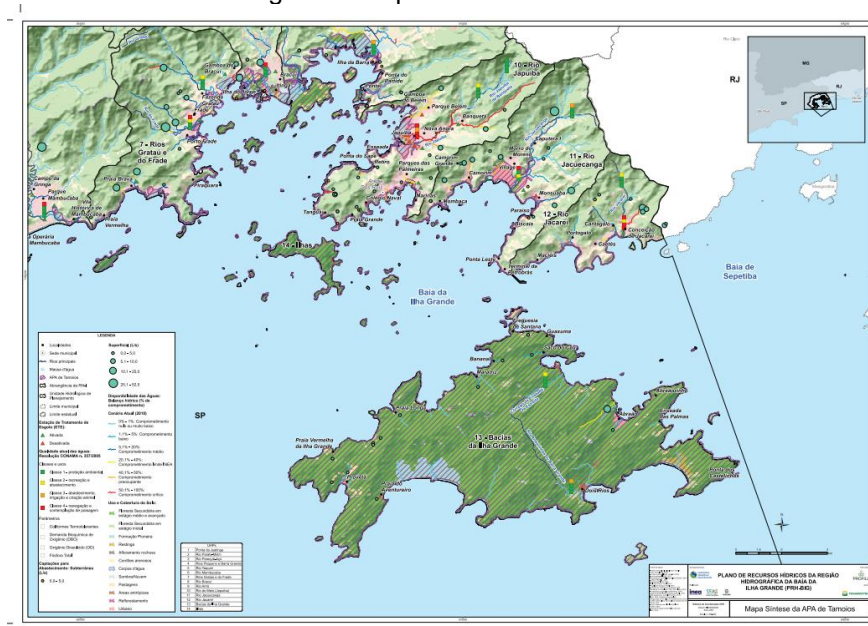
Portanto, o caso do Aventureiro ilustra que, embora a participação comunitária na gestão ambiental seja um caminho promissor para a conciliação entre conservação e desenvolvimento local, ela requer suporte institucional, planejamento e estabilidade política para se manter eficaz e sustentável no longo prazo. Ainda assim, demonstra que quando o território está engajado e organizado, é possível delinear relações de parceria com as

UC, de forma que essas não só atuem na defesa dos interesses tradicionais, como auxiliem no ordenamento das atividades turísticas e no enfrentamento em casos de urgências e desastres, a partir de uma construção conjunta e coletiva.

2.4.3. Área de Proteção Ambiental de Tamoios

A Área de Proteção Ambiental de Tamoios foi criada no município de Angra dos Reis através do Decreto Estadual nº 9.452, de 5 de dezembro de 1986. Com uma área total de 22.545,18 hectares, em um contexto espaço-temporal de expansão urbana, conflitos fundiários e desterritorialização de comunidades tradicionais na região, a criação da APA teve como principal objetivo a “proteção do ambiente natural, das paisagens de grande beleza cênica e dos sistemas geo-hidrológicos da região, que abrigam espécies biológicas raras e ameaçadas de extinção, bem como as comunidades caiçaras integradas naqueles ecossistemas” (INEA, 2024).

Figura 3: Mapa síntese da APA Tamoios



Fonte: [Mapa_APA_Tamoios_RHI_A1_VF_GRAFICA.cdr](#)

A APA desempenha um papel relevante de ordenamento territorial no município de Angra dos Reis, direcionando os usos permitidos nas diferentes realidades espaciais encontradas na área do município. No entanto, pela natureza permissiva da APA quando comparada com algumas outras

categorias de UC, a sua autonomia de impedir o avanço de processos especulativos em sua ampla área de atuação se torna reduzida. Ainda assim, tendo em vista o já mencionado mosaico de UC que compõem a região, a APA se encontra em sobreposição com diversas outras categorias de UC, que conseguem desempenhar uma atuação de caráter mais restritivo, como: REBIO Praia do Sul, Parque Estadual da Ilha Grande, RDS do Aventureiro, ESEC Tamoios e APA Cairuçu.

O plano de manejo da APA Tamoios se encontra em processo de revisão, encabeçado pela empresa Detzel, que ganhou o processo de licitação e fará as revisões, seguindo as normativas do ICMBio, de diversas UC da Costa Verde para além da APA Tamoios, como o Parque Estadual da Ilha Grande, a RDS do Aventureiro e REBIO Praia do Sul. Sobre as formas de participação comunitária no processo de revisão, foi informado pela gestora que estão sendo realizadas uma série de reuniões prévias para definir elementos fundamentais que devem estar contidos na revisão do Plano de Manejo, assim como os setores/grupos que serão convidados a participar. Dentre os setores foram destacados: pesca, turismo e infraestrutura.

O conselho Consultivo se encontra ativo desde 2022 e passará também por um processo de atualização no presente ano de 2024, ordenando a nova composição que ficará em vigor até 2026. Sobre a composição atual do Conselho, destaca-se a participação de instituições públicas, privadas e organizações comunitárias. A multiplicidade de atores atuantes no Conselho Consultivo revela também a assimetria das disputas envolvidas no que tange os diferentes usos do território.

De acordo com a PORTARIA INEA Nº 08 DE 22 DE AGOSTO DE 2022, disponível no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Tamoios (APATAM) é composto por:

- I- Instituto Estadual do Ambiente - INEA;
- II - Associação de Meios de Hospedagens da Ilha Grande (AMHIG);
- III - Associação de Moradores Tradicionais e Amigos da Parnaioca (AMOTAP);
- IV - Brigada Mirim Ecológica;
- V - Costa Verde Ilha Clube;
- VI - Eletrobras Termonuclear S.A.;

- VII - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO);
- VIII - Estaleiro Brasfels Ltda;
- IX - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) - Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS);
- X - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) - Estação Ecológica de Tamoios (ESEC Tamoios);
- XI - Instituto de Pesquisa Histórica e Arqueológica de Angra dos Reis (IPHAR);
- XII - Liga Cultural Afro-Brasileira;
- XIII - Movimento Baía Viva;
- XIV - Ordem dos Advogados do Brasil (21ª Subseção - Angra dos Reis);
- XV - Parceiros da Terra - Instituto de Políticas Econômicas e Socioambientais;
- XVI - Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG);
- XVII - Petrobras Transporte S/A;
- XVIII - Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - Instituto do Meio Ambiente de Angra Dos Reis (IMAAR);
- XIX - Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ);
- XX - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Ecomuseu da Ilha Grande (ECOMIG);
- XXI - Universidade Federal Fluminense (UFF) - Instituto de Educação de Angra dos Reis;
- XXII - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Foi ressaltado pela gestora que a APA tem um histórico de abertura para a participação da população e que busca articular a construção de outras formas de participação social. Mas que, no entanto, alguns processos são dificultados por questões externas e que acabam resultando em uma fragilidade da participação, como o fato de a renovação do Conselho, que é bienal, ter sido atrasada. Ainda assim, a gestora aponta o esforço realizado na busca por uma participação equilibrada dos diferentes atores e interesses, apontando como atualmente existe uma disparidade menor entre institutos e sociedade civil do que já houve na composição do conselho.

Sobre o andamento da participação popular no Conselho, o qual realiza reuniões a cada 2 meses, foi apontado um caráter bastante ativo nas proposições de pautas, projetos, sugestões e denúncias, sendo o principal espaço de diálogo e construção coletiva da UC.

No que diz respeito a existência de conflitos com as comunidades tradicionais, assim como em relação a restrição de práticas tradicionais como a pesca, o extrativismo e a agricultura, foi apontado que a natureza permissiva da APA acaba por não desempenhar um papel conflituoso ou de caráter muito restritivo, mas que são feitas fiscalizações quando são recebidas denúncias de ações que acontecem dentro de cotas inadequadas.

Foi destacada uma movimentação por parte da equipe da APA em estruturar a ampliação da participação nas câmaras técnicas e foi apontada também a relação saudável e consolidada com as comunidades, e que buscam oferecer apoio às ações quando solicitados, contribuindo também com informações relacionadas a temáticas de interesse para as comunidades, principalmente pensando uma melhor relação com a atividade turística, como a partir da realização do Curso de Primeiros Socorros e o Curso de Condução do Turismo, realizado junto a Associação de Moradores e Pescadores da Enseada das Estrelas – AMPEE no ano de 2023.

Além disso, a gestora ressaltou o incentivo que buscam oferecer na reflexão sobre os usos sustentáveis das práticas tradicionais, ressaltando o encontro realizado com a Aldeia Guarani e com o Quilombo do Bracuí sobre a colheita de semente de juçara, atualizando as informações sobre os decretos e zoneamentos em que a coleta é permitida. Ressaltou também que por vezes são solicitados para auxiliar com questões ligadas à legislação ambiental e fiscalização de denúncias de ações ambientais indevidas nos territórios tradicionais, buscando sempre oferecer o apoio solicitado. Embora voltem sua atuação buscando atender as demandas solicitadas por parte das comunidades tradicionais, a equipe da UC lida com uma precarização em sua atuação, visto que são poucos técnicos para atender uma área territorial bastante ampla, assim como uma diversidade de demandas.

No que diz respeito à relação com o Plano de Gerenciamento Costeiro, a gestora apontou que acompanha o Plano de Gestão Costeira com alguns grupos de estudo e pesquisa, realiza reuniões com a Marinha e junto a equipe da ESEC Tamoios, mencionando que está dentre os objetivos atuais avançar

com o planejamento da gestão costeira junto de outros parceiros. Em relação ao Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica, a APA Tamoios, através da gestora, integra parte do Comitê de Bacias Hidrográficas da Baía da Ilha Grande, atuando ativamente na tomada de decisões na região de Paraty, Angra dos Reis e Ilha Grande.

Quando questionados acerca da relação com a Etapa 4 da exploração da cadeia de petróleo e gás na Bacia de Santos, foi colocado que na atual gestão nunca houve procura para o estabelecimento de diálogo e que não existem relações concretas com esse processo. Foi demonstrado abertura para a criação dessa ponte e ampliação de trocas, inclusive através do próprio Projeto Redes, caso seja desejado.

Nota-se que, apesar da natureza regulamentar da APA Tamoios, a mesma possui um histórico de busca pelo diálogo com os diferentes atores que incidem sobre o território, promovendo espaços de troca e construção com as comunidades tradicionais da região. Ao pesquisar o histórico da APA, foi encontrado um episódio que demonstra a força dos interesses em jogo no território que a mesma abrange. O Decreto 41.921³, de junho de 2009, promovido pelo então governador Sérgio Cabral, autorizou a instalação de novos empreendimentos em zona de conservação da vida silvestre da APA onde antes eram apenas permitidas reformas e ampliações de áreas já construídas. Vale mencionar que o decreto sofreu uma ação de inconstitucionalidade, proposta pelo então secretário de Meio Ambiente no momento, Carlos Minc. Tal fato evidencia o desejo por parte de alguns setores, alinhados com alguns políticos, de maior abertura econômica e de transformação da dinâmica atual no território, visto que para viabilizar a construção de novos empreendimentos turísticos e de veraneio nas poucas áreas consideradas “livres” pelo capital, implicaria na desterritorialização das pessoas que vivem na região, ou de uma profunda transformação em seus modos de vida.

Essas ameaças passam, historicamente, por momentos de maior força e de retrocesso, demonstrando a necessidade de vigília permanente por parte dos grupos e comunidades envolvidas. Uma movimentação que demonstrou um novo momento de força em relação às disputas e ameaças acerca das

³ [Ilhagrande - APA-Tamoios - Ilha Grande - RJ](#)

áreas protegidas está no debate da municipalização das áreas de preservação em Angra dos Reis, que ganhou força em 2021.

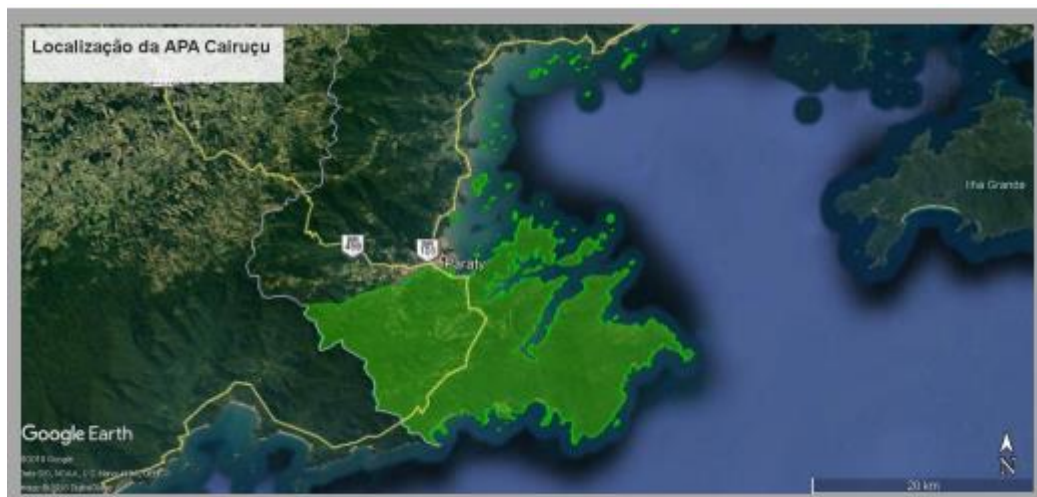
O projeto de Lei Complementar 41/2021, que tinha como proposta justamente a municipalização da APA Tamoios e a revisão dos planos de manejo de todas as áreas protegidas do município de Angra dos Reis, foi debatido a nível de Audiência Pública no estado do Rio de Janeiro, onde foi recebido com forte representação dos movimentos sociais e comunidades tradicionais, que se manifestaram contra à proposta. Vale ressaltar ainda que a proposta de lei foi realizada pela então deputada Célia Jordão, esposa do prefeito de Angra dos Reis naquele momento, Fernando Jordão.

A presença do Fórum de Comunidades Tradicionais, de representantes do OTSS e de várias comunidades tradicionais abrangidas pelo Projeto Redes foi fundamental para oferecer resistência à proposta, demonstrando um nível de mobilização e organização social relevante, em um espaço onde essas pessoas não eram desejadas e onde sua entrada foi evidentemente dificultada.

2.4.4. Área de Proteção Ambiental de Cairuçu

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu é uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável, criada pelo Decreto nº 89.242, de 27 de dezembro de 1983. Está localizada ao sul do município de Paraty (RJ), possui uma área total de 34.690,72 hectares e é constituída por uma porção continental que abrange desde a margem direita do rio Mateus Nunes até divisa com o município de Ubatuba (SP), e uma parte insular que engloba as 63 ilhas de Paraty. Este território abriga diversos povos e comunidades tradicionais indígenas, caiçaras e quilombolas. O objetivo de criação da APA Cairuçu é o de "assegurar a proteção do ambiente natural e sistemas hidrológicos da região, proteger as paisagens de grande beleza cênica da Mata Atlântica, apoiar a manutenção das comunidades tradicionais integradas nesse ecossistema, promover o desenvolvimento do turismo sustentável e incentivar a adoção de práticas sustentáveis em seu território" (ICMBIO, 2018).

Figura 4: Imagem de satélite mostrando a localização da APA Cairuçu



Fonte: Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, INEA, 2018

A APA Cairuçu possui um conselho gestor (CONAPA) ativo e atuante na gestão participativa. O CONAPA é composto por conselheiros de diversos setores da sociedade como: órgãos públicos de ordenamento territorial, fomento e apoio; comunidades residentes caiçaras, quilombolas, indígenas e rurais; universidades, instituições de pesquisa, movimentos sociais, organizações não governamentais e usuários. No que concerne ao setor de comunidades residentes temos a representação de:

- a) Segmento comunidades caiçaras: Associação de Moradores da Trindade (AMOT) (titular), Comunidade da Ponta da Juatinga (suplente); Associação de Moradores da Ponta Negra (titular), Associação de Moradores do Mamanguá (suplente); Associação da Praia do Sono (titular), Associação de Moradores da Ilha do Cedro (suplente); Comunidades de Martins de Sá, Saco das Anchoas e Cairuçu das Pedras (titular); Comunidades da Ilha do Algodão (suplente);
- b) Segmento comunidades continentais: Associação de Moradores da Comunidade Tradicional da Forquilha (titular), Associação de Moradores de Paraty Mirim (suplente);
- c) Segmento comunidades quilombolas: Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (titular), Associação de Moradores do Quilombo do Cabral (suplente);
- d) Segmento comunidades indígenas: Associação Comunitária da Terra Indígena Guarani – T.I. Parati Mirim - Tekoa Itaxim (titular), Tekoa Guyraitapu - T.I. Araponga – Forquilha (suplente).

Também existe a representação das comunidades tradicionais no setor que engloba “Universidades, turismo, ONG e movimentos”, onde no segmento movimentos sociais temos a representação do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) (titular) e a Coordenação Nacional Caiçara (suplente), e no segmento usuários temos a Associação de Barqueiros de Trindade (ABAT) (titular) e a Colônia de Pesca Z18 de Paraty (suplente). Há, portanto, representação significativa no CONAPA de conselheiros(as) de 8 comunidades de atuação do Redes: Trindade, Praia do Sono, Ponta Negra, Martim de Sá (Saco das Anchovas e Cairuçu das Pedras), Ponta da Juatinga, Mamanguá, Ilha do Algodão, Paraty Mirim e Ilha do Cedro. Sendo que a representação não se limita somente aos conselheiros(as), já que lideranças de outras comunidades costumam também ocupar este espaço de controle socioambiental.

O Conselho é constituído por câmaras temáticas (CT), com caráter permanente e grupos de trabalhos (GT), com caráter temporário (ICMBIO, 2018). Dentre as câmaras temáticas destaca-se a Câmara Temática de Comunidades e Povos Tradicionais, que tem conseguido incentivar a atuação de lideranças de comunidades tradicionais.

A questão do acesso à luz elétrica

O Projeto Redes tem influenciado direta ou indiretamente na atuação e incidência política das comunidades que fazem parte do projeto. Destacamos o exemplo da atuação da representação da comunidade da Ponta da Juatinga no CONAPA. A comunidade caiçara da Ponta da Juatinga é uma das comunidades mais isoladas de Paraty, localizada na extremidade da península da Juatinga, onde o acesso é feito exclusivamente pelo mar. A Ponta da Juatinga não tem acesso a luz elétrica e este tem sido o tema gerador que a comunidade escolheu para ser trabalhado com o Projeto Redes. Desde o início desta segunda fase do Projeto Redes realizaram-se diversas reuniões formativas com a comunidade para entender coletivamente o processo para mobilização visando a garantia do direito de acesso a luz elétrica.

Desde 2018 a comunidade caiçara da Ponta da Juatinga conta com Anuência (Relatório de Vistoria REEJ 15 e 16/2018) da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (que será aprofundada no item 2.4.5) / Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e Autorização Direta (nº74/2018) da Área de Proteção

Ambiental (APA) de Cairuçu / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para a instalação de sistemas fotovoltaicos nas casas. Há uma Ação Civil Pública (ACP Nº 0801803-51.2023.8.19.0041) que o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) entrou contra a Enel (empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica), para tratar acerca dos problemas relacionados à qualidade dos serviços de energia elétrica prestados no município de Paraty como um todo. Após as formações e entendimento coletivo com a ajuda do Projeto Redes, a comunidade organizou um abaixo-assinado reivindicando o acesso a luz elétrica e protocolou, em julho de 2023, na sede da Enel no Rio de Janeiro, com cópia para no Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), Defensoria Pública do Rio de Janeiro, Prefeitura de Paraty, Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ) / Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O CONAPA aprovou uma moção de apoio que endereçou as mesmas instituições que o abaixo-assinado foi direcionado. Houve retornos do MME e do MPRJ e a partir do da renovação do Programa Luz para Todos (Decreto nº 11.628, de 4 de agosto de 2023) a Enel solicitou aporte de novos recursos para atendimento à comunidade e informou que em 2025 a comunidade seria atendida.

O Projeto Redes contribui também com a comunidade caiçara de Martim de Sá na organização para demandar o acesso à energia elétrica. A comunidade registrou no CONAPA em 2023 um abaixo-assinado solicitando o apoio do ICMBio para acesso à tecnologia de geração de energia elétrica, com a aquisição e instalação de uma turbina hidráulica (Micro Central Hidrelétrica), com parte dos recursos provenientes do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Frade, geridos pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). Os recursos foram garantidos e o processo de compra e instalação dessa tecnologia está em andamento. A ideia é atender o fornecimento parcial de 8 casas, com foco no fornecimento de energia elétrica para a refrigeração de alimentos.

A partir dessas provocações sobre a falta de luz elétrica no âmbito do CONAPA, criou-se o Grupo de Trabalho (GT) Luz, para organizar as demandas relativas à falta de acesso ou acesso precário, com vistas na

elaboração de um Dossiê que possa embasar a mobilização, incidência e as ações legais cabíveis. O trabalho deste GT Luz tem repercussão para as demais comunidades caiçaras ainda não atendidas com este direito (Saco das Anchovas, Sumaca, Saco Claro, Ilha do Algodão, Ilha do Cedro) e nas demais comunidades caiçaras da região costeira que tem acesso à energia elétrica, mas de forma precária e com risco de vida. As comunidades da enseada da Cajaíba, que já foram atendidas no Programa Luz para Todos com acesso a luz por com postes e fiação, denunciam a constante falta de luz e condições precárias da rede, com fios expostos e no chão que rotineiramente pegam fogo, colocando as pessoas e o ambiente em perigo.

A regularização fundiária

Outro assunto que o Projeto Redes tem influenciado no seu trabalho no CONAPA, neste caso nas comunidades da Praia do Sono e Ponta Negra principalmente, é em relação a mecanismos de regularização fundiária e o caso da ação discriminatória que corre no Supremo Tribunal Federal. O Projeto Redes realizou diversas formações envolvendo esta temática. A Ação Cível Originária (ACO) 586, conhecida popularmente como discriminatória do Sono, é uma ação judicial referente à titularidade de terras situadas na Praia do Sono e Ponta Negra. A União disputa a titularidade das terras com o Estado do Rio de Janeiro e o espólio de Maria Leny de Andrade Tannus. É um processo que tramita desde 2000 no STF e tem como relator o Ministro Dias Toffoli. No processo formativo com as comunidades descobriu-se que a comunidade caiçara não consta como parte do processo, ou seja, é como se não existisse no papel. Como estratégia de ação, para reverter essa invisibilidade, desde janeiro de 2024 algumas lideranças têm se organizado, enquanto o FCT entrou com pedido de *Amicus curiae* na ACO 586 e aguarda a análise pelo relator.

Planos de Desenvolvimento Comunitário

Outro tema que o Projeto Redes tem influenciado na atuação das comunidades no âmbito do CONAPA é na construção dos Planos de Desenvolvimento Comunitário (PDC). Tanto a comunidade caiçara da Praia Grande da Cajaíba como a da Ponta Negra foram contempladas com recursos do ICMBio para a elaboração de seus respectivos PDC. O Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC) é um documento fruto de um processo

participativo criado para que os moradores de uma comunidade possam pensar, refletir, planejar e melhorar a organização territorial e ambiental desta comunidade e seu território. É um instrumento previsto no plano de manejo da APA Cairuçu (Portaria ICMBio nº 533/2018) como de alta prioridade para a gestão. O PDC tem a função de ajudar a comunidade a acessar políticas e serviços públicos, projetos e ações de desenvolvimento comunitário, organizando estratégias, responsáveis, indicando onde e como procurar tais recursos. Os PDC da Praia Grande da Cajaíba e da Ponta Negra foram realizados com recursos provenientes do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Frade, geridos pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO).

2.4.5. Reserva Ecológica Estadual da Juatinga⁴

Criada no ano de 1992 pelo então governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, a partir do Decreto Estadual nº 17.981 consolidou-se a existência da Reserva Ecológica da Juatinga. Com área de 9.797 ha, a unidade se encontra completamente sobreposta à APA Cairuçu, representando 30,6% do total da mesma (SOARES, 2019).

Figura 5: Localização da Reserva Ecológica da Juatinga com destaque para sobreposição com a APA Cairuçu



Fonte: [Paraty, RJ | Bouquet de Cravos & Conchavos](#)

⁴ O trecho que corresponde ao conteúdo da Reserva Ecológica da Juatinga reproduz dissertação de mestrado de Marinho (2023), intitulada “A produção capitalista do espaço, os conflitos dela resultantes e as resistências a ela manifestadas: refletindo sobre as experiências vividas pelos habitantes da Praia do Sono, Paraty/RJ”. A pesquisa foi desenvolvida com apoio do Projeto Redes. A autora compõe o GT Pesquisa desde 2022.

A pesquisadora Taina Miê Soares (2019) retoma o processo de criação da REEJ, onde explicita a relação direta existente entre a abertura da Rio-Santos e os conflitos na Praia do Sono - associados a grilagem de terras e as violações realizadas para implementação e permanência do condomínio Laranjeiras- com a criação da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ). Nesse sentido, segundo Soares (2019, p 53), em 1991 foi efetuada uma lei estadual que autorizava a criação da UC. Ela aponta que:

Essa lei era fruto da articulação do assessor parlamentar José Carlos, em aliança com um padre da Pastoral da Terra e um procurador, todos aliados políticos da comunidade da Praia do Sono. As motivações para tais ações do executivo são demonstrações da preocupação com os impactos sociais e ambientais da construção da rodovia Rio-Santos (FONTES, C. F. L.; GUERRA, A. J. T. 2016), na década de 1970, que permitiu a chegada do turismo, o acirramento da especulação imobiliária, degradação ambiental e pressão sobre os grupos comunitários locais. A criação de UCs nesse período na região, PN Bocaina (1972), APA Cairuçu (1983), APA da Serra do Mar (1984), ESEC Tamoios (1990), RE Juatinga (1992) explicitam essa estratégia política. (SOARES, 2019, p 53)

Diante da natureza demasiadamente permissiva da APA Cairuçu, devido a vasta área incorporada a ela e a grande variedade de realidades nas quais se insere, a criação da REEJ surge com intuito de promover uma atuação mais restritiva sobre a região da Península da Juatinga, atendendo mais diretamente os objetivos da reprodução do modo de vida caiçara. Os estudos de Cavalieri (2003) já apontavam que existiam diversas justificativas que apoiavam a criação de uma outra área protegida sobre a região da Península da Juatinga, tendo em vista suas especificidades ambientais e sociais, já que suas condições geográficas mantinham um certo isolamento das populações caiçaras que alí viviam/vivem.

Ainda que tenha tido origem a partir de uma forte movimentação popular com articulações políticas do estado do Rio de Janeiro, sendo inicialmente motivo de comemoração e até mesmo um certo alívio para as comunidades, diante da violência dos conflitos que estavam postos, esse alívio logo foi superado, dando início a uma nova tensão. Um dos principais motivos dessa tensão está na natureza mais restritiva da REEJ, que não teve seu regramento interno debatido com aqueles em quem essas leis recaíam diretamente, sendo estruturado no território numa lógica “de cima pra baixo”. O primeiro artigo do decreto que institui a criação da reserva já anuncia o

cenário conflituoso e as implicações que a contraditória presença da área protegida traria:

Art. 1º - Fica criada, no município de Parati, a Reserva Ecológica da Juatinga, de natureza non aedificandi, delimitado de um lado, pelo Saco do Mamanguá, de outro e pela frente, pelo mar aberto e, pelos fundos, por uma linha reta imaginária que, partindo do ponto conhecido como Cachoeira do Cocal (no lado do Canto Bravo da Praia do Sono), alcança o local conhecido como Porto do Sono (ao fundo do Mamanguá), ficando, destarte, resguardada a faixa da Marinha. (RIO DE JANEIRO, Diário Oficial, 1992).

Numa clara tentativa de intervenção pública nos duradouros conflitos da região, é delimitada a área da REEJ. Dois aspectos chamam atenção nesse artigo primeiro, a descrição da área contemplada pela REEJ e sua natureza non aedificanti. A descrição da área a ser protegida não por acaso engloba em sua totalidade as áreas que estavam sendo griladas por Gibrail Tannus através do crime do indevido “alongamento” da velha conhecida Fazenda Santa Maria. Tal fato expressa uma ação mediadora do Estado na resolução dos conflitos (SOARES, 2019). Seguem abaixo o mapa com a delimitação da REEJ e o mapa com a área correspondente a Fazenda Santa Maria (em vermelho) e a parte que foi grilada (em rosa), evidenciando que a área em disputa através da grilagem passa a compor inteiramente a REEJ. Embora envolta de contradições, esse é mais um caso que evidencia como as UC podem ser utilizadas como instrumento estratégico de atenuação de conflitos em função dos interesses dos povos e comunidades tradicionais.

Figura 6: Mapa da REEJ



Fonte: INEA, 2018 apud Marinho (2023, p 149)

Figura 7: Planta evidenciando a área legal que corresponde a Fazenda Santa Maria, adquirida por Gibrail Nubile Tannus (em vermelho) e a área acrescida ilegalmente por Gibrail no registro de imóveis (hachurado em rosa)



Fonte: <http://gg.gg/gvu76>. Faro (2021 apud Marinho, 2023)

No entanto, a natureza non aedificandi da Reserva, colocada com intuito de impedir ou ao menos frear a especulação imobiliária, o desenvolvimento de mega hotéis, resorts e condomínios de veraneio - como o Laranjeiras, que resultam na desterritorialização de comunidades inteiras, logo se configura como um elemento que torna a defesa do meio ambiente e da permanência da própria população caíçara contra si mesma. Pois como aponta Da Silva (2020, p. 126) a REEJ “traz em si uma contradição legal, pois pretende estimular a

cultura dos povos tradicionais locais ao mesmo tempo que proíbe construções e o uso dos recursos”. Portanto, como aponta Faro (2021):

Aprisionados numa espécie de paradoxo jurídico, os caiçaras passaram a conviver com um instrumento legal que reconhece seu direito à permanência no território, mas que lhes retira as condições de reprodução material e social. Esta contradição trouxe diversos conflitos para a vida dos moradores e para a gestão e implementação da própria unidade. Essas contradições que compõem o contexto normativo da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga colocaram como centro da gestão territorial o controle sobre as construções e obras, e posteriormente – mas não descolado deste eixo – o controle sobre o turismo. (FARO, 2021, pgs. 93 e 94)

Diante desse cenário, são inauguradas uma série de tensões no território, relacionadas principalmente com o caráter não edificante da reserva, que se traduz na proibição ou extrema dificuldade para expansão e novas construções de casas para moradia, bares e restaurantes para atender às novas demandas de turismo e veraneio. As tensões se relacionam também com as expressivas restrições quanto ao uso do território, as limitações para abrir novas áreas para roça, para atividades de extrativismo, limitação da atividade de caça etc. Ou seja, limitações e necessidade de autorizações e negociações passam a ser recorrentes para a realização de práticas que antes eram cotidianas na Praia do Sono e em toda a região incorporada pela REEJ.

Pode-se afirmar que as áreas protegidas são elementos que transformam permanentemente o cotidiano das comunidades caiçaras a partir da implementação de suas legislações, colocando, muitas vezes, os habitantes dessas comunidades como estranhos em seu próprio lugar. O controle que já havia sido instaurado em partes pelo Estado desde a década de 1980 com a chegada da APA Caiçuçu, passa a ser mais expressivo com a chegada da REEJ.

Como fica evidente, apesar de os caiçaras serem os protagonistas da conservação local, os mesmos têm suas práticas limitadas e criminalizadas pela política das áreas protegidas. O que configura uma atuação dúbia, pois foram essas mesmas práticas que possibilitaram um uso sustentável dos ditos “recursos naturais”, resultando no cenário de preservação que é hoje tão requerido por diferentes atores. Ao abordar a trajetória da REEJ, mais um elemento complicador surge: a criação do Sistema Nacional de Unidades de

Conservação (SNUC) em 2000, ou mais especificamente, a não inserção da categoria Reserva Ecológica nele.

Uma vez não inseridas nas categorias propostas pelo SNUC, as áreas protegidas teriam um tempo hábil para passar por um processo de recategorização. Embora a criação do SNUC tenha se dado no ano 2000, 24 anos depois de sua criação, a REEJ segue sem passar pela recategorização. Esse limbo jurídico também é um elemento de tensão que, pela falta de encaminhamentos e resolução, acabou se tornando uma ameaça de caráter permanente.

É nesse tipo de vácuo que se apoiam iniciativas como o projeto “Cancun brasileira”, proposto pela família Bolsonaro. Assim como projetos de municipalização das unidades de conservação, buscando colocar o poder sobre as UC na categoria política mais sujeita às pressões dos empreendimentos turístico-veranistas, a esfera municipal. Soma-se a isso ainda o fato que as leis e delimitações de áreas acabam ficando suscetíveis a alteração constante nas legislações que as instituem, fato que gera uma certa insegurança para as pessoas nela residentes, uma vez que as legislações muitas vezes são adaptadas de acordo com os interesses que chegam ao território. Um exemplo desse contexto é o caso da retirada de área do Parque Nacional da Bocaina para implementação do Condomínio Laranjeiras, no início dos anos 1970.

Portanto, nota-se que mesmo o caráter de proteção sobre as comunidades tradicionais deve ser abordado de forma cautelosa, pois, ainda que de fato as unidades de conservação, quando consolidadas, sejam elementos que garantam um afastamento de interesses de grileiros e empresários dos setores turístico imobiliário e industrial, é necessário pontuar que esse suposto caráter “consolidado” está sempre em jogo, sob constante disputa de distintos interesses que tensionam forças extremamente assimétricas sobre o território. Nesse sentido, diante dos múltiplos interesses especulativos existentes sobre a região, no contexto de anos de desmonte e um atual exercício de reconstrução dos órgãos de fiscalização e proteção ambiental, percebemos a fragilidade inerente às legislações ambientais.

2.4.6. Estação Ecológica de Tamoios (ESEC Tamoios)

A ESEC Tamoios é uma Unidade de Conservação Federal, classificada como de proteção integral. Abrangendo os municípios de Angra dos Reis e Paraty, a UC foi criada através de um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) referente à usina nuclear Angra 2. Uma das contrapartidas para a criação da usina foi destinar uma parte da verba por parte do empreendimento em função da criação da UC. Além disso, já constava no Decreto nº 84.973/1980 a necessidade de co-localização de estações ecológicas e usinas nucleares. Nesse sentido, o TAC é implementado em função do cumprimento da legislação prevista.

A ESEC Tamoios, que engloba aproximadamente 29 ilhas (e seus entornos marinhos no raio de 1km), se encontra quase sobreposta à APA Cairuçu, cumprindo um importante papel de dar continuidade ao mosaico de UC presentes na baía da Ilha Grande. Apesar de sua relevância no que diz respeito à proteção do ambiente marinho e costeiro, com preservação de mangues, costões, ilhas, lajes, rochedos e as espécies que esses espaços abrigam, é importante refletir sobre a relação existente entre a territorialização de um grande empreendimento do porte de uma usina nuclear, a implantação de unidades de conservação e a dinâmica própria do modo de vida das populações tradicionais locais, que têm, em sua maioria, a atividade pesqueira como fonte de alimento e renda.

A territorialização de um empreendimento como uma usina nuclear, que carrega consigo uma série de riscos e que requer, para seu funcionamento pleno, uma série de transformações no território e no maretório, geram impactos para as populações pesqueiras. Esses impactos são cumulativos, visto que existem uma série de grandes empreendimentos ao longo do litoral de Paraty e Angra dos Reis. Ainda assim, a chegada da usina eleva os riscos impostos às populações locais, visto que podem ocorrer acidentes nucleares com vazamentos e explosões que podem gerar contaminações radioativas, nos casos mais graves.

Cotidianamente, os pescadores lidam diretamente com a perda de território pesqueiro e transformação da biota marinha, tendo em vista a alteração na temperatura da água em função do resfriamento do maquinário da usina. Esses impactos afetam não só a dimensão econômica, como a dimensão social, psicológica e cultural, já que, diante do risco permanente,

podem ocorrer casos de ansiedade, estresse, déficit alimentar, além das alterações nas dinâmicas pesqueiras (rotas de pesca e o conteúdo pescado). Tal fato chama atenção para a saúde mental e os impactos que os grandes empreendimentos trazem, também, para essa dimensão, como tem sido apontado pelo OTSS.

Por outro lado, a implantação da ESEC busca oferecer uma alternativa ao preocupante cenário em torno da existência das usinas nucleares e seus impactos, principalmente relacionados ao meio físico e biótico. No entanto, por mais que represente um caminho no que diz respeito à preservação das espécies de fauna e flora, pelo seu caráter de proteção integral que inviabiliza os usos feitos do território, é esse mesmo caráter que vai representar mais um conjunto de violações que serão, novamente, impostas às populações caiçaras e pesqueiras.

Chama atenção a incompatibilidade dessa UC com a dinâmica local, tendo em vista os diversos empreendimentos que já existiam na região no ano de 1990 quando a ESEC foi criada, sua implementação deveria estar alinhada com os usos feitos do território, para não representar a chegada de mais um elemento complicador para as populações tradicionais. Mas na prática, o que ocorre é o contrário. Passando simultaneamente por duas cadeias de impactos de naturezas distintas, mas que gera como consequências direta redução dos territórios pesqueiros e imposições na mudança das dinâmicas de pesca, as populações locais convivem com um cenário conflitivo, sujeitas a multas e alvo de frequente fiscalização.

Além disso, destaca-se, segundo Chada (2015), que não foi realizado nenhum tipo de consulta à sociedade civil para a implementação da UC e que, ainda que já implementada no âmbito legal, levou cerca de 10 anos para que realmente houvesse a percepção social da existência da UC, já que desde o início foi implementada com déficit de recursos, que resultaram na demora pela criação do Plano de Manejo, assim como para contratação de equipe técnica e maquinário para viabilizar o trabalho de fiscalização. Tal cenário torna ainda mais complexa a relação com os pescadores, visto que não houve um movimento inicial voltado para comunicar a chegada da UC e as consequências que ela implicaria para a atividade pesqueira.

Tendo em vista esse contexto, em 2007 foi implementado o conselho gestor da ESEC, visando horizontalizar as discussões relacionadas aos

conflitos existentes entre a UC e a pesca artesanal. Como forma de dialogar com os interesses em questão, o instrumento legal TC (Termo de Compromisso) tem se destacado como um caminho viável. Nesse sentido, abordaremos dois casos de acordos comunitários com a gestão da UC: o TC de Tarituba (Paraty) e o TC da Praia Vermelha (Angra dos Reis). Além disso, abordaremos a experiência mais recente de construção do Plano de Pesca Compromissada na ESEC Tamoios, um importante avanço na gestão ambiental compartilhada dos territórios tradicionais em área sobreposta à UC integral.

Termo de Compromisso com a comunidade de Tarituba - Paraty

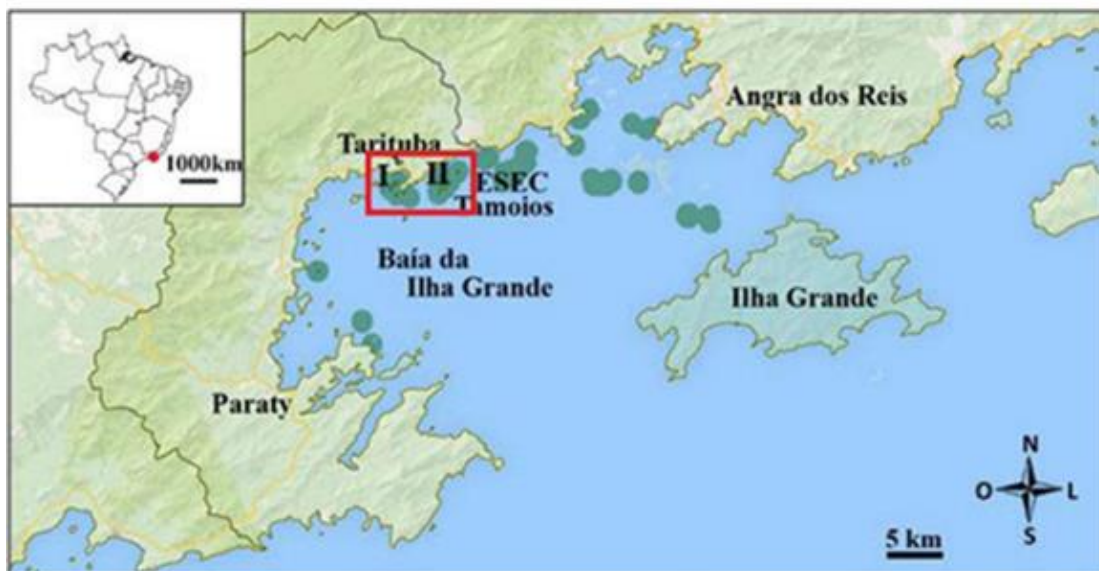
Embora tenha começado a ser discutido em 2012, somente em 2017 o TC entre a ESEC e a comunidade de Tarituba foi oficializado, no entanto, anteriormente já havia avanços em relação à flexibilização da atividade pesqueira.

A implementação do TC teve como resultado a definição de dois “blocos de ilhas” que fazem parte da ESEC e que passariam a estar aptos a receber a atividade da pesca artesanal pelos moradores da Tarituba. O processo de elaboração junto aos pescadores envolvidos foi registrado na dissertação de mestrado de Dias (2015). Dentre as obrigações estipuladas pelo ICMBio, estariam:

“II- Coordenar processos de monitoramento participativo da pesca em Tarituba, junto com os pescadores compromissados e instituições parceiras, em pesquisa norteada pelos seguintes objetivos:

- a) Comprovar a importância dos blocos I e II da ESEC Tamoios (Cláusula Terceira) para a pesca de Tarituba.
- b) Contribuir para que a pesca de Tarituba perdure.
- c) Diminuir os conflitos entre pescadores e agentes de fiscalização.
- d) Contribuir com a valorização, fortalecimento e união dos pescadores de Tarituba.”

Figura 8: Blocos de ilhas da ESEC Tamoios que compõe o TC com pescadores artesanais de Tarituba



Fonte: Termo de Referência (TdR) nº 2023.1109.00038-4 (Relatório Funbio)

Destaca-se, dentre os objetivos, a busca pelo reconhecimento do território pesqueiro e pela manutenção da atividade da pesca artesanal, buscando encaminhar um cenário de resolução de conflitos e valorização da atividade da pesca artesanal e seus realizadores.

O Termo de Compromisso (TC) estabelecido em 2017 possuía 3 anos de validade. Tendo em vista a pandemia da Covid-19, o TC só foi renovado em 2021, sem ter seu conteúdo alterado. Ao ser renovado em 2021, foi estipulada a durabilidade de 2 anos e a não possibilidade de renovação, mas a possibilidade de encaminhamento de criação de um novo TC. Já vencido, a UC busca formas de renovar os acordos com os pescadores de Tarituba, que deverão estar conformados no plano de manejo, em zoneamento específico.

Nesse sentido, destaca-se o TC como um instrumento relevante, que pode ser mobilizado em função das comunidades tradicionais, atuando na mediação de conflitos que atingem a manutenção do modo de vida local. Destaca-se, entretanto, o longo tempo de diálogo e a burocracia envolvida na consolidação do TC e, por outro lado, seu curto tempo de duração, o que requer a renovação também de todo o esforço e mobilização realizado para sua consolidação.

Termo de Compromisso da Praia Vermelha - Angra dos Reis

O TC da Praia Vermelha também foi atrasado pela pandemia da Covid-19. O diálogo referente à construção do TC, que tinha sido iniciado em 2019,

foi interrompido pela pandemia, sendo consolidado somente em 2022. Vale ressaltar que esse TC abrange um número bastante limitado, em que somente 3 pescadores são atendidos pelo acordo.

De acordo com o relatório da FUNBIO, empresa contratada para construção da proposta de monitoramento participativo da pesca artesanal, é indicado o mapeamento de outros pescadores, assim como a identificação das modalidades de pesca por eles praticados, para poder avançar no estabelecimento de áreas livres para a prática da pesca artesanal, assim como no monitoramento participativo. Com o mesmo objetivo, foi recomendada a articulação com a Colônia de Pesca Z-18, assim como comunidades próximas, que acabam afetadas pelo raio de 1km de ilhas abarcadas pela ESEC.

Destacou-se a relevância do monitoramento participativo e foi apontado, pelo mesmo relatório, que o ICMBio tem realizado estudos buscando desburocratizar o processo de monitoramento dos TC e viabilizar que esse processo seja realizado pelas próprias comunidades, em parceria com a gestão da UC, visando a produção de indicadores ligados a: i. Qualidade da biodiversidade em função do uso; ii. Efeitos na qualidade de vida das comunidades; iii. Efeitos na gestão da UC (FUNBIO).

Tal apontamento representa um avanço na forma como o monitoramento, e de forma mais ampla, a gestão ambiental do território é enxergada pelos órgãos responsáveis, assim como demonstra um avanço na relação com as comunidades, visto que atribui a estas a capacidade e a confiabilidade em realizar o monitoramento junto à equipe atuante na UC.

Como ressaltado no caso anterior, enquanto as legislações atribuídas às diferentes modalidades de UC continuarem representando possíveis fontes de conflito e perda de autonomia sobre o território por parte dos povos e comunidades tradicionais, o TC continuará sendo um importante instrumento de flexibilização e justiça. Ainda assim, a longo prazo, é necessário avançar na construção de uma legislação ambiental que reconheça a indissociabilidade existente entre estes povos, seu modo de vida e o território que habitam, compreendendo as comunidades tradicionais como grandes aliadas na proteção e defesa do meio ambiente.

O Plano de Pesca Compromissada na ESEC Tamoios

Após as experiências bem-sucedidas dos TC de Tarituba e da Praia Vermelha, foi contratada uma consultoria para dar encaminhamento à construção de um instrumento permanente que compatibilize a atividade da pesca artesanal de baixo impacto e a conservação dos bens naturais sobrepostos pela UC.

A construção do Plano de Pesca Compromissada da ESEC Tamoios contou com algumas etapas de estruturação, orientada pelo objetivo de resolução de conflitos e alinhamento de expectativas, interesses, pontos de convergência e divergência entre os pescadores e a equipe atuante na UC. Ressalta-se a preocupação na criação de mecanismos de comunicação, transparência e diálogo, com uso de linguagem adequada, assim como estratégias de monitoramento viáveis, estruturadas com o “pé no chão”, para que esteja alinhada com as possibilidades existentes no território.

O plano passará a compor o Plano de Manejo da ESEC, como forma de garantir permanentemente a manutenção dos direitos de uso do território por parte dos pescadores não só de Tarituba e Praia Vermelha, buscando mobilizar outros sujeitos de direito que não participaram dos TC, como pescadores de Ponta Grossa, Praia Grande, Ilha do Araújo, São Gonçalo, além de pescadores da Colônia Z-18.

A experiência de construção do presente plano tem sido bem-vista pela consultoria e pelos órgãos gestores, considerada uma iniciativa inovadora, que carrega consigo uma mudança de paradigma referente a como a gestão ambiental do território é entendida pelos órgãos ambientais. Foi apontada, portanto, como uma iniciativa a ser replicada em todo o país, com indicações de replicação inicialmente na área marinha do Parque Nacional da Serra da Bocaina, que é sobreposta ao território pesqueiro da comunidade de Trindade, sendo fonte de inúmeros conflitos historicamente.

A inserção do Plano de Pesca Compromissada no Plano de Manejo da ESEC e a preocupação demonstrada em efetivar o processo de forma participativa, com estratégias de sensibilização da equipe do ICMBio para reconhecer, incorporar e implantar o plano, assim como assumir uma atuação mais cuidadosa na manutenção da relação com as comunidades tradicionais é um importante indicativo de avanços na gestão ambiental compartilhada. É urgente que iniciativas desse porte sejam divulgadas e replicadas, já que representam um passo a mais no reconhecimento dos direitos dos povos e

comunidades tradicionais, além de revelarem a potencialidade de ter esses sujeitos como parceiros e os grandes aliados na busca pela preservação ambiental.

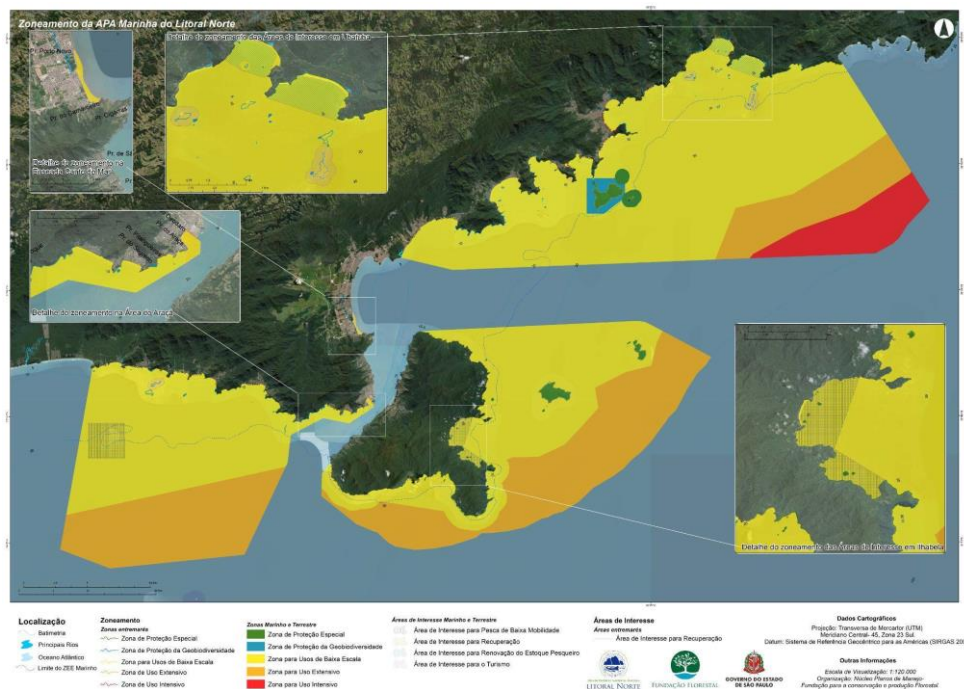
2.4.7. Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Norte de São Paulo

A APA - Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte foi estabelecida pelo Decreto Estadual nº 53.525, em 8 de outubro de 2008, e abrange uma área de 316.236,50 hectares. Ela inclui os municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião.

A Área de Proteção Ambiental Marinha tem como objetivo equilibrar a conservação ambiental com o uso dos recursos naturais, valorizando as funções sociais, econômicas, culturais e ambientais das comunidades tradicionais da zona costeira. Isso inclui incentivar práticas que promovam o uso sustentável, garantir a manutenção dos estoques pesqueiros nas águas paulistas e promover o uso ecologicamente adequado e responsável do espaço marinho, especialmente nas atividades turísticas.

O Conselho Gestor é estruturado para garantir a participação de diferentes setores da sociedade, especialmente aqueles com forte conexão com o uso e a preservação dos recursos marinhos. Desde 2017, com a formalização de seu Conselho, estabeleceu-se um processo criterioso para a ocupação das cadeiras, o que gera disputas devido ao alto número de interessados. A composição atual contempla: Comunidades Tradicionais: 1 cadeira exclusiva para representantes de comunidades tradicionais. Setor de Pesca: 4 cadeiras para colônias de pesca e pesca artesanal. Maricultura: 1 vaga específica para representantes dessa atividade. Esportes Náuticos (Arcas): 1 cadeira, atualmente em conflito com o setor de pesca, devido à disputa pelo uso dos espaços marinhos. Com uma alta demanda por participação, em caso de empate, são realizadas eleições para definir os representantes. Esse processo reflete o interesse e o engajamento da comunidade em fazer parte das decisões que impactam o uso e a preservação da área marinha.

Figura 9: Mapa zoneamento - APA Litoral Norte.



Das modalidades de participação social incluem: Conselho Gestor: Órgão principal, que delibera sobre políticas e práticas de conservação. Câmaras Técnicas: criadas para temas específicos, como a pesca e a maricultura, oferecendo espaço para discussões técnicas. Grupos de Trabalho (GTs): Focados em projetos específicos, como: Cerco Flutuante: Gestão e regulamentação específica. Pesca de EMALHE, Rede boieira, Primeira Milha Náutica: Modalidades de pesca regulamentadas conforme o zoneamento. Ordenamento da Ilha das Couves: Deliberações sobre o uso e a proteção da ilha. Mar Sem Lixo: Iniciativa de educação e conscientização ambiental para a limpeza do oceano. GT Licenciamento: Supervisão dos processos de licenciamento ambiental na área. Projetos de Educação Ambiental: Projetos que visam educar e engajar a comunidade na preservação ambiental. Além das reuniões e eventos regulares, essas modalidades proporcionam espaços para a troca de ideias e o desenvolvimento de estratégias de preservação e uso sustentável da APA.

A APA conta com zonas de proteção que estabelecem restrições à pesca e outras atividades, com o objetivo de preservar a biodiversidade marinha. Entre as principais restrições estão: Zona de Proteção da Geobiodiversidade: Área que proíbe a pesca e o extrativismo, representando menos de 1% do território da APA. Pesca de Parelha e Aparelhos de Sustentação de Ar: São proibidas, assim como a pesca industrial na zona de

uso de baixa escala. Zona de Uso Extensivo: Restrições incluem a proibição do arrasto motorizado, conforme as normas de zoneamento costeiro. Essas restrições geram conflitos, especialmente com o setor de esportes náuticos e de pesca artesanal, devido ao compartilhamento dos espaços e à regulamentação rigorosa que limita o acesso e o uso de determinadas áreas.

Há um conflito específico relacionado à proposta de recategorização de um trecho da APA, visando à criação de um Parque Marinho no entorno do Parque da Ilha de Anchieta. Outro ponto de tensão envolve a concessão privada e a permissão de uso da Ilha de Anchieta. Esse processo, que ocorre paralelamente à gestão da unidade pela APA pelo Parque Estadual da Ilha Anchieta, está sendo conduzido pela Secretaria do Patrimônio da União e é voltado para o uso privado da ilha.

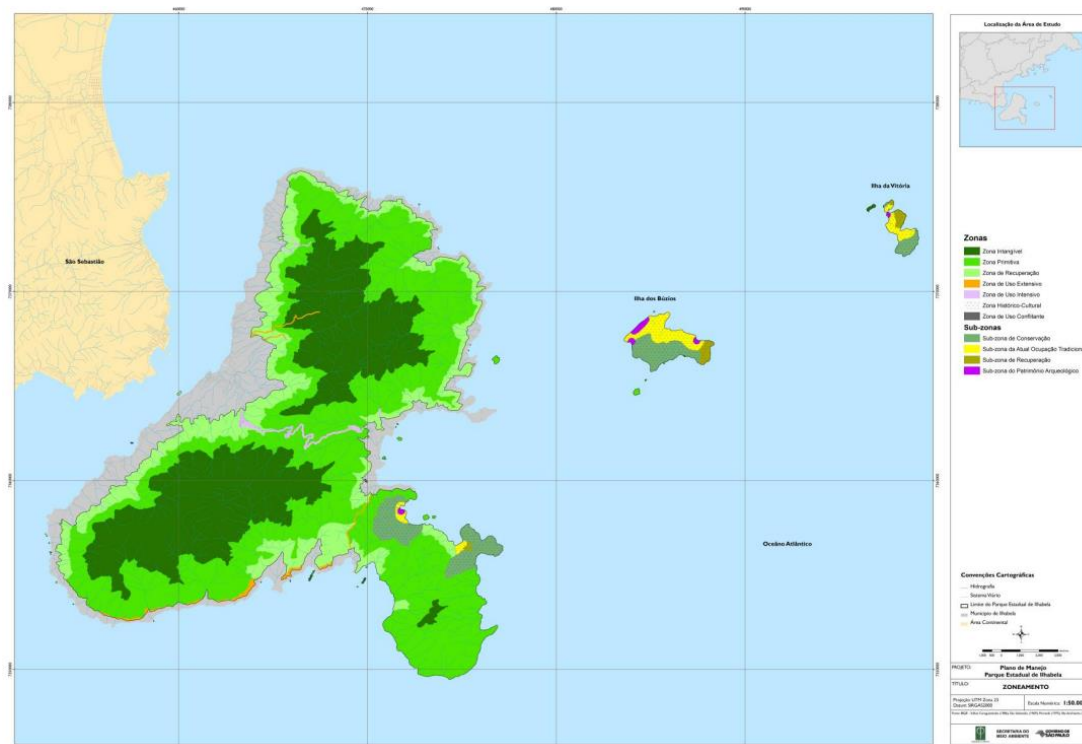
2.4.8. Parque Estadual da Ilhabela

O Parque Estadual da Ilhabela é uma unidade de conservação de proteção integral do Estado de São Paulo fundada em 1977, a abrangência da UC é composta pelo município de Ilhabela e sua gestão é feita pela Fundação Florestal.

Desde agosto de 2023, Gabriela Carvalho Cunha Castro assumiu a gestão do parque. A administração envolve a participação de diversas partes interessadas, incluindo representantes das comunidades tradicionais, que ocupam quatro cadeiras no conselho consultivo. As comunidades representadas incluem Praia Mansa, Bonete/Ilha de Búzios, Castelhanos e Ilha da Vitória. Apesar da importância desse conselho, a participação dos conselheiros tem sido moderada desde a pandemia, com a presença nem sempre garantida de todos os membros em reuniões.

O Projeto Redes deve contribuir para fortalecer essas comunidades junto à gestão das unidades de conservação, ajudando a qualificar a participação dos comunitários no conselho e na elaboração dos planos de manejo e acordos comunitários.

Figura 10: Mapa zoneamento Parque Estadual da Ilhabela.



Fonte: São Paulo (2015)

As legislações estaduais impõem restrições rigorosas quanto ao uso dos recursos naturais e à realização de construções na floresta. Por isso, qualquer iniciativa que envolva o uso de recursos ou a construção de edificações dentro da área do parque requer uma solicitação formal de autorização.

Os trabalhos estão sendo retomados junto às comunidades tradicionais para discutir a possível criação de um Plano de Uso Tradicional (PUT). O Plano de Uso Tradicional (PUT) é um documento destinado a regulamentar e orientar o uso dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais, respeitando suas práticas culturais e modos de vida. Geralmente desenvolvido em parceria entre as comunidades locais e pesquisadores, o PUT busca equilibrar os direitos das comunidades com os objetivos de conservação ambiental.

2.4.9 Reserva Extrativista Baía de Castelhanos

Em 2020, foi decretada a criação de uma nova Unidade de Conservação municipal em Ilhabela, a Reserva Extrativista (RESEX) Baía de Castelhanos. Essa reserva é fruto da mobilização da comunidade caiçara local e abrange uma área de 957.000 metros quadrados, que inclui as regiões utilizadas por seis comunidades: Canto do Ribeirão, Canto da Lagoa, Praia Mansa, Praia

Vermelha, Praia da Figueira e Saco do Sombrio, formando juntas as comunidades da Baía de Castelhanos. Segundo Paula (2024) a Resex coincide integralmente com o território anteriormente concedido às comunidades caiçaras pela SPU, através do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), que assegurou o direito de uso à Associação Amor Castelhanos.

A criação da reserva extrativista visa garantir os meios de subsistência, preservar a cultura e as tradições caiçaras, além de proteger uma área de quase 1 milhão de metros quadrados ao longo de uma faixa de 25 quilômetros de extensão na costa.

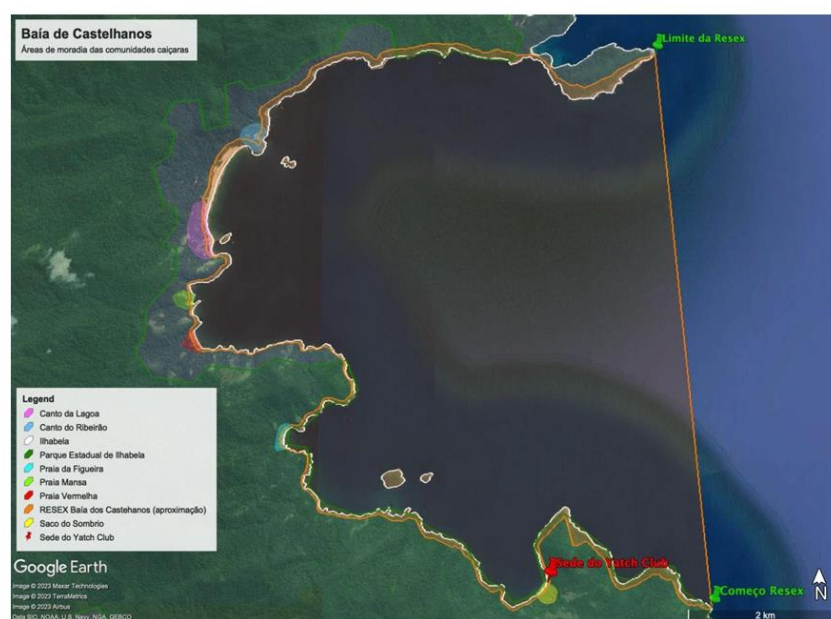
Em agosto de 2022, o prefeito de Ilhabela, Antônio Luiz Colucci, enviou à Câmara Municipal um projeto de lei para revogar o decreto de criação da reserva, conseguindo aprovação em menos de 24 horas. Segundo decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), a lei municipal é inconstitucional, violando tanto a Constituição Estadual quanto a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a proteção de reservas como a Baía de Castelhanos. A aprovação do projeto ocorreu de forma precipitada, sem audiência pública para consulta popular, especialmente junto à comunidade caiçara local, e sem a apresentação de estudos técnicos que justificassem a extinção da reserva. O relator do caso, desembargador Jarbas Gomes, enfatizou a gravidade da situação, destacando a importância do patrimônio cultural e ecológico ameaçado pela decisão.

Importa destacar, assim, que a criação da Resex é um processo muito maior do que o seu decreto de criação. Sua criação é expressão de décadas de mobilização das comunidades tradicionais caiçaras por seu direito ao território, e os agenciamentos feitos pelas comunidades só podem ser entendidos a partir da descrição da rede que os tornou possível, que inclui a inscrição das comunidades dentro da identidade Povos e Comunidades Tradicionais, o que os permitiu mobilizar a Reserva Extrativista como política de demarcação territorial, o diálogo com o MPF, e a aproximação das comunidades com a gestão municipal entre 2017-2020. (Paula, 2024)

A Reserva Extrativista Baía de Castelhanos representa uma conquista significativa para as comunidades tradicionais, que há anos lutam pelo reconhecimento e preservação de seus direitos sobre esse território. A reserva tem enfrentado constantes ameaças e pressões por parte do município de Ilhabela, que questiona sua existência e busca limitar o uso do território pelas

comunidades locais. No entanto, a união entre a mobilização popular e o apoio do Ministério Público tem sido fundamental para assegurar a continuidade da reserva e a proteção dos direitos das populações tradicionais. Esse esforço conjunto visa garantir que essas comunidades possam manter suas práticas culturais e modos de vida, sustentando um uso dos recursos naturais que seja equilibrado e respeitoso com o meio ambiente. A permanência da Reserva Extrativista Baía de Castelhanos é um exemplo de resistência e da importância da cooperação entre sociedade civil e órgãos públicos na proteção das áreas de uso tradicional e dos direitos culturais.

Figura 11: Mapa Zoneamento Reserva Extrativista Baía de Castelhanos.



Fonte: Paula (2024).

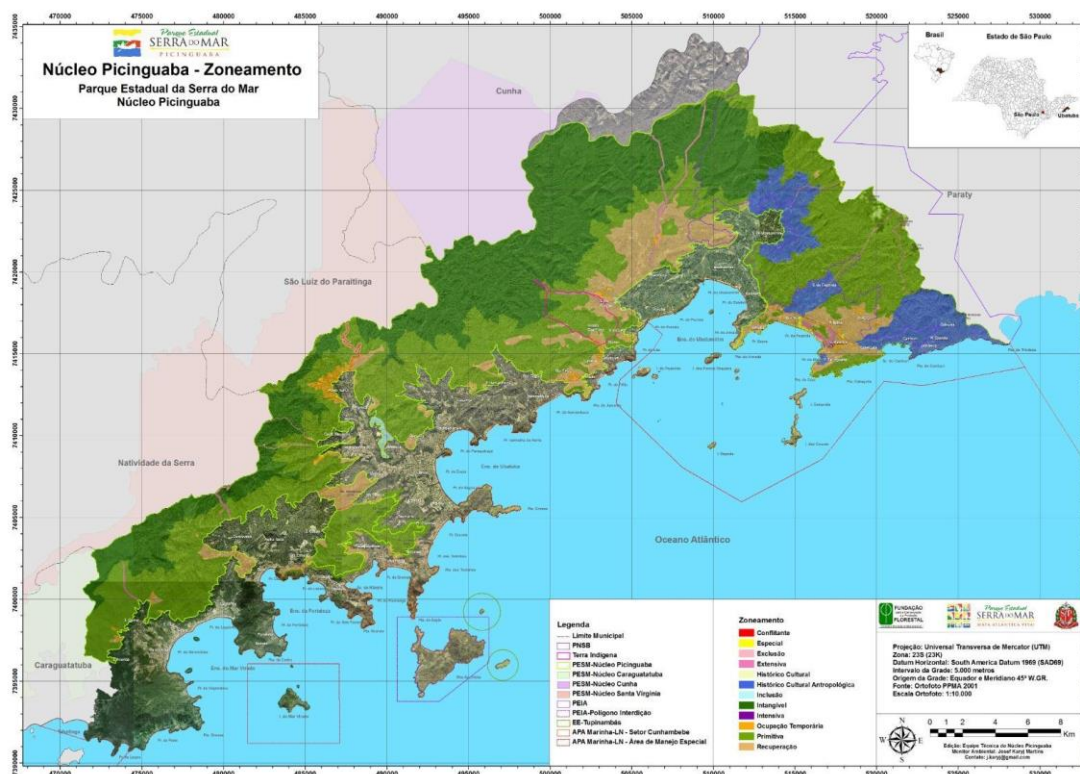
2.4.10. Parque Estadual Serra do Mar - Núcleo Picinguaba

O Parque Estadual da Serra do Mar foi criado em 1977, é a maior unidade de conservação de mata atlântica no Brasil e a maior unidade de conservação do Estado de São Paulo englobando 25 municípios. A UC é uma unidade de proteção integral gerida pela Fundação Florestal, e em decorrência da sua extensão ela é subdividida em núcleos: Núcleo Caraguatatuba, Núcleo Cunha, Núcleo Curucutu, Núcleo Itutinga-Pilões, Núcleo Pedro de Toledo, Núcleo Picinguaba, Núcleo Santa Virgínia, Núcleo São Sebastião, com recente inclusão do Núcleo Bertiooga, Núcleo Itariru e Núcleo Padre Dória.

Neste documento é destacado o Núcleo Picinguaba que engloba o Município de Ubatuba litoral norte de São Paulo, Segundo o gestor Carlos Paiva, do Núcleo Picinguaba no qual está no cargo a 3 anos, a UC conta com um Plano de Manejo para a conservação e uso sustentável de seus recursos naturais, conta a participação ativa da comunidade por meio do conselho gestor que inclui cadeiras específicas para representantes das comunidades tradicionais locais. além do conselho gestor possui espaço nas câmaras técnicas.

Alguns dos conflitos de uso do território refletem desafios como caça, construções irregulares, e extrativismo. No entanto, algumas utilizações específicas têm permissão, especialmente quando se trata de recursos destinados ao artesanato tradicional e à confecção de canoas — práticas importantes para as comunidades locais, tanto em termos culturais quanto econômicos. Das roças os pedidos de liberação passam por uma análise detalhada, considerando critérios como sustentabilidade e impacto ambiental. Essa abordagem visa equilibrar as necessidades das comunidades com a conservação dos recursos naturais. No entanto, observa-se que recentemente poucos pedidos têm sido feitos.

Figura 12: Parque Estadual Serra do Mar - Núcleo Picinguaba



Há anos, o Parque Estadual da Serra do Mar tem enfrentado conflitos com as comunidades tradicionais em relação à recategorização da unidade de conservação. Essa mobilização por parte das comunidades tradicionais tem gerado avanços, e alguns trechos do Núcleo Picinguaba, no norte de Ubatuba, estão próximos de serem recategorizados.

2.5. Considerações finais

Sendo a região litorânea do sul fluminense e norte paulista um dos focos nacionais de conflitos relacionados à terra entre a década de 1970 e 1980, é fato que a institucionalização de áreas protegidas exerce um importante papel na salvaguarda das comunidades e povoados que ainda não haviam sido desterritorializados pela força de interesses privados. No entanto, ao longo dos anos uma série de ações questionáveis foram realizadas em função das UC, trazendo à tona a criminalização das comunidades tradicionais, da pesca artesanal e da cultura caiçara.

Com a presença das áreas protegidas no território, moradores passaram a sofrer reparações atribuídas ao caráter prejudicial com que algumas práticas tradicionais passam a ser compreendidas pelos órgãos ambientais. Nesse sentido, são diversos os exemplos e relatos de destruição, por parte dos agentes ambientais, de áreas destinadas à roça e a moradia de caiçaras, sob acusações de danos e destruição do meio ambiente. Rocha (2017) explicita bem essa discussão, quando afirma que:

Apesar dos conflitos gerados, o que podemos perceber é que as populações não são contra a criação de unidades de conservação. O problema reside em que essas unidades são implantadas nos seus territórios em virtude da conservação histórica que as próprias comunidades promoveram (e que singularizam esses espaços em relação ao seu entorno), mas limitam as formas de uso dos bens naturais até o ponto de impedir a própria reprodução social das famílias moradoras. A exclusão dos seus saberes e de suas práticas resulta na sua relação com os gestores das unidades de conservação (...). Os conhecimentos de uma ciência moderno-ocidental que separa homem e natureza rejeitam as complementaridades que esses grupos estabelecem. (ROCHA, 2017, p 154)

Dessa forma, buscando um esforço de síntese e simultaneamente, de explicitar as relações percebidas entre as tensões, percebemos que as relações entre unidades de conversação e as comunidades tradicionais podem ser compreendidas a partir de uma tripla condição que se expressa na: Diversidade de legislações X Proteção X Ameaça, numa lógica em que a diversidade de legislações se relaciona tanto com a contradição representada na proteção da garantia da permanência no território, quanto na ameaça pela criminalização.

Ao mesmo tempo que geram alguma proteção para as comunidades quando garantem sua presença no território, muitas vezes essas leis, além de se chocarem em casos de sobreposição, são implementadas de cima para baixo, a partir de uma lógica hegemônica que não compreende, ou ao menos não reconhece a indissociabilidade entre homem e meio no contexto das comunidades tradicionais, desenhadas ao longo de centenas de anos de relações de pertencimento com o território. Dessa forma, as leis que foram criadas também com algum intuito de amparar esses povos, acabou, em muitos momentos, se virando contra eles.

Apesar de um histórico de implementação das UC que se caracteriza por um caráter conflitivo, com o tempo percebe-se um encaminhamento de debates que colaboram para a construção de uma relação estabelecida de forma melhor entre as comunidades e as UC. Foi demonstrado, através das conversas realizadas pela equipe do GT Pesquisa, uma maior apropriação dos espaços participativos pelas comunidades, que participam ativamente dos debates e da construção de encaminhamentos realizados pelas UC.

Nota-se também, pelas experiências em curso ligado à regularização fundiária, à atividade pesqueira e turística, uma tendência de superação de uma atuação por demais preservacionista pelas UC. Reconhecer a relevância dos povos e comunidades tradicionais para a manutenção da proteção da biodiversidade local e seu direito a permanência no território, com suas práticas tradicionais, assim como com a presença da atividade turística, é fundamental para a construção de políticas ambientais que efetivamente colaborem no processo de gestão ambiental/territorial de forma justa e concreta.

Nesse sentido, destaca-se como no Projeto Redes, a partir de suas ações formativas, da prática cotidiana dos educadores nos mesos e microterritórios junto às comunidades, assim como ao longo do processo de consolidação da Rede de Formação Socioambiental, são debatidos temas de extrema relevância para o território, como a gestão de riscos e desastres, o turismo de base comunitária, a educação diferenciada e a importância das organizações comunitárias, por exemplo. Nesses espaços, os debates ganham força alimentados pela troca de experiências encontradas nos territórios de Mangaratiba a São Sebastião, subsidiando a construção de novos movimentos, assim como estimulando a ocupação de espaços participativos previstos nas UC e ampliando as possibilidades de articulação estratégica com uma multiplicidade de atores, reconhecendo as limitações e as potencialidades encontradas em cada espaço e em cada realidade territorial. A partir do acúmulo de experiências encontrados em cada mesoterritório e a sistematização das mesmas pelo GT Pesquisa, são perceptíveis os avanços na apropriação dos espaços de incidência na gestão ambiental em relação às Unidades de Conservação pelos territórios abrangidos pelo Projeto Redes.

3. Conflitos ambientais e territoriais no Meso Inter

Busca-se, por meio deste projeto de pesquisa, mapear e categorizar os diferentes conflitos territoriais e ambientais existentes na região da Baía da Ilha Grande e do Litoral Norte de São Paulo (municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela). Temos como principal objetivo a caracterização dos conflitos a partir de categorias e variáveis para possibilitar a compreensão de seus efeitos sinérgicos na reconfiguração da região, das cidades e territórios, a partir das estratégias de apropriação, uso e significação do território dos sujeitos envolvidos.

No Anexo I - Atualização do Diagnóstico Participativo do Relatório Anual de 2022 (Fiotec, 2022), foram apresentadas as três ondas de conflito identificadas ao longo do tempo no recorte espacial (Litoral Norte Paulista e na região da Baía da Ilha Grande no Rio de Janeiro). A primeira onda de conflito se caracteriza pela colonização europeia; a segunda onda define-se como a instalação de megaempreendimentos a partir de 1950, e a terceira onda se

caracteriza pelos impactos da exploração do petróleo e gás. Atualmente, essas ondas se somam e os conflitos são intensificados.

No mesmo documento (Fiotec, 2022), foi feito um esforço para compreender o conceito de conflitos ambientais e territoriais a partir das considerações de autores como Porto Gonçalves (2014), Ascelrad (2004), Monié (2016), Zhouki e Laschesfski (2010), entre outros. Refletimos também a dimensão coletiva dos conflitos a partir da perspectiva de Jean Nogué (2014); e a diferenciação entre conflito e impacto ambiental: um impacto ambiental só se torna conflito quando atores passam a se mobilizar para sua resolução ou superação.

Soma-se a isso uma síntese com alguns mapeamentos já existentes (Mineral, 2014; Monge, 2019; Pactomar, 2022) e alguns estudos de casos. Dessa forma, foi elaborada uma proposta metodológica para analisar conflitos territoriais e ambientais a partir de variáveis e de uma ficha descritiva de conflitos. Estas tabelas constam no Anexo I de Pesquisa do Relatório Anual de 2022, mas inclui-se aqui novamente.

Tabela 3: Variáveis sobre os conflitos

	Diag. Part. RJ, 2014	Papu Monge, 2019	Pactomar, 2022
Metodologia	Análise dos relatórios de campo do PEA	Trabalho de campo, envolvimento enquanto guarda parque, PEA e Apa Cairuçu	Questionário online e oficinas participativas virtuais
Recorte	Baía da Ilha Grande e Baía de Sepetiba	Península da Cajaíba	Litoral de SP
Variáveis	Comunidades que relataram	Localidade	x
	Definição	Conflitos emblemáticos	Categorias de conflito
	Principais impactos percebidos	Formas de violação de direitos	Descrição
	Atores envolvidos	Agentes públicos interventores	Principais atores envolvidos
		Possíveis violadores de direitos	
	Estratégias de resistência/enfrentamento e/ou ações de mobilização coletiva	Resistências	Espaços e estratégias de mobilização

	Status do conflito em 2012/2013	x	x
	Resultados obtidos	x	x

Em relação às categorias dos conflitos, tomamos como base as diferentes pesquisas realizadas e chegamos a um conjunto inicial de 26 categorias diferentes expostas na Tabela 4.

Tabela 4: Categorias de conflitos

	Diag. Part. RJ, 2014	Papu Monge, 2019	Pactomar, 2022
Petróleo e Gás	Indústria do petróleo X pescadores	X	X
	Atividades turísticas X Indústria do petróleo	X	X
	Falta de informação sobre os royalties	X	X
Turismo	Atividades turísticas X Indústria do petróleo	X	Turismo
	X	Privatização de espaços públicos e acessos dos caiçaras e turistas	
	Pescadores X atividades turísticas	X	
	Atividades turísticas X atividades industriais/portuárias	X	
Empreendimentos	Atividades turísticas X atividades industriais/portuárias	X	Grandes empreendimentos
	Instalação de grandes empreendimentos terrestres	X	
Pesca e maricultura	Pescadores X embarcações de pesca de grande porte	X	Entre categorias de pesca
	X	X	Manejo e ordenamento pesqueiro
	X	X	Legislação e fiscalização
	X	X	Regulamentação
	Pescadores X maricultores de espécies exóticas	X	Maricultura

Especulação imobiliária	Comunidades tradicionais X condomínios de luxo/ empreendimentos turísticos	Interesse na construção de um empreendimento imobiliário de alto padrão.	Especulação imobiliária
		Privatização de áreas públicas (praias, caminhos caiçaras e trilhas) com a ocupação irregular de casas de veraneio de alto padrão.	
UC	Comunidades tradicionais X unidades de conservação	Interesse na criação de UC de proteção integral	Pesca/comunidades e políticas de conservação
Regul. fundiária	X	Indefinição fundiária	X
	X	Pressões sobre a posse de famílias caiçaras	X
Outros	Problemas ambientais	X	Poluição
	Falta de organização dos grupos sociais vulneráveis	X	Ausência de espaços de diálogo
	Excesso de diagnósticos e pesquisas sem ações concretas	X	Falta de consulta prévia às comunidades por parte de outros projetos de pesquisa realizados no território.
	X	X	Pandemia
	X	X	Múltiplos usos e usuários interessados nos espaços marinhos abrigados
	X	X	Condições de tempo (meteorológicas e oceanográficas)
	X	X	Falta de espaço para guardar barcos e apetrechos de pesca

Para o Relatório Anual do ano de 2023, propôs-se dar início a essa proposta metodológica de pesquisa a partir do envolvimento de educadores, coordenadores e pesquisadores com o trabalho de campo e a finalização do primeiro curso da Rede de Formação Socioambiental, o Maré de Saberes. Para este ano de 2024, foi dado prosseguimento à pesquisa das fichas de conflitos, com prioridade aos conflitos que emergem do Meso Inter e do curso de Defensoras e Defensores dos Territórios Tradicionais oferecido pela Rede de Formação Socioambiental.

Os dados obtidos com essa pesquisa referente ao ano de 2023 são relacionados ao Meso RJ⁵. No caso do Meso RJ, a maior parte dos conflitos para as fichas foram escolhidos a partir dos trabalhos integrados dos núcleos

⁵ Parte das fichas de conflitos do Mesoterritório Rio compõem a dissertação de mestrado da educadora Carolina Franco Paixão, que contribuiu na elaboração da Atualização do Diagnóstico Participativo de 2023 e 2024. Ver PAIXÃO, Carolina Franco. A Educação ambiental a serviço dos povos e comunidades tradicionais: conflitos territoriais e ambientais em Angra dos Reis/RJ. 2024.172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

de acompanhamento do curso Maré de Saberes. No caso do Meso Inter, foram escolhidos pelos educadores, a partir da experiência do curso de Defensores e Defensoras do Território. Em 2025, no caso do Meso SP, os conflitos serão escolhidos a partir da indicação de educadores. Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa parcialmente entregue.

Importante mencionar que as fichas de conflitos foram elaboradas a partir do contato direto com o campo, ou seja, com o trabalho de base. Foram sete conflitos descritos em 2023: uso da água em Angra dos Reis, relacionado ao saneamento básico do município; o conflito da Associação de Moradores da Vila de Dois Rios (AMVDR) com a gestão da comunidade pela UERJ; o conflito da comunidade do Retiro com a implementação do Parque da Cidade, uma Unidade de Conservação de proteção integral; o conflito territorial da comunidade de Martim de Sá em Paraty já descrito no diagnóstico do ano passado; o conflito territorial da comunidade quilombola da Ilha da Marambaia com a Marinha em Mangaratiba; o conflito entre Unidades de Conservação e Pescadores Artesanais da Praia Vermelha e Vila Histórica; e por último, conflito entre moradores e pescadores do Bananal e os impactos das indústrias do petróleo e gás na comunidade.

3.1. O tema dos conflitos na base de dados

Somando à metodologia da elaboração das fichas de conflito, foi aplicado um questionário com os educadores apoiadores e mobilizadores dos microterritórios para possibilitar uma base de dados para este diagnóstico participativo. O questionário foi baseado nos temas desenvolvidos pelos três Blocos Temáticos: Justiça Socioambiental e Gestão do Território; Educação diferenciada e Economia Solidária. Uma das questões neste questionário, a qual nos interessa, foi se as comunidades possuíam conflito, e se positiva a resposta, foi perguntado qual a categoria de conflito ambiental e territorial era apresentado pela comunidade específica.

Respostas relativas a outras perguntas do questionário foram aproveitadas para enriquecer este diagnóstico. São essas as questões: Possui conflito em Unidade de Conservação? Há tensão em relação às casas de veranistas? Houve ocorrência de desastres climáticos? Há área de fundeio próxima a área de pesca da comunidade? Como se caracteriza a comunidade

em relação aos impactos de Petróleo e Gás? Possui esgoto sem tratamento? Possui problemas em relação ao esgoto e lançamento de efluentes no mar?

É importante mencionar que no ano de 2023 conseguimos dados sobre conflitos em um total de 42 comunidades das 130 que o Projeto Redes atua. Possibilitou-se desta forma, um resultado parcial. Isso aconteceu devido à falta de tempo dos educadores para responderem o questionário a tempo deste diagnóstico, principalmente por conta das muitas atividades que integram a agenda dos educadores.

Dessas 42 comunidades com dados coletados sobre conflito, a maior parte foi do Meso RJ com 32 comunidades (o que equivale a cerca de 95% das comunidades deste mesoterritório). Para este ano, conseguimos completar o questionário com todas as comunidades deste Mesoterritório, totalizando 100%. No Meso Inter, em 2023, pudemos coletar dados de 9 comunidades (o equivalente a 25%). Para o ano de 2024, avançamos em mais 31 comunidades, totalizando um percentual de 80% das 50 comunidades deste Mesoterritório. Em 2023, no Meso SP, apenas coletamos dados de 1 comunidade (equivale a 2,4%). Para o ano de 2024, avançamos o diagnóstico em 28 comunidades de São Paulo, o que equivale ao percentual de cerca 66% do total de 43.

Apenas uma deste total de 102 comunidades não reportou nenhum conflito ambiental ou territorial, é a comunidade de Maresias na Ilha da Gipoia no município de Angra dos Reis (Meso RJ). Esse dado apresenta quanto os conflitos ambientais e territoriais estão presentes nas comunidades tradicionais destes municípios.

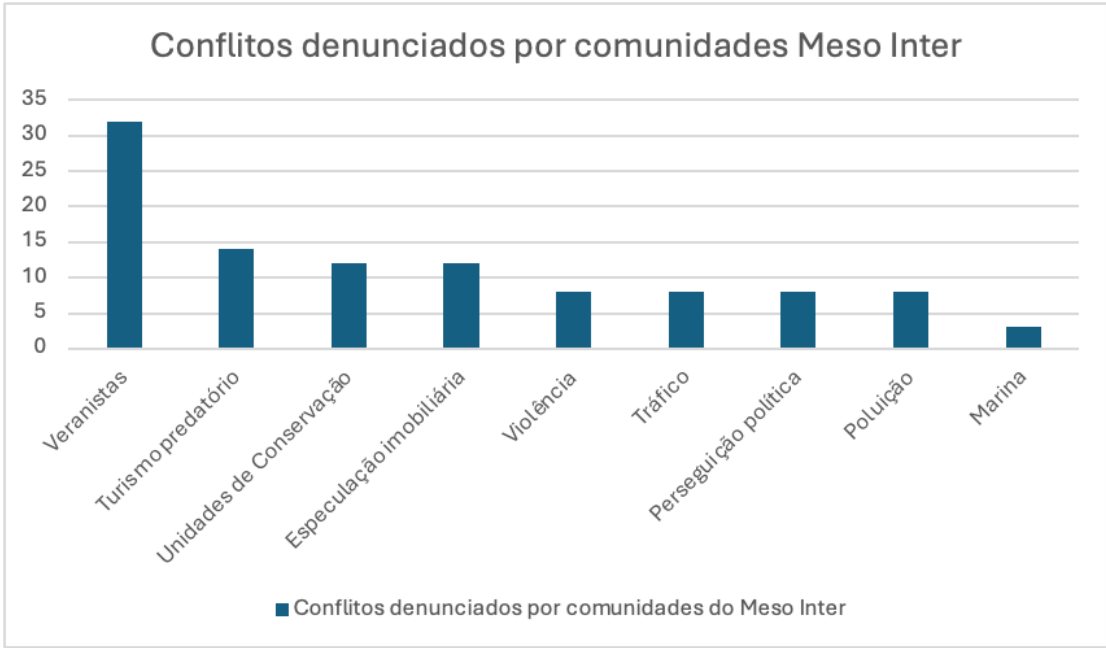
Nesse sentido, os dados da pesquisa de 2023 são principalmente focados nos conflitos do Meso RJ, onde pudemos, por disponibilidade dos educadores, coletar dados de quase todas as comunidades. Em 2024, finalizamos o diagnóstico com as comunidades do Meso RJ. Foram coletados dados das comunidades da Enseada de Sítio Forte.

No relatório de 2023, foram apresentados os conflitos mais citados pelos educadores do **Mesoterritório Rio**. Dessa forma, foram os conflitos ambientais e territoriais ligados à indústria de Petróleo e Gás e o conflito ambiental e territorial entre Pescadores Artesanais e Unidades de Conservação. Logo após, o mais citado é o conflito relacionado ao Turismo, principalmente com os veranistas. Outros muito citados foram: Pesca

Industrial, Unidades de Conservação e Comunidades Tradicionais; Turismo; Especulação Imobiliária; Poder Municipal; Saneamento e Grandes Empreendimentos.

Para o ano de 2024, além de completar a pesquisa no Mesoterritório RJ, ainda foram coletados mais dados referentes aos Mesoterritórios Inter e São Paulo. Abaixo, podemos observar dois gráficos que organizam as principais categorias de conflito que apareceram nas respostas dos educadores de acordo com cada um dos Mesoterritórios que não foram analisados no ano anterior.

Gráfico 1: Os conflitos ambientais e territoriais e a quantidade de vezes que foram citados por educadores que atuam nas comunidades do Mesoterritório Inter, em 2024.



Fonte: GT Pesquisa do Projeto Redes, 2024.

O conflito mais denunciado no **Mesoterritório Inter** foi relativo às tensões que se dão entre as comunidades e os **Veranistas**, aqueles que alugam ou compram casas para passar apenas a época do verão na localidade. Este conflito foi citado para as comunidades de Baixio, Chácara, Pontal, Currupira, Ponta da Romana, Ponta Negra, Praia do Sono, Praia Grande, Vila Cruzeiro, Ilha do Algodão, Ilha do Araújo, Ilha do Cedro, Praia de Martim de Sá, São Gonçalo, São Roque, Tarituba, Trindade em Paraty/RJ; e, Barra Seca, Enseada, ilha dos Pescadores, Maranduba, Lázaro, Peres, Picinguaba, Praia da Almada, Praia da Fortaleza, Praia da Justa, Praia de Ubatumirim, Praia do Estaleiro, Praia Grande do Bonete, Prumirim e Saco da Ribeira em Ubatuba/SP.

A segunda categoria de conflito mais citada neste Mesoterritório foi o **Turismo Predatório**. As comunidades que citaram foram Chácara, Pontal, Currupira, Ponta da Romana, Pouso da Cajaíba, Ponta Negra, Praia do Sono, Trindade em Paraty/RJ e Barra Seca, Enseada, Ilha dos Pescadores, Lázaro, Saco da Ribeira, Vila Cruzeiro em Ubatuba/SP.

Em terceiro lugar encontra-se a categoria **Unidades de Conservação**. Foi citado por 12 comunidades, sendo Baixio, Currupira, Ponta da Romana, Pouso da Cajaíba, Ponta Negra, Praia do Sono, Trindade em Paraty/RJ e Barra Seca, Enseada, Ilha dos Pescadores, Lázaro, Saco da Ribeira em Ubatuba/SP.

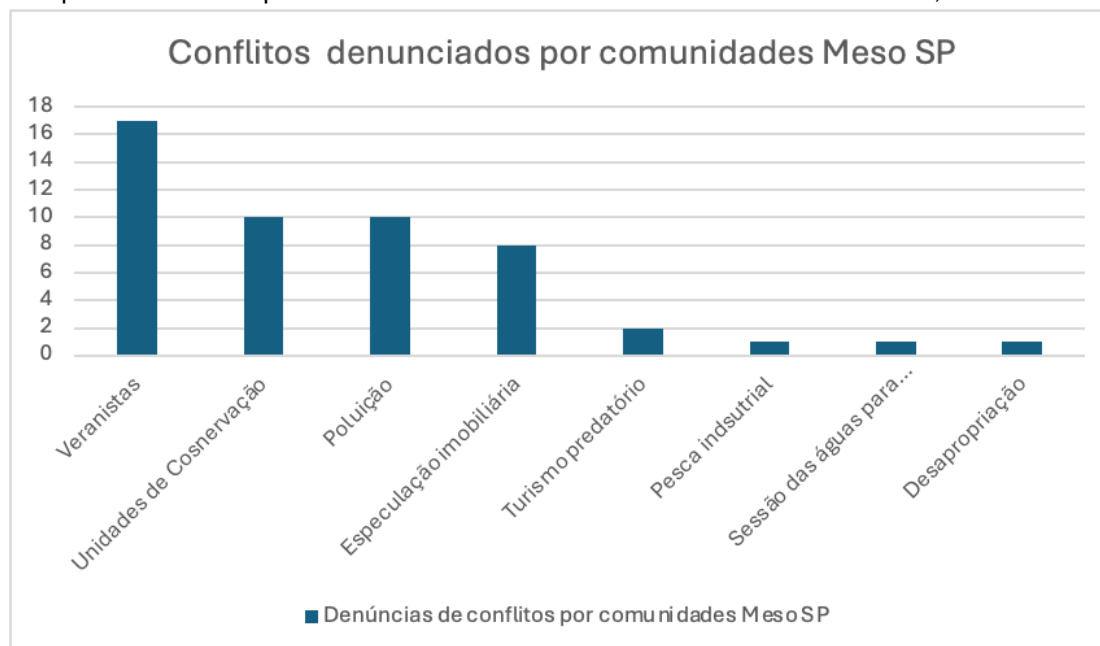
A **Especulação Imobiliária** também foi uma categoria citada por 12 comunidades do Meso Inter. Foi citado em Chácara, Pontal, Currupira, Ponta da Romana, Pouso da Cajaíba, Ponta Negra, Praia do Sono em Paraty/RJ e Vila Cruzeiro, Barra Seca, Ilha dos Pescadores, Lázaro, Saco da Ribeira em Ubatuba/SP.

As categorias de conflitos **Violência, Tráfico, Perseguição Política e Poluição da água, do ar e do som** foram citadas por 08 comunidades, todas no município de Paraty/RJ. São elas: Pontal, Trindade, Praia da Chácara, Ponta Negra, Romada, Cruzeiro, Baixio e Currupira.

Por fim, foram citadas as **Marinas** como causadoras de conflitos em 03 comunidades do município de Ubatuba/SP: Barra Seca, Lázaro e Saco da Ribeira. Ainda compreendemos como conflito as respostas sobre existência de **áreas de fundeio** nas comunidades de Baixio, Currupira e Vila Cruzeiro em Paraty/RJ. As comunidades de Baixio, Chácara, Pontal, Ponta da Romana, Ponta Negra, Praia do Sono, Barra Seca, Vila Cruzeiro, Trindade em Paraty/RJ relataram sofrer **ALTO IMPACTO da indústria do Petróleo e Gás**.

Sobre a questão do **Saneamento**, foram relatadas 17 comunidades do Meso Inter que não possuem tratamento de esgoto: Chácara, Pontal, Praia Grande da Cajaíba em Paraty/ RJ e Camburi, Félix, Barra Seca, Maranduba, Peres, Picinguaba, Praia da Fortaleza, Praia de Ubatumirim, Praia do Estaleiro, Praia Grande do Bonete, Prumirim, Puruba, Quilombo da Caçandoca, Quilombo do Camburi em Ubatuba/SP. Outras 05 comunidades declararam ter problemas com esgoto e lançamento de efluentes no mar: Saco da Ribeira, Lázaro, Ilha dos Pescadores, Félix e Enseada em Ubatuba/SP.

Gráfico 2: Os conflitos ambientais e territoriais e a quantidade de vezes que foram citados por educadores que atuam nas comunidades do Mesoterritório São Paulo, em 2024.



Fonte: GT Pesquisa do Projeto Redes, 2024.

Assim como Meso Inter, o **Mesoterritório São Paulo** obteve como mais citada a categoria dos **Veranistas**, sendo principalmente citada pelas comunidades de Cocanha e Tabatinga em Caraguatatuba/SP. Entretanto, também foi respondido que há tensão entre a comunidade e os veranistas em mais 15 comunidades. São elas: Bonete, Portinho, Praia da Fome em Ilhabela/SP e Barequeçaba, Barra do Rio Boiçucanga, Barra do Sahy, Barra do Una, Boraceia, Camburi, Juquehy, Maresias, Paúba, Santiago, Toque Toque Grande, Toque Toque Pequeno em São Sebastião/SP.

A segunda categoria mais citada pelas comunidades do Meso SP é **Unidades de Conservação de Proteção Integral**. O tipo de conflito foi citado por 10 comunidades: Cocanha, Tabatinga em Caraguatatuba/SP; Guaxununs, Guaxununs de Búzios, Ilha da Vitória, Portinho, Porto do Meio, Praia da Fome, Praia da Serraria em Ilhabela/SP e São Francisco em São Sebastião/SP.

Poluição da água, do ar e do som aparece como terceira categoria mais citada pelos educadores que atuam no Meso SP. O tipo de conflito aparece para Guanxumas, Guanxumas de Búzios, Ilha da Vitória, Portinho, Porto do Meio, Praia da Fome, Praia da Serraria em Ilhabela/SP e Pontal da Cruz, Porto Novo e São Francisco em São Sebastião/SP.

O **Turismo Predatório** foi citado como conflito apenas em Tabatinga e Cocanha, comunidades do município de Caraguatatuba/SP. **Pesca industrial** também aparece como conflito na Cocanha, assim como a **sessão das águas para maricultura**. A comunidade que relatou enfrentar um conflito relativo à **desapropriação** da comunidade, foi Araçá em São Sebastião/SP.

É importante registrar que 7 comunidades do Meso SP responderam ter sofrido na área marítima de sua comunidade o que chamamos de derramamento de óleo causado sobretudo pela indústria de **Petróleo e Gás**. São elas: Cocanha em Caraguatatuba e Portinho em Ilhabela/SP, e o restante em São Sebastião, sendo Araçá, Camaroeiro, Pontal da Cruz, Porto Novo e São Francisco. Foram ainda, relatados conflitos relativos aos **desastres climáticos** em 11 praias de São Sebastião/SP, sendo Barra do Sahy, Barequeçaba, Barra do Rio Boiçucanga, Barra do Una, Boraceia, Camburi, Ilha do Montão, Juquehy, Maresias, Paúba e Santiago. Foram ainda 11 comunidades de São Sebastião que mencionaram sofrer **problemas relativos ao esgoto e lançamento de efluentes no mar (saneamento)**: Toque-Toque Pequeno, Toque-Toque Grande, São Francisco, Santiago, Porto Novo, Barra do Sahy, Barequeçaba, Barra do Rio Boiçucanga, Barra do Una, Boraceia, Camburi, Ilha do Montão, Juquehy, Maresias, Paúba, Araçá.

De modo geral, as categorias mais citadas pelos educadores foram: conflitos territoriais com os chamados **Veranistas**, as **Unidades de Conservação**, a **Especulação Imobiliária** e o **Turismo**. Esses conflitos indicam problemas relativos a disputas fundiárias.

3.2. Identificando conflitos a partir do trabalho de base

A fim de continuar o trabalho de elaboração das fichas de conflitos apresentadas no ano anterior e buscando seguir a proposta inicial, são apresentadas 06 fichas de conflitos que descrevem com mais detalhes os conflitos usando como escala as comunidades do Mesoterritório Inter. Como mencionado e explicado nos relatórios anuais anteriores, a escolha das variáveis das fichas de conflito foi inspirada em fontes bibliográficas como: o Diagnóstico Participativo do PEA RJ de 2014; a tese de Ricardo Papu Monge (2019) e o relatório PactoMar da UNIFESP (2020).

As fichas de conflitos são organizadas em 07 variáveis: a categoria de conflito (principal tema que caracteriza o conflito); a localidade (comunidades envolvidas); os atores (diferentes partes do conflito, considerando suas intenções e posições em relação ao território); cronologia (fatos relevantes sequenciados em uma linha do tempo que configura a duração e os momentos de destaque do conflito); mediações institucionais (instâncias do governo que intervém ou são provocadas a se manifestar no conflito, ampliando o grau de conflitividade ou solucionando); estratégias e ações (como as diferentes partes buscaram atingir seus objetivos? Qual o repertório de lutas e práticas sociais ativadas pelo conflito?); e por último descreve-se a situação atual do conflito.

As fichas apresentadas foram construídas metodologicamente de forma um pouco distinta das apresentadas em 2023 relativas aos conflitos vivenciados por comunidades do Mesoterritório Rio. As fichas de conflitos deste ano foram elaboradas principalmente a partir dos relatórios dos educadores e pesquisas bibliográficas em teses, dissertações e artigos sobre os conflitos em que são denunciadas violações de direitos enfrentadas pelas comunidades.

Após o preenchimento das variáveis, as fichas foram enviadas para as principais lideranças comunitárias e especialistas no conflito em especial. Após análise destes, as fichas retornam ao pesquisador que busca ir adicionando informações relevantes citadas pelas lideranças ou corrigindo possíveis equívocos. Esta metodologia buscou possibilitar a participação de outros sujeitos no processo de elaboração das fichas de conflito, enriquecendo as informações e atestando a veracidade das pesquisas bibliográficas.

Os conflitos apresentados neste relatório anual de 2024 são em sua maioria relativos a uma categoria específica de conflito: disputas fundiárias. Essa escolha se deu propositalmente a fim de mostrar o quanto este tipo de conflito é caro à região dos municípios de Paraty e Ubatuba, pertencentes ao que chamamos de Mesoterritório Inter, qual esse relatório anual teve intuito de abordar a fim de somar ao relatório anual de 2023 que teve intenção de apresentar os conflitos que emergem no Mesoterritório Rio.

Os conflitos apresentados a seguir são: 1- O caso da disputa fundiária de Martim de Sá - Paraty/RJ; 2- O caso da luz em Ponta da Juatinga, Paraty/RJ; 3- O caso da disputa fundiária de São Gonçalo, Paraty/RJ; 4- O caso da disputa fundiária da Praia Grande da Cajaíba, Paraty/RJ; 5- O caso

da disputa fundiária do Quilombo da Caçandoca, Ubatuba/ SP; 6- O caso da disputa fundiária do Quilombo da Fazenda, Ubatuba/SP. Dessa forma, compreendemos que exceto o conflito relativo ao fornecimento de luz elétrica em Ponta da Juatinga e o Quilombo da Fazenda no conflito com o Parque Estadual da Serra do Mar (um dos conflitos mais vivenciado por comunidades isoladas em Paraty), todos os outros trata-se de conflitos em que está envolvida a questão do uso e apropriação da terra, todas as vezes inclui o interesse capitalista sobre a terra que está o território tradicional de caiçaras e quilombolas.

Ficha de Conflito 7 - O caso da disputa fundiária de Martim de Sá - Paraty/RJ

Categoria	Especulação Imobiliária
Localidade	Martim de Sá – Península da Juatinga - Paraty/ RJ
Atores	Na praia de Martim de Sá " <i>mora somente uma família que se desdobra em outras, com altíssimo grau de parentesco e presentes no território há pelo menos 6 gerações</i> " (MONGE, 2012) contra os interesses imobiliários do espólio de Antônio Rocha Pacheco que reivindica as terras caiçaras na justiça (disputa entre o direito de permanência no território tradicional versus interesses particulares de quem se diz proprietário, mas não tem a posse)
Cronologia	<p>De acordo com Monge (2019); Cavalieri (2003); Lourival (2009); Monge (2012):</p> <p>1998 - Antônio Rocha Pacheco entrou com uma ação de reintegração de posse contra o caiçara Manoel dos Remédios ('Seu Maneco') e sua família, no Fórum de Paraty, reivindicando a propriedade e alegando ter um contrato de comodato verbal com o caiçara. O particular reivindica como sendo suas terras uma área de 2.775,9253 ha, do Cairuçu das Pedras à face sul da Juatinga, como se observa na declaração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) apresentada.</p> <p>Durante o processo de disputa, foi possível encontrar na internet, a pressão imobiliária de um empreendimento avaliado em 25 milhões de reais, nomeado como a "Costa dos Golfinhos", caracterizado como um "complexo hoteleiro e condomínios residenciais de altíssimo padrão" onde se colocava à venda todo o território pertencente à praia de Martim de Sá na Península da Juatinga.</p> <p>Após 17 anos de disputa territorial, compreendendo três instâncias vitoriosas, foi em junho de 2016 que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a posse como sendo do Seu Maneco e sua esposa dona Lourença.</p>
Mediações institucionais	De acordo com Monge (2012, 2019) a comunidade de Martim de Sá teve assistência jurídica oferecida pela ONG Verde Cidadania criada para este fim, e o apoio do Fórum de Comunidades Tradicionais, dentre outros amigos e instituições.

Estratégias e Ações	De acordo com Monge (2012, 2019), o Seu Maneco e a família resistiram às incertezas e às propostas milionárias oferecidas por empresários nacionais e internacionais querendo comprar a posse desta família.
Situação Atual	De acordo com Monge (2012, 2019) até os dias atuais, após esta vitória emblemática para toda a região e seus casos similares de luta pela permanência territorial da comunidade de Martim de Sá, a regularização fundiária desta família ainda não foi finalizada, mesmo que existam instrumentos para a sua realização. Alguns poucos casos de venda de posse para pessoas de fora começam a aparecer na última década, contrariando o desejo da maior parte dos familiares.

Ficha de Conflito 8 - O caso da luz em Ponta da Juatinga - Parati/RJ

Categoria	Direito à luz elétrica (poder público)
Localidade	Ponta da Juatinga - Península da Juatinga - Paraty/RJ
Atores	Comunidade da Ponta da Juatinga contra a empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica Enel Brasil S.A.
Cronologia	<p>A comunidade da Ponta da Juatinga é considerada uma das mais isoladas da Península da Juatinga, e historicamente, não possui energia elétrica, e a garantia deste direito vem se caracterizando como a principal bandeira de luta da comunidade.</p> <p>2018 - a comunidade caiçara da Ponta da Juatinga passou a ter como instrumento de luta a Anuência (Relatório de Vistoria REEJ 15 e 16/2018) da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ) / Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e Autorização Direta (nº74/2018) da Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para a instalação de sistemas fotovoltaicos nas casas.</p>
Mediações institucionais	<p>Há uma Ação Civil Pública (ACP Nº 0801803-51.2023.8.19.0041) que o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) entrou contra a Enel para solicitar atitudes acerca dos problemas causados ao município de Paraty, no que diz respeito à qualidade dos serviços de energia elétrica prestados.</p> <p>Outra mediação importante, tem sido as ações formativas elaboradas pela equipe de educadores do Projeto Redes que atua na região, influenciando direta ou indiretamente na atuação e incidência política desta comunidade.</p>
Estratégias e Ações	<p>Após as ações formativas apoiadas pelo Projeto Redes, a comunidade mobilizou um abaixo-assinado solicitando o acesso à luz elétrica e protocolou, em julho de 2023, na sede da Enel no Rio de Janeiro, com cópia para no Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), Defensoria Pública do Rio de Janeiro, Prefeitura de Paraty, Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ) / Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).</p> <p>O CONAPA aprovou uma moção de apoio que endereçou as mesmas instituições que o abaixo-assinado foi direcionado.</p>

	<p>Houve retornos do MME e do MPRJ e a partir do da renovação do Programa Luz para Todos (Decreto nº 11.628, de 4 de agosto de 2023) a Enel solicitou aporte de novos recursos para atendimento à comunidade e informou que em 2025 a comunidade seria atendida.</p> <p>A partir dessas provocações sobre a falta de luz elétrica no âmbito do CONAPA, criou-se o Grupo de Trabalho (GT) Luz, para organizar as demandas relativas à falta de acesso ou acesso precário, com vistas na elaboração de um Dossiê que possa embasar a mobilização, incidência e as ações legais cabíveis.</p>
Situação Atual	<p>Além da comunidade da Ponta da Juatinga, o trabalho do GT Luz tem apoiado este processo em outras comunidades caiçaras ainda não atendidas pelo direito de acesso à luz como Saco das Anchovas, Sumaca, Saco Claro, Ilha do Algodão, Ilha do Cedro, e nas outras comunidades caiçaras da região costeira que tem acesso à energia elétrica, mas de forma precária e com risco de vida.</p> <p>As comunidades da enseada da Cajaíba, que já foram atendidas no Programa Luz para Todos com acesso a luz por com postes e fiação, denunciam a constante falta de luz e condições precárias da rede, com fios expostos e no chão que rotineiramente pegam fogo, colocando as pessoas e o ambiente em perigo.</p>

Ficha de Conflito 9 - O caso da disputa fundiária da Praia de São Gonçalo, Parati/ RJ

Categoria	Especulação Imobiliária
Localidade	Praia de São Gonçalo e São Gonçalinho - Paraty/ RJ
Atores	Comunidade tradicional de São Gonçalo X Multinacional White Martins S.A. (interesses comunitários <i>versus</i> interesses de especulação imobiliária)
Cronologia	<p>1976 - de acordo com Breyton (2022), a área onde historicamente habita a comunidade caiçara da praia de São Gonçalo foi comprada pela empresa White Martins. De acordo com Breyton (2022, p. 59), "apesar de inconsistências claras na documentação, a empresa se dizia dona legítima da área e inclusive das áreas de Marinha e acrescidos de Marinha". No cartório registrou-se que as terras antes pertenciam ao casal Antônio José Pereira da Cruz e Ana Maria Lapa, hoje pertencentes à União.</p> <p>Décadas de 1980 a 1990</p> <p>Segundo documentos como o relatório de Feitosa e Silva (2015), a mercantilização das terras e a aquisição de posse pela White Martins foram feitas de forma violenta. São identificados casos recorrentes de espancamento, perseguição e expulsão dos moradores locais.</p> <p>Progressivamente, e mais ainda com a construção da BR-101, a empresa vem procurando maneiras de estender ainda mais seu território. Vale lembrar que a mercantilização da terra não era um costume dos caiçaras. Vagno relata que até 1987 ainda tinha o campo de futebol, o processo foi finalizado em 1990. A multinacional moveu ações judiciais de</p>

	<p>reintegração de posse, pois dizia possuir uma escritura de posse sobre a praia. Alguns por medo, negociavam e vendiam e foram morar em Angra dos Reis ou no centro de Paraty. A praia de São Gonçálio é onde habitavam a maioria das casas que foram expulsas.</p> <p>Com a BR-101, alguns tradicionais da Praia de São Gonçalo, venderam para pessoas de fora, principalmente da capital de São Paulo. Outro ponto que veio com a BR-101, foi a Usina Nuclear. E com a Usina Nuclear, se instalou a Estação Ecológica de Tamoios. A baía da Ilha Grande, tem várias ilhas da ESEC que os pescadores não podem pescar em um raio de 1km. Isso impacta a vida dos caiçaras ao redor. Trata-se de uma Unidade de Conservação de proteção integral que só pode habitar para pesquisa e monitoramento. Foram ilhas criadas para compensar o impacto da usina nuclear. A Usina Nuclear, o Estaleiro e o Porto foram grandes projetos que impactaram a vida da população de São Gonçalo, pois pescadores pararam de pescar para ir trabalhar nessas empresas. Todos esses fatores intensificam o conflito territorial vivenciado pela comunidade de São Gonçalo desde a invasão da multinacional White Martins.</p>
Mediações institucionais	O juiz chegou a vir uma vez por ano fazer audiências com a comunidade durante este período. Entretanto, as ações não favoreceram a comunidade de São Gonçalo.
Estratégias e Ações	Como forma de resistir às violências, a comunidade vem se organizando, principalmente a partir da liderança local, para fortalecer a cultura caiçara e retomar o território tradicional, a partir principalmente do Turismo de Base Comunitária. Os roteiros de TBC da Praia de São Gonçalo contam com contação de histórias sobre o conflito da comunidade, denúncias de violação de direitos e passeios de barco para as ilhas que fazem parte do imaginário cultural da comunidade. Para a comunidade de São Gonçalo, o TBC vem se tornando um instrumento de luta, de geração de renda e de ressignificação no uso do território tradicional.
Situação Atual	<p>De acordo, com os relatos caiçara de São Gonçalo e um dos coordenadores da Rede Nhanderekó, apenas uma família restou após o conflito em que encadeou a expulsão de 150 famílias na década de 1990. A única família que restou foi de um caiçara. Na orla restaram duas famílias. As famílias de hoje são famílias de remanescentes de caiçaras que estão retomando o território acima do morro. A família de liderança local teve de ir morar no Sertão naquela época, e até hoje não conseguiu retornar para a área da praia.</p> <p>Atualmente, além de recorrentes conflitos o Parque Nacional da Bocaina que se instalou no território caiçara, a comunidade enfrenta conflito com a unidade de conservação Estação Ecológica (ESEC) de Tamoios, que está revisando seu plano de manejo e tentando articulações com pescadores artesanais para sanar o conflito existente diretamente com as dinâmicas da pesca artesanal. Nesse sentido, a comunidade vem enfrentando sobreposições de conflitos no seu território, desde as expropriações dos territórios caiçaras, até as proibições ambientais que os afetam culturalmente e economicamente.</p>

Ficha de Conflito 10 - O caso da disputa fundiária da comunidade caiçara da Praia Grande da Cajaíba, Parati/RJ

Categoria	Especulação Imobiliária
Localidade	Praia Grande da Cajaíba - Península da Juatinga - Parati/RJ
Atores	Comunidade caiçara da Praia Grande da Cajaíba X descendentes do grileiro de terras Gibrail Tannus (interesses comunitários <i>versus</i> interesses imobiliários)
Cronologia	<p>De acordo com as considerações de Silva (2022):</p> <p>Década de 1950 - o grileiro Gibrail Tannus e sua família chegam às terras comunitárias da Praia Grande da Juatinga; de acordo com o plano de manejo da APA Cairuçu, a família de Gibrail disputa judicialmente 25% de todo o território da Península da Juatinga.</p> <p>Entre 2002 e 2003 - momentos mais evidentes de violências que provocaram a expulsão de 40 famílias da Praia Grande da Cajaíba. Entre as violências citadas pela comunidade, está principalmente o contrato de comodato que torna os comunitários inquilinos de suas próprias terras (o contrato assinado por eles apresentou ser um contrato de pesca, entretanto, na verdade previa o uso temporário do local). Isso impulsiona a desapropriação das terras, o que gerou um fenômeno nomeado como êxodo caiçara que teve que se deslocar para a periferia de Parati, provocando o distanciamento dessas famílias de seu modo de vida e por tanto, implicando na diminuição das suas qualidades de vida. As formas de expulsão não foram apenas obrigando os caiçaras a assinarem o documento, mas também a partir da soltura de búfalos nas plantações e nas casas e abordagens armadas, ameaças e vigilância de capangas e proibições das práticas tradicionais, entre outras.</p>
Mediações institucionais	Em 2018, a comunidade da Praia Grande da Cajaíba, junto à assessoria jurídica do FCT, demandou uma Cartografia Social do seu território para o Grupo de Pesquisa para o Fortalecimento da Autonomia Territorial com Cartografia Social (CARTONOMIA). Com apoio do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina e da Universidade Federal Fluminense, foi possível a construção de um mapeamento participativo com a comunidade sobre o território total da Praia Grande da Cajaíba, isso inclui as áreas que foram griladas e os pontos importantes para a comunidade como a cachoeira, as roças, canoas, pontos de mergulho, cerco e casas de farinha, entre outros (ver em Silva, 2022). Em 2024, foi finalizada a Cartografia Social do Projeto Povos, importante publicação que serve de instrumento de luta territorial para a comunidade (ver em Povos, 2024).
Estratégias e Ações	Umas das estratégias de resistência tem sido a criação do Museu Vivo Caiçara da Praia Grande da Cajaíba possibilitado a partir dos recursos financeiros do Projeto Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade em Unidades de Conservação Federais Costeiras e Estuarinas dos estados do Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), uma das medidas compensatórias do TAC FRADE, conduzido pelo Ministério Público Federal - MPF/RJ, de responsabilidade da empresa PRIO e administrado pelo FUNBIO. Tem como objetivo ser uma ferramenta colaborativa e participativa a fim de preservar a memória coletiva das territorialidades da comunidade da Praia Grande da Cajaíba, mas também mobilizar a sua juventude para a incidência política (ver em museucaicara.com.br)
Situação Atual	Atualmente, o contrato de comodato elaborado pelos grileiros encontra-se em processo de reintegração de posse. As duas famílias que restaram,

	são a família da Dona Dica e de Seu Altamiro, considerados grandes mestres da cultura caiçara, tem como modo de vida, a agricultura e a pesca, e como renda a venda de artesanato e o turismo. Seu Altamiro diz que já recebeu ofertas milionárias, mas que não está interessado em trocar seu modo de vida.
--	--

Ficha de Conflito 11 - O caso da disputa fundiária do Quilombo da Caçandoca, Ubatuba/SP

Categoria	Especulação Imobiliária
Localidade	Quilombo da Caçandoca, Ubatuba, São Paulo
Atores	Comunidade quilombola da Caçandoca X Condomínio do Pulso (interesses comunitários <i>versus</i> interesses de especulação imobiliária)
Cronologia	<p>De acordo com a pesquisa de Souza e Trevisan (2022):</p> <p>1974 - Urbanizadora Continental adquiriu parte da região do Pulso e da Caçandoca ocupada pela comunidade quilombola para construir casas de alto padrão onde hoje está localizado o Condomínio do Pulso;</p> <p>1997 - Quilombolas ocuparam uma área reivindicada e expropriada pela Continental;</p> <p>1998 - Quilombolas fundaram a Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo da Caçandoca e entraram em contato com a ITESP. Iniciou-se o processo de titularização das terras quilombolas pelo ITESP. Em seguida, a empresa entrou com um pedido de reintegração de posse e ganhou uma liminar que obriga os quilombolas a abandonarem suas terras.</p> <p>2000 - A Caçandoca foi reconhecida como comunidade remanescente de quilombo;</p> <p>2001 - O quilombo da Caçandoca faz uma nova ocupação das terras na beira da estrada vicinal que liga Caçandoca à BR-101.</p> <p>2004 - A ocupação foi autorizada por decisão judicial. A sentença do STF não pode mais ser contestada judicialmente.</p> <p>5 de dezembro de 2005 - durante a cerimônia de abertura do seminário <i>Quilombos do Brasil: reconhecimento, regularização e titulação, em Ubatuba</i>, foi entregue à Associação dos Remanescentes do Quilombo da Caçandoca, uma cópia da portaria publicada no Diário Oficial da União no dia 5 de dezembro, reconhecendo o território quilombola da Caçandoca;</p> <p>2006 - as terras da empresa foram desapropriadas pelo governo para dar aos quilombolas o título de propriedade;</p> <p>2009 - os quilombolas denunciam ameaças ao então presidente da Associação provocadas por policiais militares e civis; somado a isso, houve relatos de denúncias ao Ministro da Igualdade Social, Edson Santos de ameaças e intimidações provocadas por pessoas à serviço de um fazendeiro da região.</p>

	<p>2013 - após quatro anos, o poder judiciário autoriza a emissão de posse pelo INCRA para a implementação de políticas públicas nas terras reivindicadas pela comunidade, favorecendo o quilombo da Caçandoca.</p> <p>Março de 2019 - decisão favorável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), atendendo ao pedido do Ministério Público Federal, para manter a portaria que reconheceu o território de 890 hectares da comunidade Quilombo da Caçandoca.</p>
Mediações institucionais	<p>A Folha de São Paulo, por intermédio da jornalista Alexandra Penhalves (2000), expôs um estudo do ITESP, que identificava famílias descendentes de escravos vivendo na região e ameaçadas pela especulação imobiliária.</p> <p>A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP) deu início ao processo de regularização fundiária da área requerida.</p> <p>O caso é acompanhado pela analista Daniela Correa da Silva desde o início no Supremo Tribunal Federal (STF). Para ela, o Poder Judiciário se revela preconceituoso com a causa quilombola e que não vê chance para a comunidade da praia de Ubatuba sem a intervenção do governo federal (SOUZA e TREVISAN, 2022).</p> <p>Em 2013, a Prefeitura de Ubatuba participou, propondo projetos para garantir moradia e desenvolvimento de atividades produtivas.</p>
Estratégias e Ações	<p>As conquistas de reconhecimento de posse ocorreram devido à incansável mobilização organizada pela Associação de Remanescentes do Quilombo da Caçandoca que liderou as ocupações em 1997 e 2001. Outra ação e estratégia para garantir os direitos territoriais foi em 2014. Para debater maneiras de promover o desenvolvimento de políticas públicas no território, foi criado o Fórum de Entidades e Quilombolas.</p>
Situação Atual	<p>A Caçandoca é o primeiro quilombo em áreas marinhas do Brasil a ser reconhecida como propriedade definitiva. Considera-se que a união dos três quilombos vizinhos localizados no município de Ubatuba (Fazenda Picinguaba, Sertão de Itamambuca e Camburi) em torno do Quilombo da Caçandoca passou a ser maior, devido à sua vitória judicial e resistência ao longo da história.</p> <p>A força e a luta do Quilombo da Caçandoca vem se mostrando um exemplo, contra o movimento de crescimento das políticas pautadas nos valores da extrema direita que vai contra os interesses comunitários de ocupação e uso da terra. Por hora, a comunidade junto aos outros quilombos, ainda aguardam a titulação aos remanescentes destas terras.</p>

Ficha de Conflito 12 - O caso da disputa fundiária do Quilombo da Fazenda, Ubatuba/SP

Categoria	Unidades de Conservação de Proteção Integral
Localidade	Quilombo da Praia da Fazenda, Ubatuba, São Paulo
Atores	Comunidade quilombola do Praia da Fazenda X Parque Estadual da Serra do Mar (Unidade de Conservação de Proteção Integral)
Cronologia	De acordo com a pesquisa de Brandão (2018) e com o Mapa de Conflitos (ENSP/FIOCRUZ, 2024):

	<p>1947 – Leopoldo Braga (quilombola de onde conhecemos como Campinho da Independência) casou-se com a caçara Maria Carmelina. O proprietário da Fazenda Picinguaba, chamado Saint Clair, nomeou Leopoldo como administrador da fazenda. Teve como permissão trazer mais 12 famílias.</p> <p>1951 – A Fazenda Picinguaba é hipotecada pela Caixa Econômica Federal de São Paulo, que domina as terras até 1974.</p> <p>1972 – Criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), maior Unidade de Conservação de toda a Mata Atlântica.</p> <p>1975 - O trecho da rodovia Rio-Santos que liga Ubatuba e Paraty (RJ) é construído.</p> <p>30 de agosto de 1977 – Criação do Parque Estadual da Serra do Mar, via Decreto nº 10.251.</p> <p>1979 – A fim de controlar as grilagens e invasões de terra, a Fazenda é incluída nos limites do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM).</p> <p>1983 – É elaborado um levantamento fundiário da área e um acordo verbal com os moradores.</p> <p>2002 - Ignorando as reivindicações quilombolas, o Parque Estadual da Serra do Mar criou um plano de manejo sem incluir a participação efetiva da comunidade, desconsiderando o modo de vida quilombola pautado na preservação e exploração sustentável dos recursos naturais.</p> <p>20 de janeiro de 2006 – O Quilombo da Fazenda é reconhecido pela Fundação Cultural Palmares (FCP), publicado através da Portaria nº 2, de 17 de janeiro de 2006.</p> <p>Março de 2007 – A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, o ITESP, finaliza o Relatório Técnico Científico (RTC) do Quilombo da Fazenda.</p> <p>20 de julho de 2007 – Reinauguração da Casa de Farinha. Comemora-se também a chegada da energia elétrica para 33 famílias residentes no território quilombola;</p> <p>13 de setembro de 2007 – O ITESP finaliza e entrega o relatório técnico do Quilombo da Fazenda para o diretor executivo da Fundação Florestal e ao coordenador de defesa do meio ambiente da Procuradoria do Estado.</p> <p>16 e 17 de julho de 2009 – Acontece uma reunião em Ubatuba para tratar da redefinição dos limites do PESH para o reconhecimento do Quilombo da Fazenda.</p> <p>6 de maio de 2014 – O Diário Oficial do Poder Executivo de São Paulo publica a Portaria Ff/De 97/2014, de 5 de maio de 2014, da Fundação Florestal, sobre a constituição de um Grupo de Trabalho para continuar os estudos técnicos necessários à revisão dos limites do PESH.</p> <p>19 de julho de 2014 – Cerca de 20 quilombolas do Quilombo da Fazenda se reúnem junto à Fundação Florestal e reafirmam o pedido de desafetação do seu território do PESH.</p>
--	--

	<p>28 de agosto de 2014 – O Diário Oficial do Poder Executivo de São Paulo publica o Protocolo 49959/14 1, que visava acompanhar os órgãos responsáveis pela titulação do território.</p> <p>17 de setembro de 2014 – A Fundação Florestal convida a comunidade do Quilombo da Fazenda para uma reunião com a Câmara Técnica do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Mar, mas cancela a reunião com menos de 24h de antecedência. Mesmo assim, a reunião ocorreu com os presentes.</p> <p>23 de setembro de 2014 – O Diário Oficial do Poder Executivo de São Paulo publica o Protocolo 82787/14, que tem como tema o Patrimônio Histórico e Cultural da comunidade.</p>
Mediações institucionais	<p>Além do reconhecimento pela Fundação Palmares em 2006, o ITESP encabeçou o relatório técnico científico do Quilombo da Fazenda.</p> <p>Entre 2013 e 2014 várias articulações institucionais foram realizadas, entre elas:</p> <p>O Quilombo recebe a visita do Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, o economista e sociólogo Paul Singer e, neste dia, também é lançada a Cooperativa do Azul.</p> <p>O Fórum de Comunidades Tradicionais recebe o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Roberto Ricardo Vizentin, e sua equipe de trabalho em Paraty para uma conversa. No mesmo ano, o FCT lança a Moção de repúdio à postura adotada pela Fundação Florestal no processo de titulação do Quilombo da Fazenda.</p>
Estratégias e Ações	<p>A Associação Comunitária de Remanescentes do Quilombo da Fazenda (ACRQF) é regularizada em 2005, fruto de um processo de fortalecimento do processo de demarcação do quilombo que iniciou nos anos 2000 com o Auto Reconhecimento Quilombola da Fazenda Picinguaba.</p> <p>No ano de 2006, a comunidade entrou com um pedido de titulação de terras ao ITESP, que só respondeu ao pedido em 2009.</p> <p>Em 2018, o Quilombo da Fazenda demandou uma Cartografia Social do seu território para o Grupo de Pesquisa para o Fortalecimento da Autonomia Territorial com Cartografia Social (CARTONOMIA). Com apoio do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina e da Universidade Federal Fluminense, foi possível a construção de um mapeamento participativo com a comunidade quilombola a fim de delimitar a área quilombola a partir do uso do território pela comunidade. Foram delimitadas as casas de farinha, a área da praia, as roças, as casas quilombolas, entre outros pontos importantes para a comunidade. De acordo com Brandão (2018), a Cartografia Social pode apoiar o processo de titulação das terras quilombolas frente ao conflito vivenciado com o PESM visto que possibilitou um instrumento de representação territorial para os quilombolas. Em 2024, é lançada a Cartografia Social elaborada pelo Projeto Povos (OTSS/FIOCRUZ/FCT), uma importante publicação sobre o território quilombola.</p> <p>O Turismo de Base Comunitária também vem sendo uma estratégia utilizada pela comunidade quilombola da Fazenda, que junto à Rede Nhanderekó estabeleceu roteiros turísticos que valorizem e preservem a história da comunidade.</p>
Situação Atual	<p>A comunidade está há 10 anos sem uma resposta definitiva sobre a demarcação de suas terras quilombolas.</p>

3.3. Próximos passos para a pesquisa dos conflitos no Projeto Redes

Para o próximo ano, temos como principal objetivo terminar o questionário com os educadores do Meso Inter e Meso SP e realizar mais 06 fichas de conflitos sobre a realidade dos territórios de Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela. Além disso, pretendemos sistematizar as demandas enviadas durante o curso de Defensoras e Defensores Tradicionais, como forma de trabalhar os conflitos e buscar possíveis soluções a partir da compreensão dos instrumentos jurídicos de defesa que devem ser apropriados pelas comunidades.

4. Ocorrências de desastres ambientais no litoral Sul do Rio de Janeiro e litoral Norte de São Paulo

Os anos recentes foram marcados por desastres climáticos que afetaram comunidades tradicionais nos três Mesoterritórios de atuação do Projeto Redes. Em fevereiro de 2023, ocorreu uma das maiores tragédias da história de São Sebastião-SP. Uma das localidades mais atingidas foram as comunidades da costa sul, especialmente na Barra do Sahy. Em decorrência de deslizamentos e enchentes, 64 pessoas morreram. Em abril de 2022, na comunidade de Ponta Negra, em Paraty-RJ, 7 casas foram destruídas em decorrência de um deslizamento e ocorreram 7 óbitos de uma mesma família e mais 4 feridos, após um acumulado de 300mm de chuva. No mesmo evento, em Monsuaba, Angra dos Reis-RJ, após um acumulado expressivo de cerca de 730 mm de chuva (Estação Monsuaba, 2022) em 72 horas, 14 casas foram soterradas, 87 ficaram desalojadas e 11 pessoas morreram. Na Ilha Grande, especialmente as comunidades de Praia de Itaguaçu, Araçatiba, Praia Vermelha, Provetá, Aventureiro e Vila do Abraão foram afetadas com deslizamentos de terra. Segundo informações da Defesa Civil Municipal, foram registrados 592 mm de chuva na Ilha Grande, acarretando 3 óbitos em Itaguaçu, 4 famílias perderam suas casas em Aventureiro e 5 casas foram interditadas.

Se muitas vezes esses acontecimentos recorrentes ao longo do litoral sul fluminense e norte paulista aparecem no noticiário como desastre ou catástrofe natural, os atingidos encontraram uma expressão mais contundente, que expressa as condições sociais e políticas em que esses eventos ocorrem:

tragédia-crime. A combinação entre processos de segregação socioespacial e vulnerabilidade a eventos climáticos extremos coloca grandes parcelas da população em situações de risco que não são nem aleatórias nem imprevisíveis. Daí que a tragédia anunciada se torna um crime ambiental e social, quando a pressão imobiliária e a omissão do poder público empurram a população para áreas de risco.

Uma verdade comum às nossas cidades se mostrou ali evidente: nossa arquitetura e urbanismo têm a cara da profunda desigualdade social tal como se conforma territorialmente, em sua geograficidade. O preço (a renda) da terra, animado por uma ativa especulação fundiária-imobiliária, dá conta das casas que desabaram e das que permanecem sem maiores consequências, pois empurram os mais pobres para as áreas mais inseguras e íngremes, ironicamente as áreas topograficamente mais altas, em benefício da ocupação das áreas mais seguras pelos grupos-classes sociais do “andar de cima” que, ironicamente ocupam as áreas mais baixas e planas (Porto Gonçalves; Lopes Jr, 2023).

Com a intensificação dos períodos de instabilidades, os danos e prejuízos gerados pelos desastres impulsionados pelos eventos de chuvas, têm se tornado cada vez mais recorrentes. Ao longo dos anos, as chuvas mais acentuadas têm ganhado frequência, ocasionando desastres de magnitudes diversas. Os estados do Rio de Janeiro e São Paulo estão entre os 10 estados brasileiros que mais tiveram mortes por deslizamentos no período de 1988 a 2022. Além disso, o município de Angra dos Reis é um dos 10 municípios do Brasil que mais apresentaram mortes por esse tipo de problema durante o mesmo período (Macedo e Sandre, 2022).

Ainda que os movimentos gravitacionais de massa se encontrem relacionados à evolução e dinâmica da paisagem nas regiões montanhosas, sendo representados pela movimentação de solo e/ou rocha pelo efeito da força da gravidade (Dias e Herrmann, 2002), os motivos pelos quais esses fenômenos ocorrem estão ligados tanto aos aspectos físicos quanto às modificações que levaram a suscetibilidade da encosta. Por mais que esses processos estejam associados ao padrão evolutivo da paisagem, os desastres gerados são eminentemente sociais.

Tratar sobre a exposição da população aos riscos de desastres é falar de um processo longo de vulnerabilização socialmente produzida, onde as práticas que vêm sendo tomadas, cooperam para vulnerabilizar grupos sociais (ACSELRAD, 2006). Em concordância, Valencio (2013) aponta que o desastre

é resultado de sistemas de ações e objetos que estão intrínsecos na organização territorial e que os desastres em si não ocorrem no momento dos prejuízos, mas no momento da exposição dos vulnerabilizados, que evidenciam uma fragilidade no sistema social, logo, podem ser entendidos como um processo sócio-histórico, subsequente das injustiças sociais e dos diferentes tipos de segregação e das informalidades urbana que produzem uma urbanização desigual e concentrada. Ou, como indica Leal *et al.*, “pode-se entender então que a estrutura social cria as condições de vulnerabilidade, expondo parcela da população às ameaças, gerando desastres” (2022).

Para Coelho Netto *et al.* (2022), é urgente a avaliação dos riscos somada à compreensão de como ao longo do tempo ele tem se comportado. Entretanto, para uma avaliação mais efetiva é necessário entendermos que eles não ocorrem de forma isolada.

Se cada risco, isolado, tem maior potencial de gerar desastres quanto mais vulneráveis são as pessoas, comunidades e territórios onde ocorre, múltiplos riscos concomitantes, sequenciais e acumulativos tendem a se combinar sobre os mesmos territórios e grupos populacionais, gerando impactos ainda mais severos sobre as populações que representam maiores vulnerabilidades aos diferentes tipos de risco. Portanto, é fundamental na perspectiva multiriscos de gestão, considerar essa uma questão central, buscando reduzir a vulnerabilidade aos diferentes riscos de forma articulada (pgs. 344-345).

Mattedi e Butzke (2001), concordam em dizer que eles não estão concentrados no tempo e no espaço e por isso não podem ser entendidos como eventos pontuais e sim como uma construção social. Assim, esses eventos são um reflexo de como todos esses processos citados produzem cidades desiguais e expostas a diferentes tipos de ameaças.

A magnitude dos movimentos de massa e das inundações é significativa, tanto do ponto de vista da extensão do processo físico, quanto do potencial de danos e perdas. Além de nos faltar políticas públicas habitacionais que promovam uma qualidade no direito à moradia, nos faltam também políticas públicas que atendam as necessidades pós desastres a famílias que foram atingidas de alguma forma.

A falta de atendimento nas diferentes interfaces dos desastres expressa características de como os direitos territoriais são cada vez mais negligenciados, além da carência de entendimento de que os desastres possuem multiriscos, sendo riscos cumulativos e sequenciais (COELHO

NETTO *et al.*, 2022). Para mais, “a perspectiva de multiriscos não pode deixar de considerar os contextos de vulnerabilidade aos quais os diferentes territórios são submetidos” (p. 344). Se houvesse compreensão acerca dos desastres a partir desses horizontes citados, a gestão de riscos e desastres seria afetiva, pois iria dialogar com as diferentes demandas existentes nas cidades.

4.1. Os casos de Angra dos Reis-RJ, Ubatuba, SP e São Sebastião-SP

Os eventos de chuva em Angra dos Reis refletem bem como historicamente o município convive com os danos que são a concretização dos riscos e ameaças. Em 9 de dezembro de 2002, após 275 mm chuvas no município de Angra dos Reis, a falta de preparo para os deslizamentos ocorridos, culminou em perdas de diferentes naturezas, em termos de mortes, interdições e desabrigados, totalizando 40 vítimas fatais, mais de 100 feridos, 2.500 pessoas desabrigadas e interdição de 600 residências (POCIDONIO e SILVA, 2010). Já no dia primeiro de janeiro de 2010 após o acumulado de 440 mm de chuvas, com ocorrências de deslizamentos na Praia do Bananal, na Ilha Grande e no Morro da Carioca, resultou em 52 mortes, 2.284 pessoas ficaram desalojadas e 652 desabrigadas (ANGRA DOS REIS, 2010).

Figuras 1 e 2: Deslizamento em Monsuaba, Angra dos Reis-RJ, e início das obras (2022-2023)



Fonte: Arquivo pessoal - Pamella Oliveira

Nas Figuras 1 e 2, podemos observar a diferença da área afetada pelo deslizamento na Monsuaba, em Angra dos Reis-RJ, em dois momentos: logo após o evento de desastre e depois com a obra de contenção em curso. Apesar da importância de medidas estruturais, como uma obra de contenção para trazer estabilidade para a encosta, o modo de construção desse tipo de obra produz uma desapropriação das comunidades em seus territórios muito intensa. Muitas casas foram destruídas e tantas outras desocupadas e

interditadas, ocasionando o impacto da desterritorialização das comunidades. São grandes os gastos para obras estruturais de contenção de encostas. Mas as assimetrias sociais que são as causadoras de injustiças não parecem ser eliminadas com esse tipo de trabalho. Portanto, é fundamental considerar além de medidas pontuais de obras de contenção, as mudanças na gestão do território e nas condições de moradia para que se promova uma gestão efetiva dos riscos de desastres.

Figura 3: Manifestação de denúncia da tragédia-crime em São Sebastião-SP



Fonte: Acervo do Projeto Redes.

Já em São Sebastião, após três meses de tragédia-crime, moradores atingidos pelos desastres nas comunidades de Barra do Sahy, Boiçucanga e Juquehy, reunidos através das organizações do Comitê União dos Atingidos e do Coletivo Pé de Barro, realizaram um ato público (Figura 3) com a finalidade de lutar pelos seus direitos territoriais, contribuir para a visibilidade da articulação das organizações comunitárias dos atingidos e apresentar as demandas da população gravemente afetada. É uma demonstração da capacidade de mobilização popular para fazer frente à falta de políticas públicas voltadas para as populações atingidas.

No caso de São Sebastião, o movimento atual é uma resposta a um problema que é recorrente, tendo chegado ao extremo em 2023 por conta da grande quantidade de óbitos. Mas não muito longe, em maio de 2019, as

comunidades de Maresias, Paúba, Barequeçaba, Itatinga, Topolândia, Centro, Porto Grande, Pontal da Cruz, Portal da Olaria, São Francisco, Enseada e Canto do Mar, tiveram 124 desabrigados e 27 desalojados após um acumulado de 264 mm de chuvas que provocou alagamentos e deslizamentos, além de um total de 73.833 afetados que envolvem pessoas afetadas diretamente pelo desastre (excetuando as já informadas acima) (Defesa Civil de São Sebastião, 2019).

Figura 4: Vila do Sahy após desastres de fevereiro de 2023



Fonte: Fábio Tito/G1 Disponível em <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/03/19/temporal-devastador-no-litoral-norte-de-sp-completa-um-mes-confira-um-resumo-da-tragedia.ghtml>

Figura 5: Morro do Esquimó - Juquehy, após o deslizamento que vitimou uma pessoa e destruiu 30 casas.



Fonte: GT Pesquisa (2024).

No caso de Ubatuba, serão apresentadas a seguir as ocorrências de desastres que foram enviadas pela defesa civil de Ubatuba, demonstrando como esse município e especialmente as comunidades, vêm sofrendo continuamente com desastres.

Dados da Defesa Civil entre 2018 e 2021:

- Em 02 de janeiro de 2021, ocorreu uma inundação no Rio Tavares e perfurações generalizadas, resultando em um ferido e 159 desabrigados.

- Em 24 de dezembro de 2020, um deslizamento com grandes blocos de rochas no Km 69 da rodovia Rio-Santos atingiu a interdição da via.
- Em 25 de setembro de 2020, ocorreu um tombamento de rochas na pista no Km 39 da BR-101, na Praia do Alto, ocasionando um acidente com um óbito e quatro feridos.
- Em 1º de março de 2020, um deslizamento no Km 57 da rodovia Rio-Santos foi detectado na interdição da rodovia por 12 horas.
- Em maio de 2019, ocorreu uma inundação no Rio Tavares e deslizamentos generalizados, com registro de um ferido.
- Em fevereiro de 2018, ocorreram inundações e deslizamentos generalizados, resultando em um óbito por soterramento no bairro Sesmária. As rodovias Oswaldo Cruz e Rio-Santos (km 55 e 62) foram interditadas devido ao deslizamento.

Dados de 2010 a 2017

- Não há dados disponíveis para este período.

Dados de 1996 a 2009 (*extraídos do livro “Encostas...” de José Antônio Urroz Lopes*)

- Em dezembro de 2009, um deslizamento atingiu o óbito de uma criança, e a localidade de Almada ficou isolada devido a um deslizamento na estrada de acesso.
- Em novembro de 2005, deslizamentos generalizados ocorreram no município, incluindo um grande deslizamento com blocos rochosos no Km 13 da BR-101, que ficou interrompida.
- Em 5 de abril de 2005, foram registrados 276 mm de chuva acumulada em 24 horas, resultando em uma grande enchente – considerada a pior dos últimos 30 anos –, especialmente no Rio Grande, o principal da cidade. Houve destruição de 10 pontes e os barcos dos pescadores ficaram “amontoados”. A Rodovia Oswaldo Cruz foi interditada, principalmente no Km 84.

- Em janeiro de 2005, deslizamentos generalizados interditaram a Rodovia Rio-Santos nas localidades de Picinguaba, Ubatumirim e Praia do Félix.
- Em novembro de 2003, ocorreu um óbito por soterramento devido a um deslizamento em Picinguaba, e o Km 2 da BR-101 foi interditado.
- Em março de 2000, um deslizamento foi registrado no km 15 da BR-101, além de deslizamento na Estrada da Almada.
- Em 12 de março de 1998, registrou-se um acumulado de 201,8 mm de chuva em 24 horas.
- Em novembro de 1997, ocorreu um grande deslizamento no km 69 da rodovia Rio-Santos.
- Em fevereiro de 1996, um grande desastre ocorreu em 11 óbitos (sendo 7 em Picinguaba), além de 300 desabrigados e o isolamento total do município devido a deslizamentos generalizadas nas três rodovias de acesso: Oswaldo Cruz, SP-055 Rio-Santos e BR- 101 (nos Km 3 e 13). Em 13 de fevereiro, ocorreu um acumulado de 246,3 mm de chuva em 24 horas, recorde histórico para o mês de fevereiro.

Dados do INMET sobre registros de chuva acumulada em um dia para cada mês:

- Em 3 de maio de 1992, registrou 194 mm de chuva acumulada em 24 horas.
- Em 19 de dezembro de 1986, registrou 197,3 mm de chuva acumulada em 24 horas.
- Em 22 de janeiro de 1976, houve registro de 344 mm de chuva acumulada em 24 horas.

Outros registros históricos:

- Os dados de 1996 a 2009 foram extraídos do livro “Encostas...” de José Antônio Urroz Lopes.
- Em março de 1967, ocorreu um grande evento de magnitude histórica no município vizinho, Caraguatatuba.
- Em fevereiro de 1966, houve registros de escorregamentos.

- Enchentes foram registradas.

4.2. Definição de Desastres, Vulnerabilidade, Risco, Exposição

Segundo Castro (1998), desastres são eventos de grande magnitude que podem resultar tanto de fenômenos naturais quanto de atividades humanas, impactando ambientes já vulneráveis. Esses eventos prejudiciais causam danos substanciais a pessoas, propriedades e ao meio ambiente, além de gerar significativos impactos econômicos e sociais. Os efeitos desses eventos podem ser imediatos, com duração que varia de segundos a horas, e têm a capacidade de paralisar drasticamente o andamento da sociedade. No entanto, a resolução completa do desastre só ocorre quando todas as suas consequências são adequadamente tratadas, o que pode resultar em repercussões prolongadas. Portanto, um desastre pode ser entendido como a materialização de um risco, resultante da combinação entre fenômenos naturais e as condições específicas de pessoas, comunidades ou sistemas em um determinado local e momento. Isso frequentemente resulta em uma interrupção significativa do bem-estar social, muitas vezes exigindo assistência externa para uma recuperação eficaz (TOMINAGA *et al.*, 2009; KOBIYAMA *et al.*, 2006; MARCHEZINI, 2009; ALVALÁ *et al.*, 2007).

De acordo com Ribeiro (1995) e Valencio (2010), a Sociologia dos Desastres oferece uma visão que evidencia como as desigualdades sociais podem precipitar rupturas e dificultar a capacidade das comunidades de enfrentar eventos adversos em seus contextos. Essas desigualdades, que precedem os desastres, englobam aspectos políticos, de saúde e econômicos, que amplificam a vulnerabilidade de determinados grupos. Muitas vezes, as instituições responsáveis pela gestão de desastres não consideram adequadamente a complexidade das dinâmicas psíquicas e sociais das populações afetadas. Além disso, os profissionais envolvidos na gestão de desastres frequentemente enfrentam desafios para compreender esses eventos de maneira integral, dada sua natureza complexa e dinâmica. A Sociologia dos Desastres é fundamental para aprofundar o conhecimento sobre as conexões sociais e psicossociais que geram riscos e vulnerabilidades.

4.3. Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID)

Segundo informações disponíveis no meio eletrônico (S2ID), o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres foi criado em 2011 através da colaboração entre a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), atualmente parte do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), e o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPED/UFSC). O principal objetivo da criação do sistema foi disponibilizar e tratar dados sobre desastres, tornando-se uma ferramenta valiosa para a realização de estudos relacionados à gestão de riscos. A implementação do S2ID foi viabilizada pela Lei nº 12.608, sancionada em 2012, que estabeleceu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Com a aprovação dessa lei, o conceito de proteção foi formalmente incorporado, e o sistema passou a ser conhecido como Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) (NINA *et al.*, 2021).

O S2ID tem como principal objetivo, a partir do armazenamento e disponibilização das informações, registrar os desastres ocorridos em municípios e estados, facilitando a documentação desses eventos. Além disso, o sistema permite consultar e acompanhar os processos de reconhecimento federal para situações de emergência e estados de calamidade pública, bem como monitorar a transferência de recursos para as ações de resposta e para a reconstrução pós desastres (CARVALHO, 2019).

Com a criação do S2ID, diversos arquivos sobre registros de desastres foram reunidos para fornecer uma visão abrangente sobre os eventos naturais no Brasil. Esses dados foram estruturados e detalhados por meio das ferramentas do portal: Série Histórica, Arquivo Digital e Atlas Brasileiro. A ferramenta Série Histórica oferece acesso a arquivos contendo informações essenciais sobre os Reconhecimentos Federais de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública concedidos pela SEDEC aos municípios. De acordo com CEPED (2020), esse recurso inclui dados sobre reconhecimentos realizados antes e durante os primeiros anos de operação do S2ID. As informações estão organizadas com filtros para selecionar o ano e a Unidade Federativa (UF). Na pesquisa, é possível localizar a região, o número de municípios e os reconhecimentos, além de ter a opção de exportar os dados em formato PDF ou XLS (CARVALHO, 2019).

Outra funcionalidade do portal S2ID é a seção de Relatórios, que fornece dados sobre os registros de danos e prejuízos, bem como informações sobre o reconhecimento federal de Situações de Emergência (SE) ou Estados de Calamidade Pública (ECP). Esses dados são registrados desde 2013, quando o sistema foi implementado. A página oferece acesso a quatro tipos de relatórios gerenciais: danos reportados, reconhecimentos efetuados, reconhecimentos em vigor e visão geral. Todos esses relatórios estão disponíveis para download. As informações presentes nos relatórios são: UF; Município; Registro; Protocolo; COBRADE; Status; População; Mortos; Feridos; Enfermos; Desabrigados; Desalojados; Desaparecidos; Outros Afetados; Unidades Habitacionais Danificadas; Unidades Habitacionais Destruídas; Valor Habitacional; Saúde Danificadas; Saúde Destruídas; Valor Saúde; Ensino Danificadas; Ensino Destruídas; Valor Ensino; Outros Serviços Danificadas; Outros Serviços Destruídas; Valor Outros Serviços; Uso Comunitário Danificadas; Uso Comunitário Destruídas; Valor Uso Comunitário; Infraestrutura Pública Danificadas; Infraestrutura Pública Destruídas; Valor Infraestrutura Pública; Poluição Água; Poluição Ar; Poluição Solo; Exaurimento Hídrico; Incêndios Parques; Assistência Médica; Água Potável; Esgoto Pluvial; Limpeza Urbana; Controle Pragas; Energia Elétrica; Telecomunicações; Transportes; Combustíveis; Segurança Pública; Ensino; Agricultura; Pecuária; Indústria; Comércio; Serviços (S2ID, 2024).

4.4. Formulário de Avaliação de Danos (AVADAN) e o Formulário de Informação dos Desastres (FIDE)

Os AVADANs são formulários uniformizados utilizados para registrar informações sobre desastres em todo o país. Eles têm o objetivo de documentar aspectos dos desastres, como o tipo de evento, os danos causados às pessoas, propriedades e ao meio ambiente, bem como as estimativas dos impactos econômicos e sociais. Esses formulários devem ser preenchidos pela Defesa Civil local ou por outros órgãos competentes dentro de um prazo máximo de 120 horas após o desastre e enviados aos órgãos de coordenação e articulação do SINPDEC, tanto em nível estadual quanto federal (MINEIRINHO, 2020).

A partir de 2012, o AVADAN foi substituído pelo Formulário de Informações do Desastre (FIDE), que é digital e cujos dados são integrados no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD). A transição do formulário AVADAN para o FIDE, e a alteração do preenchimento de papel para digital em 2012, pode ter causado desafios para os gestores de defesa civil na atualização do banco de dados. Como resultado, é possível que alguns eventos não tenham sido devidamente reportados e assim, uma análise com um recorte espaço-temporal mais abrangente, seja dificultada. (MINEIRINHO, 2020).

4.5. Registros de Eventos de Inundação e Deslizamentos do Cemaden (REINDESC)

Com base nas informações obtidas por meio do Anuário da Sala de Situação do Cemaden (ANDRADE, 2017), com a finalidade de obter informações com o intuito de tomar decisões sobre o envio de alertas de desastres naturais, o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN) levou à criação do Reindesc (Registro de Eventos de Inundação e Deslizamentos do Cemaden). Este banco de dados registra as ocorrências dos eventos monitorados pelo Cemaden. As informações nele contidas são usadas para verificar os alertas já emitidos e para ajudar na identificação de cenários de risco que possam justificar alertas futuros. Além disso, o banco de dados serve como base para pesquisas e diagnósticos sobre a distribuição dos eventos nos municípios monitorados ao longo dos anos.

As fontes oficiais de informação usadas para iniciar os registros incluem: a) Cenad (relatórios diários e registros da base de dados online); b) Sites de agências oficiais (defesas civis estaduais, agências federais de gerenciamento de recursos e serviços específicos); c) Formulários de Ocorrências enviados sob demanda às defesas civis dos municípios monitorados pelo Cemaden.

Assim, o banco de dados é atualizado com informações dos Formulários de Ocorrência enviados pelas Defesas Civis dos municípios e com dados do Cenad. Na falta de dados oficiais, são consultados sites de notícias online nacionais e regionais para buscar informações que permitam a criação de novos registros. Em ambos os casos, as diferentes fontes são usadas para

confirmar ou complementar as informações iniciais, visando fornecer o máximo de detalhes possíveis sobre os eventos (ANDRADE, 2017).

Os danos registrados no Reindesc referem-se apenas a danos humanos e seguem o padrão dos Formulários de Informações de Desastres (FIDEs), que são preenchidos pelos municípios como parte dos procedimentos para solicitar ajuda financeira aos governos estadual e federal (Declaração de Situação de Emergência (SE) e Estado de Calamidade Pública (ECP)). Quando os eventos são registrados a partir de fontes oficiais descritas nos FIDEs, o preenchimento é mais fácil. No entanto, quando os eventos são registrados a partir de outras fontes, como notícias online, alguns desses parâmetros podem estar incompletos ou ausentes, conforme a fonte. Com base no mapeamento de áreas de risco, realizado principalmente pela CPRM, é realizada a plotagem da localização das ocorrências, indicando se houve sobreposição dessas informações, ou seja, se os eventos ocorreram ou não em áreas de risco previamente mapeadas (Andrade, 2017).

4.6. Problemas da Ausência de Registro de Desastres e a Necessidade de Dados Detalhados

A ausência de um registro abrangente e detalhado de desastres representa um problema significativo para a análise e gestão de riscos. Importante dizer que um banco de dados disponível permite uma visão ampla das regiões, estados e municípios, oferecendo uma base sólida para análises em diferentes interfaces. Mas o que é observado é que muitos eventos, principalmente os mais antigos, podem não ter isso documentado. E muitos dos eventos antigos carecem de informações detalhadas, por muitas vezes apresentarem uma variedade de formatos, informações e métodos de preenchimento. Essa falta de padrão e abrangência limita a expansão das análises, uma vez que dificulta a compreensão completa dos padrões e impactos dos desastres ao longo dos anos (MARCELINO *et al.*, 2006).

A ausência de dados específicos sobre as características das pessoas afetadas — como idade, renda, etnia e gênero — é outro obstáculo significativo com impacto direto na pesquisa e no desenvolvimento de políticas públicas eficazes. Esses dados são essenciais para embasar estudos científicos e políticas de gestão de risco que atendam às necessidades reais. Sem registros

consolidados e detalhados, os formuladores enfrentam dificuldades para implementar, monitorar e avaliar medidas de resposta adequadas, comprometendo a eficácia das ações e a segurança das comunidades vulneráveis (NUNES, 2015).

Além disso, a insuficiência de registros completos também afeta negativamente a capacidade de resposta e preparação para futuros eventos. Sem um histórico documentado e detalhado de eventos passados, as autoridades enfrentam dificuldades para prever e planejar medidas de mitigação adequadas. Dados precisos sobre a frequência, intensidade e localização dos desastres são essenciais para desenvolver modelos preditivos e alocar recursos de maneira mais eficaz. Dessa forma, comunidades inteiras podem ser deixadas vulneráveis a desastres recorrentes, sem as ferramentas necessárias para se protegerem adequadamente (LIMA, 2014).

Assim, a falta de transparência e a escassez de dados completos compromete a prestação de contas das ações dos órgãos competentes, já que se torna difícil avaliar a eficácia das políticas públicas existentes e identificar áreas que necessitam de melhorias. A transparência nos dados é crucial para garantir que os recursos destinados à prevenção de desastres sejam utilizados de maneira efetiva. Sem uma base de dados sólida, os esforços para monitorar e avaliar a implementação de políticas ficam fragilizados.

Além disso, mesmo nos casos em que os eventos de desastres não resultaram em danos severos, como desabrigados ou óbitos, ocorreram situações em que danos à infraestrutura, como pontes quebradas, dificultam o tráfego de moradores, acarretando um número grande de pessoas afetadas (Tabela 1). Importante mencionar, que para facilitar, na coluna “fora de casa”, em muitos casos representa o somatório de pessoas desalojadas e desabrigadas.

Tabela 5: Ocorrências de desastres ambientais em Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba, Ubatuba, São Sebastião e Caraguatatuba

UF	Município	Área afetada	Data ocorrência	Ocorrência registrada	Afetados	Fora de casa	Óbitos	Fonte
RJ	Angra dos Reis	Japariz	1985	Deslizamento	7	0	7	Comunidade
RJ	Angra dos Reis	Monsuaba	02/04/2022	Deslizamento	98	87	11	Comunidade
RJ	Mangaratiba	Praia do Saco	27/03/1994	Deslizamento	12	0	8	Comunidade

RJ	Mangaratiba	Sem informação	17/01/2003	Inundação	5.090	5.060	0	COPPETE C
RJ	Mangaratiba	Sem informação	29/11/2003	Inundação; Deslizamento	165	163	0	COPPETE C
RJ	Mangaratiba	Sem informação	06/04/2005	Deslizamento	14	14	0	COPPETE C
RJ	Mangaratiba	Sem informação	12/06/2006	Inundação	600	0	0	COPPETE C
RJ	Mangaratiba	Sem informação	01/12/2006	Deslizamento	5	5	0	COPPETE C
RJ	Mangaratiba	Sem informação	12/02/2007	Inundação; Deslizamento	800	32	0	COPPETE C
RJ	Mangaratiba	Sem informação	24/10/2007	Inundação	25	25	0	COPPETE C
RJ	Mangaratiba	Sem informação	22/01/2008	Inundação; Deslizamento	12.000	65	0	COPPETE C
RJ	Mangaratiba	Sem informação	25/03/2008	Deslizamento	300	0	0	COPPETE C
RJ	Mangaratiba	Sem informação	12/02/2009	Inundação	3.000	30	0	COPPETE C
RJ	Mangaratiba	Sem informação	09/10/2009	Deslizamento	1.500	0	0	COPPETE C
RJ	Mangaratiba	Sem informação	30/12/2009	Inundação	1.500	10	0	COPPETE C
RJ	Mangaratiba	Sem informação	16/07/2010	Inundação	3.000	60	0	COPPETE C
RJ	Mangaratiba	Sem informação	15/01/2011	Inundação	2.000	35	0	COPPETE C
RJ	Mangaratiba	Sem informação	26/04/2011	Inundação; Deslizamento	3.100	61	0	COPPETE C
RJ	Paraty	Sem informação	10/01/2009	Deslizamento; Inundação	25.000	1.098	0	COPPETE C
RJ	Paraty	Sem informação	24/02/2009	Inundação	25.000	52	0	COPPETE C
RJ	Paraty	Sem informação	01/01/2010	Inundação; Deslizamentos	10.606	88	0	COPPETE C
RJ	Paraty	Sem informação	10/01/2011	Inundação	2.300	1.927	0	COPPETE C
SP	Ubatuba	Picinguaba	12/02/1996	Deslizamento	0	0	11	Comunidade
SP	Ubatuba	Km 69	Novembro de 1997	Deslizamento	0	0	0	Defesa Civil
SP	Ubatuba	Km 15 da BR-101	Março de 2000	Deslizamento	0	0	0	Defesa Civil
SP	Ubatuba	Estrada da Almada	Março de 2000	Deslizamento	0	0	0	Defesa Civil
SP	Ubatuba	Picinguaba	Novembro de 2003	Deslizamento	0	0	1	Defesa Civil
SP	Ubatuba	Picinguaba	Janeiro de 2005	Deslizamento	0	0	0	Defesa Civil
SP	Ubatuba	Ubatumirim	Janeiro de 2005	Deslizamento	0	0	0	Defesa Civil
SP	Ubatuba	Praia do Félix	Janeiro de 2005	Deslizamento	0	0	0	Defesa Civil
SP	Ubatuba	Rio grande	05/04/2005	Enchente	0	0	0	Defesa Civil
SP	Ubatuba	Estufa II	04/12/2009	Deslizamento	0	0	1	Notícias

SP	Ubatuba	Sem informação	22/02/2013	Alagamento	0	0	0	S2ID
SP	Ubatuba	Perequê-açu	01/01/2021	Alagamento	120	1	0	FIDE
SP	Ubatuba	Núcleo Botafogo	01/01/2021	Alagamento; Inundação	83	83	0	FIDE
SP	Ubatuba	Parque Guarani	01/01/2021	Alagamento; Inundação	180	133	0	FIDE
SP	Ubatuba	Pedreira Alta	01/01/2021	Deslizamento; Queda de árvore	15	5	0	FIDE
SP	Ubatuba	Morro das moças	01/01/2021	Deslizamento	50	15	0	FIDE
SP	Ubatuba	Vale do sol	01/01/2021	Deslizamento; Queda de árvore	500	53	0	FIDE
SP	Ubatuba	Pedreira Baixa	01/01/2021	Deslizamento	10	0	0	FIDE
SP	Ubatuba	Fortaleza/Praia Vermelha do Sul	01/01/2021	Deslizamento	2000	0	0	FIDE
SP	Ubatuba	Angelim	01/01/2021	Alagamento; Inundação	380		0	FIDE
SP	Ubatuba	Picinguaba/Estrada	01/01/2021	Erosão	460	126	0	FIDE
SP	Ubatuba	Ubatumirim/Estrada	01/01/2021	Erosão	600	0	0	FIDE
SP	Ubatuba	Almada	01/01/2021	Queda de árvore; Poste de energia	650	0	0	FIDE
SP	Ubatuba	JD Ubatuba (Sumidouro)	01/01/2021	Alagamento	350	0	0	FIDE
SP	Ubatuba	JD Ipiranga	01/01/2021	Deslizamento; Queda de árvore; Alagamento	100	12	0	FIDE
SP	Ubatuba	Emaus	01/01/2021	Deslizamento; Queda de poste; Alagamento	55	12	0	FIDE
SP	Ubatuba	Bela Vista	01/01/2021	Deslizamento; Alagamento; Inundação	1300	67	0	FIDE
SP	Ubatuba	Marafunda	01/01/2021	Alagamento; Inundação	400	20	0	FIDE
SP	Ubatuba	Umuarama/Silop/Sumaré	01/01/2021	Alagamento	450	0	0	FIDE
SP	Ubatuba	Estufa II	01/01/2021	Alagamento	800	4	0	FIDE
SP	Ubatuba	Taquaral	01/01/2021	Alagamento	300	0	0	FIDE
SP	Ubatuba	Após praia dura-	01/01/2021	Deslizamento	35000	0	0	FIDE

		Rodovia/Região Sul						
SP	Ubatuba	Itamambuca	01/01/2021	Queda de árvores	450	0	0	FIDE
SP	Ubatuba	Acesso a aldeia	01/01/2021	Enxurrada	52	0	0	FIDE
SP	Ubatuba	TOTAL DO EVENTO	01/01/2021	TOTAL DO EVENTO	44.735	532	0	FIDE
SP	São Sebastião	Itamambuca; Barra Seca; Taquaral; Perequê-Açú; Barra dos Pescadores; Centro; Mato Dentro; Ipiranguinha; Marafunda; Bela Vista; Jardim Sumaré; Silop; Umuarama; Estufa I; Estufa II; Barra da Lagoa; Itaguá; Acaraú; Toninhas; Enseada; Perequê-Mirim e Maranduba. Áreas Rurais afetadas: Camburi; Picinguaba; Fazenda; Almada; Estaleiro; Ubatumirim; Poruba; Prumirim; Félix; Casanga; Rio Escuro; Praia dura; Fortaleza; Sertão da Quina e Sertão do Araribá	03/04/2022	Deslizamento; Enxurradas; Alagamentos; erosões	35.000	65	0	FIDE
SP	São Sebastião	Sem informação	06/05/2013	Enxurrada	0	16	0	S2ID
SP	São Sebastião	Residencial - Em áreas urbanas consolidadas e região central. Comercial - Pontos Comerciais em todas as regiões centrais e áreas urbanas	14/02/2018	Alagamentos; Deslizamento	712	74	0	FIDE

		consolidadas. Reserva Florestal ou APA - moradias em áreas de APP (área de preservação permanente). Turismo e Outras - Todos os atrativos turísticos do município foram afetados e a atividade turística interrompida.						
SP	São Sebastião	Maresias; Paúba; Barequeçaba; Itatinga; Topolândia; Centro; Porto Grande; Pontal da Cruz; Portal da Ollaria; São Francisco; Enseada; Canto do Mar	15/05/2019	Alagamentos; Deslizamento	73.984	124	0	FIDE
SP	São Sebastião	Barra do Una; Juquehy; Barra do Sahy; Baleia; Camburi; Boiçucanga; Toque-Toque Grande e Itatinga.	19/08/2023	Fluxo de detritos; Alagamentos; Enxurradas	11.819	1.357	0	FIDE
SP	Caraguatatuba	Cantagalo; Rio do Ouro; Jaraguazinho; Morro do Algodão; Tinga; Olaria; Cidade Jardim; Sumaré; Centro; Benfica; Jardim Francis; Ponte Seca; Massaguacu; Casa Branca; Califórnia; Jaqueira;	15/03/2017	Inundações	50.358	58	0	

		Capricórnio; Getuba; Gaivotas; Poiares; Golfinho; Jardim das Palmeiras; Pontal Santamarin a; Caputera; Jardim do Sol; Martim de Sá; Ipiranga; Estrela D'Alva e Serraria; Sertão dos Tourinhos; Porto Novo; Barranco Alto						
--	--	---	--	--	--	--	--	--

4.7. Participação popular na gestão de risco

Importante pensar modelos de gestão de riscos que sejam articulados com as comunidades locais. Na temática dos desastres, os planos de enfrentamento, mapas de riscos, suscetibilidade e planos de contingenciamento são criados e alimentados por profissionais da área e são produzidos de cima para baixo, além de serem poucos territorializados, isto é, materiais feitos sem escala de detalhe. Para o entendimento efetivo de uma dinâmica territorial, é necessária uma análise em escala local, para que sejam pensadas as necessidades específicas de cada localidade, entendendo que cada comunidade possui uma demanda diferente.

Pensar em medidas de gestão de riscos em escalas municipais é ignorar indicadores locais que indicam especificidades territoriais. Além disso, os modelos de gestão precisam ser articulados com as comunidades que residem nessas áreas. Assim, se faz necessário um desenho de políticas públicas participativas, ligadas ao protagonismo da população. As comunidades precisam não só enxergar as estratégias produzidas, mas participar das tomadas de decisão.

Klimes *et al.*, (2019) fundamentam esse entendimento quando destacam a importância da participação da comunidade local no desenvolvimento de planos de gestão de risco de deslizamentos e como isso pode ajudar a garantir que os planos elaborados sejam adequados às

necessidades das comunidades locais, além de ajudar a aumentar o engajamento público com questões de segurança e prevenção de desastres, podendo levar a uma maior conscientização sobre os riscos de deslizamentos e a uma maior motivação para agir em relação aos riscos associados. No fim, é de extrema importância que a realização e continuidade desse tipo de trabalho seja elaborada de forma horizontal, garantindo uma participação do conhecimento local, provendo um diálogo efetivo com as comunidades e que a partir disso, possam ser construídos caminhos coletivos.

Após a tragédia já citada neste capítulo, ocorrido em abril de 2022 em Monsuaba, Angra dos Reis (RJ), iniciou-se um diálogo extenso para a construção de um plano comunitário de enfrentamento de desastres. Planos de enfrentamento de base comunitária, possuem a finalidade de serem modelos de gestão territorializados e centrados nas comunidades. Seus objetivos são o de construir um modelo de trabalho horizontal, através da ecologia de saberes (SANTOS, 2007) e tecnologias sociais. A construção de modelos participativos é um importante caminho para a adesão comunitária nas tomadas de decisão, assim como é instrumento de lutas por melhorias em seus territórios.

Apesar da importância da dimensão coletiva na construção de planos de gestão de riscos, inventários de cicatrizes de deslizamentos, mapas de riscos e suscetibilidades, Freitas e Coelho Netto (2022) apontam que há carência no Brasil e no mundo de modelos de governança territorializados. O olhar das comunidades sobre a dinâmica territorial, a natureza dos problemas e as soluções possíveis precisam andar junto como os profissionais que trabalham nessa temática.

Pensando nisso, o plano de enfrentamento comunitário desenvolvido na Monsuaba possui essa finalidade. O apontamento dos comunitários sobre as principais ameaças na comunidade, as áreas com maior criticidade, vulnerabilidade e exposição, rotas de fuga em momentos de emergência, fazem parte do arranjo do trabalho em curso. No fim, espera-se a contínua produção e alimentação de meios coletivos para uma gestão e redução dos desastres.

O Plano Participativo de Enfrentamento de Riscos de Desastres de Monsuaba é uma iniciativa surgida após os desastres de 2022, que tem sido promovida pelo OTSS, com recursos próprios, em parceria com o Centro de

Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (Cepedes-Fiocruz) e o Programa de Pesquisa Translacional em Promoção da Saúde (Fio-PromoS).

4.8. Curso de gestão de risco da Rede de Formação Socioambiental

Como forma de trabalhar os desastres e buscar possíveis encaminhamentos e soluções, um dos oito cursos da Rede de Formação Socioambiental teve como objetivo trabalhar as questões dos desastres para as comunidades dos territórios tradicionais. A primeira edição do curso de Gestão de Risco de Desastres foi construída no âmbito do Projeto Redes em parceria com o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) e a parceria com Grupo de Pesquisa em Desastres Socio-Naturais da Universidade Federal Fluminense. O curso se deu na metodologia da Pedagogia da Alternância, teve carga horária de 60 horas, divididas em 03 módulos que ocorreram cada um em uma comunidade tradicional, são: São Sebastião, São Paulo (setembro); Ponta Negra, Paraty (outubro 2024); e, Monsuaba e Bracuí, Angra dos Reis (outubro 2024).

Os trabalhos de campo do curso de gestão de risco, tiveram como foco visita a comunidades em áreas de risco no litoral, onde deslizamentos e enchentes causaram tragédias e evidenciaram problemas estruturais. No Morro do Esquimó, São Sebastião, local do primeiro campo, os moradores descrevem o desastre com uma grande semelhança a uma avalanche, com barreiras naturais rompendo devido ao acúmulo de água e detritos, resultando na morte de um morador. A tragédia poderia ter sido pior se as casas, em sua maioria de veraneio, não fossem vazias. Os moradores expressaram desconfiança sobre as obras pós-desastre.

Na região de Juquehy, os cursistas observaram rotas de fuga insuficientes e falhas em obras emergenciais, que mudaram o curso de um rio, o que pode gerar problemas futuros. Apontando também o empreendimento da BR-101, como um vetor que agrava a vulnerabilidade, separando comunidades e formando barreiras que aumentam os riscos de enchentes e alagamentos, afetando psicologicamente e financeiramente os moradores.

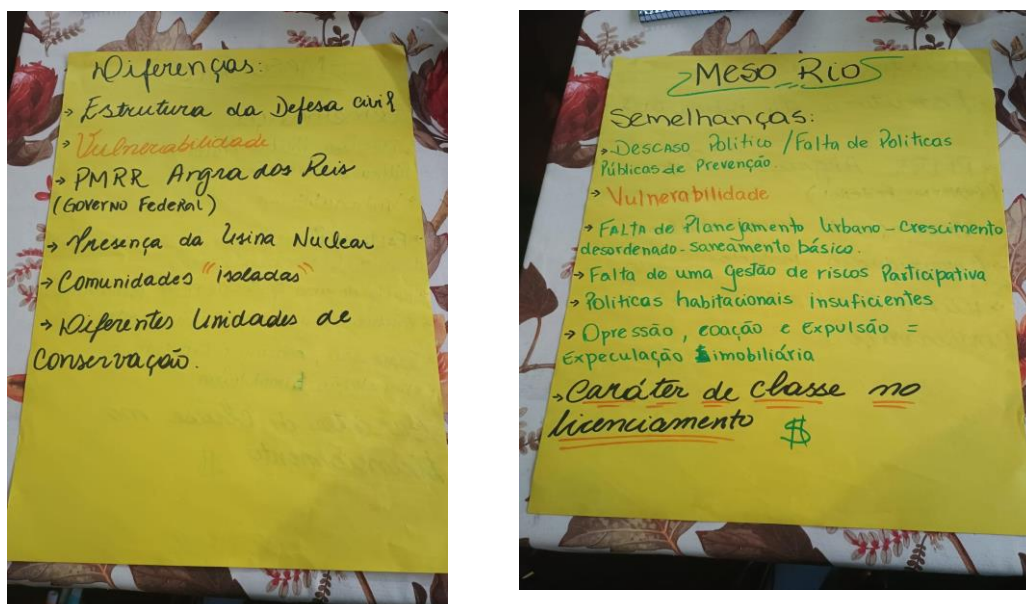
Durante a atividade promovida após os trabalhos de campo em áreas que foram afetadas, os grupos (cursistas) discutiram os contextos de risco (Figura 6 e 7) nas regiões de São Paulo, Rio de Janeiro e outras áreas, apontando problemas como especulação imobiliária, falta de planejamento urbano e desenvolvimento político. Nas áreas mais afetadas, a gestão de risco é insuficiente, a presença de usinas nucleares e a falta de políticas habitacionais e de infraestrutura básica tornam a situação ainda mais precária.

Os cursistas também discutiram o impacto da cobertura da mídia, que muitas vezes espetaculariza as tragédias, e como as empresas políticas aproveitam esses desastres para fins eleitorais ou lucrativos. Foi observado que o apoio chega apenas após os eventos, sem ações preventivas sérias, e que as intervenções emergenciais são, em geral, insuficientes e desconectadas das necessidades.

A atividade inclui reflexões sobre o racismo ambiental, evidenciadas pela concentração de populações de baixa renda em áreas de risco. Também houve críticas à falta de fiscalização e ao desinteresse do poder público em ouvir as demandas das comunidades, o que contribui para o surgimento de assentamentos irregulares e a negligência com as necessidades básicas. No caso das comunidades próximas à BR-101, a estrada serve como uma barreira que aumenta a vulnerabilidade, enquanto os moradores se sentem ilhados durante desastres, sem rotas seguras de fuga.

Outros pontos levantados destacam a carência de planos de emergência e de estudos sobre o gerenciamento do território, a ausência de saneamento básico e a pressão da especulação imobiliária. Os grupos também apontaram a falta de políticas públicas preventivas e a necessidade de uma gestão de riscos que envolva a comunidade de forma participativa.

Como atividade do Trabalho Integrado para o Tempo Comunidade, foi solicitado que os educandos e as educandas fizessem um resgate sobre todos os ocorridos de desastres socionaturais da sua região e mapear os mais antigos que sabem os relatos anteriores de eventos extremos. Na finalização do curso, apesar de ser um tema sensível e delicado para se dialogar, os núcleos de acompanhamento, dividido por mesoterritórios, discorrem sobre as ocorrências de desastres em que eles mapearam em seus territórios, dialogando sobre os impactos/danos gerados e de que forma esses desastres podem ser solucionados.



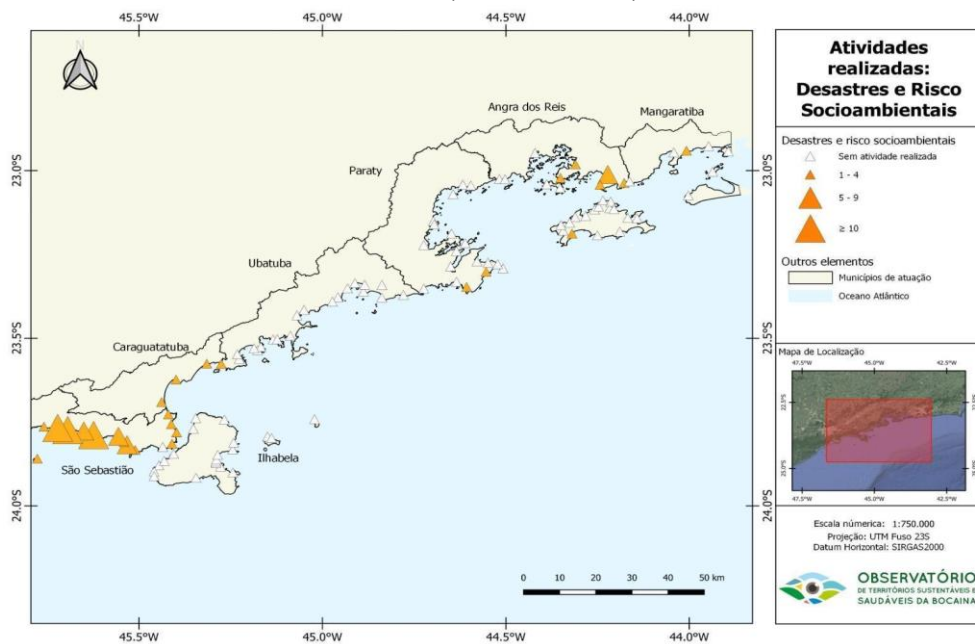
Fonte: Curso de Gestão de Riscos da RFS (2024).

4.9. Projeto Redes e as atividades territorializadas

O Projeto Redes desenvolve ações territorializadas que promovem o diálogo com as comunidades locais, abordando os problemas específicos enfrentados por essas questões. Por meio de temas geradores, o projeto busca fortalecer a organização comunitária de base e ampliar o engajamento destas comunidades na gestão ambiental e territorial, articulando diferentes saberes sobre a realidade vivida. Muitas comunidades situadas na área de abrangência do Projeto foram fortemente afetadas por desastres, especialmente nos anos de 1985 até 2023, como bem mostra a tabela 1. O Mapa 1 apresenta a distribuição espacial e quantitativa das ações voltadas para os desastres, nas comunidades de abrangência do projeto redes, entre os períodos de outubro de 2022 a setembro de 2023 e no mapa 2, períodos de outubro de 2024 a setembro de 2024. Nos mapas (1 e 2), é possível observar uma grande concentração de atividades envolvendo o tema de desastres no Meso SP, especialmente em São Sebastião, município no qual vem sofrendo frequentemente como desastres, seguindo pelas comunidades situadas em Caraguatatuba. No Meso Inter, atividades em Ponta Negra (Figura 8) e por último no Meso Rio, especialmente no lado leste do município. Já nos anos que correspondem às atividades do relatório em questão (out/2023 a set/24),

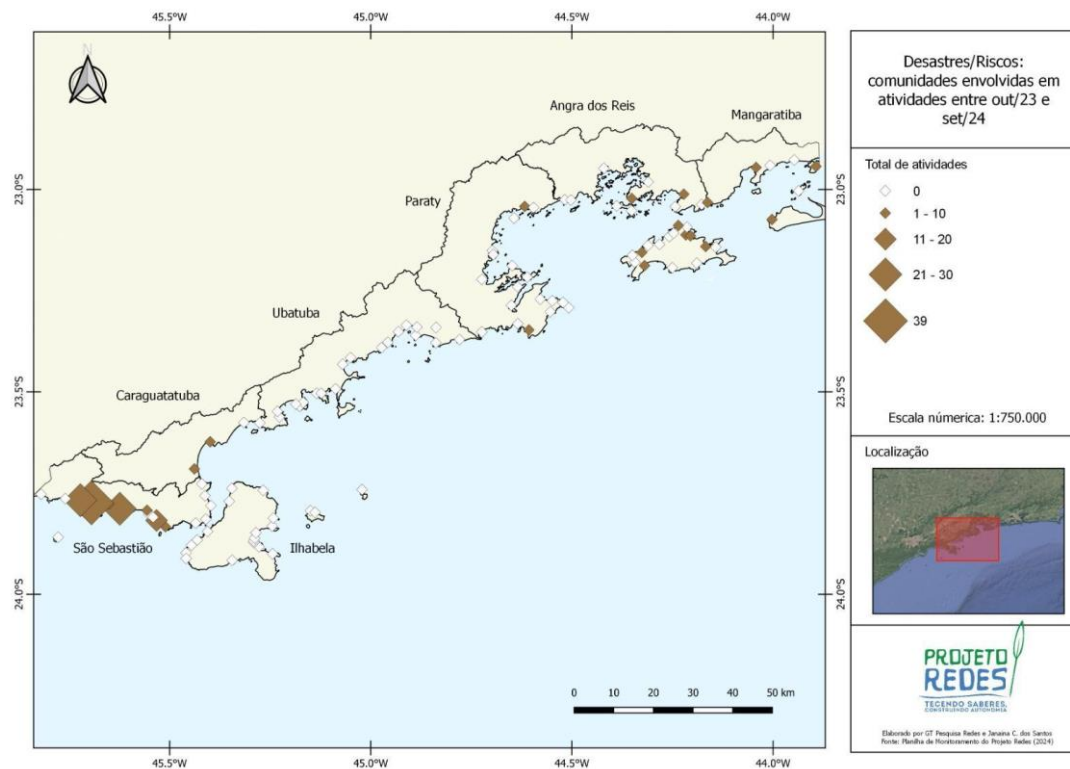
podemos observar que as atividades com a temática dos desastres continuam frequentes em São Sebastião, Angra dos Reis e Mangaratiba, locais esses que foram intensamente afetados pelos eventos extremos de chuvas nos últimos anos. As contínuas atividades dentro do projeto, com temas ligados a direito à moradia, desigualdade, segregação residencial, mudanças climáticas entre outros, evidencia a urgência que as comunidades têm em falar sobre o tema.

Mapa 1: Atividades realizadas sobre o tema Desastres e Riscos Socioambientais no Projeto Redes (out/22 a set/23)



Fonte: Projeto Redes

Mapa 2: Atividades realizadas sobre o tema Desastres e Riscos Socioambientais no Projeto Redes (out/23 a set/24)



Fonte: Projeto Redes

Figura 8: Local interditado em virtude de deslizamento na Ponta Negra, Paraty.



Fonte: Curso de Gestão de Riscos da RFS (2024).

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Boll, 2004.

ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, v. 25, 2006. Disponível em https://www.academia.edu/download/59339887/Vulnerabilidade_Ambientais_Proce_ssos_Relacoes_Henri_Acsehrad20190521-40779-10oq1ci.pdf Acesso em: 05 de out. 2024.

ALVALÁ, Regina CS; BARBIERI, ALISSON FLÁVIO. Desastres naturais. Mudanças climáticas em rede: um olhar interdisciplinar. São José dos Campos, SP: Inpe, v. 1, p. 203-230, 2017.

ANDRADE, Kelen Martins et al. Anuário da sala de situação do CEMADEN 2017. 2019.

ANGRA DOS REIS. Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis. Edição 247. Ano V. Prefeitura de Angra dos Reis, 2010. Disponível em: <https://angra.rj.gov.br/downloads/bo/BO-247em11-03-2010.pdf> Acesso em: 12 out. 2024.

BARROS, R. Pesca artesanal, saber local e mediação de conflitos na Estação Ecológica de Tamoios. Rio de Janeiro: IPJB, 2020 (dissertação de mestrado).

BRANDÃO, Jairo Pimentel. A importância da Cartografia Social nos processos de demarcação de terra das comunidades tradicionais: uma análise do Quilombo da Fazenda, Ubatuba/SP. 2018. Monografia (Graduação em Políticas Públicas) – Instituto de Educação de Angra dos Reis, Universidade Federal Fluminense (UFF), Angra dos Reis, 2018.

BREYTON, Helena Cermelli. Onde fui nascido e criado: territórios, deslocamentos e memórias dos caiçaras de São Gonçalo. São Paulo, 2022.

CARVALHO, Isabel Cristina Domingues Hipólito. Análise de recorrências de eventos de desastres naturais com base no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD) e séries históricas de precipitação no Brasil: uma contribuição metodológica. 2019.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra. Glossário de defesa civil estudos de riscos e medicina de desastres. Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Especial de Políticas Regionais, Departamento de Defesa Civil, 1998.

CAVALIERI, Lucia. A comunidade caiçara no processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, USP.

CHADA, S. de S. Termo de Compromisso entre pescadores de Tarituba e Estação Ecológica de Tamoios: relato de percurso. In: Anais do VII Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social – SAPIS. Florianópolis, 2015. p.777-785.

COELHO NETTO, A. L.; FREITAS, L. E. ; ROCHA, V. Mudanças ambientais e climáticas relacionadas com ameaças e perigos naturais no sistema da paisagem: medidas não-estruturais para redução de riscos de desastres (RRD). In: A. T. Guerra; Hugo A. S. Loureiro (org.). Paisagens da

Geomorfologia: temas e conceitos no século XXI (in press). 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2022, v. 1, p.323-370.

DIAS, A. C. E. Monitoramento participativo da pesca na comunidade de Tarituba, Paraty, RJ: conciliando conservação e pesca artesanal. Campinas: Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

DIAS, Fernando Peres; HERRMANN, ML de P. Susceptibilidade a deslizamentos: estudo de caso no bairro Saco Grande, Florianópolis–SC. Caminhos de Geografia, v. 3, n. 6, p. 57-73, 2002. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15295> Acesso em: 18 de out. 2024.

FARO, A. R. Organização comunitária e a produção do comum: potências e contradições na comunidade caiçara da Praia do Sono. 244 p. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2021.

FREITAS, Leonardo Esteves de; COELHO NETTO, Ana Luiza. Gestão de Riscos de Desastres relacionados a deslizamentos sob a perspectiva da ecologia de saberes: desafios à rede para gestão de riscos da bacia do Córrego d'Antas. Territorium, n. 29 (I), p. 99-118, 2022.

INEA, Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. 08 de Novembro de 2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CAIRUÇU. 2018

KLIMEŠ, Jan et al. Participação da comunidade na redução do risco de deslizamento: um caso clínico dos Andes Centrais, Peru. Deslizamentos de terra, v. 16, p. 1763-1777, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10346-019-01203-w>. Acesso em: 25 de out. 2024.

KOBIYAMA, Masato et al. Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos. Curitiba: Organic Trading, 2006.

LIMA, Fabiana Santos. Logística humanitária: Modelagem de processos para a fase de aquisição na resposta a desastres naturais. 2014. Tese de Doutorado. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

MACEDO, E. S. ; SANDRE, L. H. . Mortes por deslizamento no Brasil: 1988 A 2022. Revista Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental, v. 12, p. 110-117, 2022. Disponível em: <https://www.abge.org.br/downloads/10.pdf> Acesso em: 12 out . 2023.

MARCELINO, Emerson Vieira; NUNES, Lucí Hidalgo; KOBIYAMA, Masato. Banco de dados de desastres naturais: análise de dados globais e regionais. Caminhos de Geografia, v. 7, n. 19, p. 130-149, 2006.

MARCHEZINI, Victor. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. Sociologia dos Desastres, 2009.

MARINHO, RAÍSSA DE SOUZA. A produção capitalista do espaço, os conflitos dela resultantes e as resistências a ela manifestadas: refletindo sobre as experiências vividas pelos habitantes da Praia do Sono. Dissertação de mestrado. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2023.

MATTEDI, Marcos Antônio; BUTZKE, Ivani Cristina. A relação entre o social e o natural das abordagens de hazards e de desastres. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 4, n. 9, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/x66QG3tgHBsqYjPvNtTpTQm/abstract/?lang=pt>. Acesso em 15 out. 2024.

MONGE, R. P. M. “Nascido e criado”: a ocupação tradicional da Família dos Remédios, uma comunidade “caiçara” – Península da Juatinga, município de Paraty/RJ. 2012. 176f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2012.

MONGE, R. P. M. A disputa de Territorialidades na Península da Juatinga Município de Paraty/RJ. 2019. 230 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2019.

Neepes/ENSP/Fiocruz. Quilombo da Caçandoca foi vítima de um violento processo de expropriação de seu território. O Mapa de Conflitos: Injustiça ambiental e Saúde no Brasil. 2024. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/sp-quilombo-da-cacandoca-foi-vitima-de-um-violento-processo-de-expropriacao-de-seu-territorio/> Acesso em: 06/nov/2024.

NINA, Alex Santiago; DE ALMEIDA, Oriana Trindade; LOBO, Ivonês Damasceno. Banco de dados sobre desastres naturais no Brasil: uma análise comparativa entre o EM-DAT E o S2ID. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 36, n. 1, 2021.

NUNES, Lucí Hidalgo. Urbanização e desastres naturais. *Oficina de Textos*, 2015.

PACTOMAR. Pesca Artesanal e conflitos costeiros e marinhos no litoral de São Paulo (SP). PRADO, Deborah Santos. MARTINS, Ivan Machado, CHRISTOFOLETTI, Ronaldo Adriano (orgs). Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 2022.

PAULA, FERNANDA FOLSTER DE, 1995- P281g. A guerra ontológica e contra-colonial pelos territórios tradicionais caiçaras : um estudo da Baía de Castelhanos (Ilhabela/SP) / Fernanda Folster de Paula.– Campinas, SP : [s.n.], 2024.

POCIDONIO, E. A. L.; SILVA, T. M. Município de Angra dos Reis-RJ: Sensibilidade das Encostas e Conservação do Patrimônio Natural. In: VIII Simpósio Nacional de Geomorfologia, 1. 2010, Recife - PE. Anais [...]. Disponível em: <http://lsie.unb.br/ugb/sinageo/8/6/10.pdf> Acesso em: 19 out. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013). Expropriação, Violência e R-Existência. In: P. C. L. Flores; L. G. Guerreiro (org.) *Pueblos originarios em lucha por las Autonomías*. Buenos Aires: CLACSO, 2013

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; Wilson Martins Lopes Jr. Catástrofes socio-naturais: a questão fundiária-imobiliária na tragédia do Litoral de São Paulo (2023). Instituto de Estudos Latino-Americanos/UFSC. Disponível em <https://iela.ufsc.br/catastrofes-socionaturais-a-questao-fundiaria-imobiliaria-na-tragedia-do-litoral-de-sao-paulo-2023/> Acesso em 20 out 2024.

MINERAL. Relatório Final do Diagnóstico Participativo. Relatório Consolidado do Programa de Educação Ambiental – Rio de Janeiro. Baía da Ilha Grande e Baía de Sepetiba, 2014

RELATÓRIO, DE DANOS MATERIAIS E. PREJUÍZOS. DECORRENTES DE DESASTRES NATURAIS NO BRASIL: 1995–2019/Banco Mundial. Global Facility for Disaster Reduction and Recovery.

RIBEIRO, Manuel João. Sociologia dos desastres. 1995.

ROCHA, J. M.O.G (2017a). A ordem moderno-colonial do desenvolvimento: desafios críticos desde uma leitura das práticas e das vozes das comunidades tradicionais In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (org.). Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos CEBRAP, p. 71-94, 2007.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. Plano de Manejo.Parque Estadual Serra do Mar.2008.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. Plano de Manejo. Parque Estadual da Ilhabela. 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. Plano de Manejo da APA Marinha Do Litoral Norte.2018.

SILVA, Rafaela Mendes. A Cartografia Social como instrumento de luta dos povos e comunidades tradicionais: um estudo da experiência cartográfica da Praia Grande da Cajaíba, Paraty/RJ. 2021. Monografia (Graduação em Geografia) - Instituto de Educação de Angra dos Reis, Universidade Federal Fluminense (UFF), Angra dos Reis, 2021.

SILVA. A. D. F. Território, tensões e conflitos: a resistência territorial dos caiçaras da Praia do Sono em Paraty (RJ). Dissertação de Mestrado em Educação e Humanidades. UERJ. São Gonçalo. 2020

SOARES, T. M .S. Território Caiçara: Diálogos sobre a Criação de Área Protegida de Comunidades Tradicionais Caiçaras. Dissertação. Programa de 253 Pós Graduação em Ecoturismo e Conservação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. UNIRIO. RJ. 2019

SOUZA, Eliete; TREVISAN, Mariana Bonat. CONFLITOS TERRITORIAIS E SOCIAIS DO QUILOMBO DA CAÇANDOCA. Caderno Intersaberes, Curitiba, v. 11, n. 35, p. 224-240, 2022

TOMINAGA, Lídia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosangela. Desastres naturais. São Paulo: Editora Instituto Geológico, 2009.

VALENCIO, Norma. Processos de vulnerabilização envolvendo comunidades pesqueiras no Brasil: dos desastres recentes aos riscos relacionados às mudanças climáticas. Revista de Educomunicação Ambiental, v. 3, n. 1, p. 106-120, 2013.

VALENCIO, NORMA; VALENCIO, ARTHUR. O guardador do portal de Hades: elementos sociopolíticos para uma análise acerca do enfrentamento institucional dos desastres no Brasil. SOCIOLOGIA DOS DESASTRES, 2010.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: _____. (orgs.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p.11-34.